CEMPALAVRAS

COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL LDA

VERSÃO INTERATIVA GEC 21/22

EDIÇÃO16

16
ANOS
16 EDIÇÕES
A COMUNICAR
CONSIGO!

00192
MESES

00832
SEMANAS

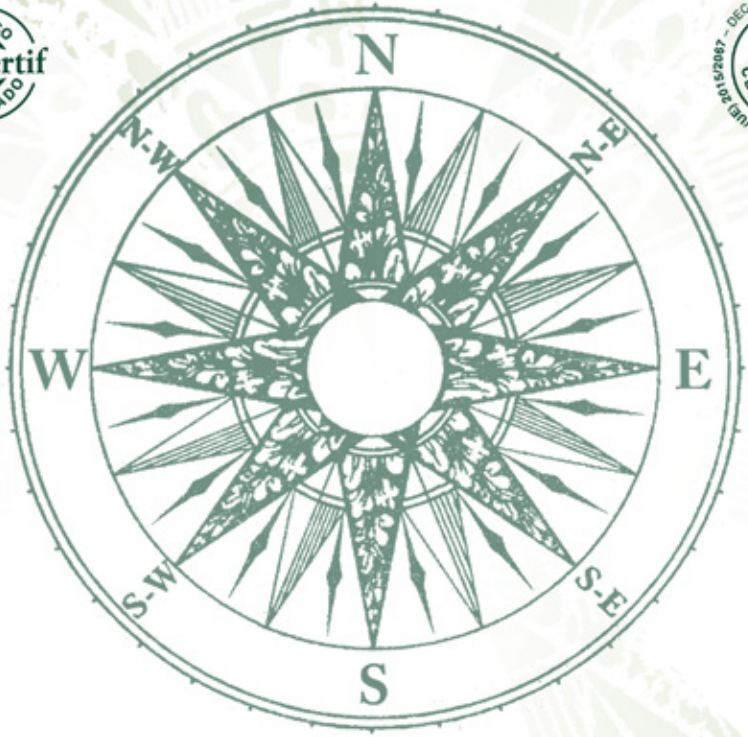
05843
DIAS

gec

GUIA DE EMPRESAS
CERTIFICADAS

2021
2022

certif
Associação para a Certificação



Certif HAR

Solar Keymark

CE 1328

04

ISO 9001
ISO 14001
ISO 22000
ISO 45001

Parceiro de Confiança no seu Negócio

CREDIBILIDADE - IMPARCIALIDADE - RIGOR
reconhecidos na certificação de **produtos e serviços** e de **sistemas de gestão**

Membro de vários Acordos de Reconhecimento Mútuo
Presente em 25 países

Acreditada pelo IPAC como organismo de certificação de produtos (incluindo Regulamento dos Produtos de Construção), serviços e sistemas de gestão

Eurocer-building

ETICS

IECEE CB SCHEME

R. José Afonso, 9 E – 2810-237 Almada – Portugal — Tel. 351.212 586 940 – E-mail: mail@certif.pt – www.certif.pt

NORMALIZAÇÃO, ACREDITAÇÃO E CERTIFICAÇÃO
TRÊS CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA UMA SOCIEDADE MAIS SEGURA

Dois anos volvidos a confinar e a desconfinar, a fechar e a abrir a sociedade e a economia, o sentimento geral é de grande fadiga física e psicológica. A crise sanitária não foi debelada na sua plenitude, mas um longo caminho foi trilhado e a ideia de que existe futuro está cada vez mais presente. Tal como em 2021, nesta edição a trajectória seguida foi a de reafirmar como as ferramentas e os métodos da Qualidade são uma garantia de segurança essencial para as organizações e as pessoas.

Com enfoque na segurança, valor cada vez mais decisivo, procuramos recolher e divulgar os contributos da normalização, da acreditação e da certificação para uma sociedade mais segura. O IPQ destaca a Normalização como garantia da qualidade ao reforçar a confiança dos consumidores na segurança e na qualidade dos produtos e nas normas que vão ser fundamentais para acelerar a dupla transição em curso – climática e digital. A APQ mostra como as metodologias da qualidade e da excelência podem contribuir para uma sociedade mais segura e sustentável. A RELACRE realça os contributos dos laboratórios acreditados para uma sociedade mais segura e o CTCV alerta para a problemática da remoção do amianto, que é um problema ambiental e de saúde pública.

Os organismos de certificação apresentam um conjunto diversificado de assuntos, tendo como denominador comum a segurança, tema central da edição. Segurança no domínio da digitalização acelerada que as organizações estão a fazer neste curto período de tempo, segurança no sector automóvel, um dos mais importantes a nível mundial, ou no sector da construção. Somos ainda alertados para a necessidade de implementar processos transparentes na produção de alimentos mais seguros e para a obrigatoriedade das empresas serem cada vez mais responsáveis e sustentáveis no seu modo de atuação, com o propósito de contribuírem para uma sociedade mais segura.

Continuamos a publicar a edição do Barómetro da Certificação e a evolução da certificação, com ênfase em Portugal e na Europa, onde encontramos este ano valores com diferenças relevantes ao nível das empresas certificadas entre os reportados pela ISO e os recolhidos junto dos organismos certificadores.

Agradeço, a finalizar, aos autores, organismos (institucionais e de certificação) e empresas que, em período de grande constrangimento, participaram no GEC e dessa forma contribuíram decisivamente para a edição anual deste GUIA.

Luís Morais Editor

Nota: Texto escrito segundo a ortografia tradicional

FICHA TÉCNICA

DIRETOR
Luís Morais
(luis.morais@cempalavras.pt)

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Graziela Afonso
(grazielaafonso@infoqualidade.net)

APOIO EDITORIAL
Paula Braga
(paula.braga@cempalavras.pt)

PROJETO GRÁFICO
Paulo Sousa

PRODUÇÃO GRÁFICA
Ana Gaveta

FOTOGRAFIA
iStock

PUBLICIDADE
T 218 141 574 / 215 931 310
E comercial@cempalavras.pt

IMPRESSÃO
Grafisol – Artes Gráficas

DISTRIBUIÇÃO
Gratuita

PERIODICIDADE
Anual

DEPÓSITO LEGAL
236 645/05

AGRADECIMENTOS
Mónica Cabecinhas
Paulo Sampaio
Pedro Domingues
Pedro Saraiva
Organismos Oficiais
Entidades Certificadoras
Empresas participantes

PROPRIETÁRIA
Cempalavras – Comunicação Empresarial, Lda

MORADA
Av. Almirante Reis, 114 - 2.º C, 1150-023 LISBOA
T +351 218 141 574
T +351 215 931 310
E geral@cempalavras.pt
S www.cempalavras.pt
F www.facebook.com/bycempalavras

CEMPALAVRAS
COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL LDA

É interdita a reprodução total ou parcial por quaisquer meios de textos, fotos e ilustrações sem a expressa autorização do editor.
Publicação registada no INPI.

ÍNDICE

NOTA DO EDITOR
p. 3

EMPRESAS E ORGANISMOS PARTICIPANTES
p. 6

ENTIDADES
p. 8

FICHAS TÉCNICAS COMERCIAIS
p. 16

BARÓMETRO DA CERTIFICAÇÃO 2020
p. 20

EVOLUÇÃO DA CERTIFICAÇÃO: CONTEXTO MUNDIAL, EUROPEU E PORTUGUÊS
p. 28

A CERTIFICAÇÃO NA EUROPA COMUNITÁRIA
p. 44

PAÍSES EM DESTAQUE:
HUNGRIA E ESLOVÉNIA
p. 54

CONTRIBUTOS DAS NORMAS E DOS SISTEMAS DE GESTÃO PARA A SEGURANÇA
p. 60

LISTAGEM GERAL DE EMPRESAS, SERVIÇOS E PRODUTOS CERTIFICADOS (QR-CODE)
p. 78

Certificação IFS FOOD

As auditorias internacionais de segurança alimentar da SGS garantem a conformidade com o IFS Food, regulamento *International Featured Standard*, que se aplica a todos os produtores da área alimentar, desde o processo de produção ao embalamento.

A certificação IFS pode melhorar a eficiência operacional e a qualidade dos produtos alimentares, garantindo poupança e redução ao nível dos riscos de responsabilidade.
As nossas auditorias IFS, assim como outras auditorias de segurança alimentar, ajudam a manter a salvo os produtos alimentares e, consequentemente, os consumidores.
Utilizamos a norma IFS Food na auditoria a fornecedores de produtos de marcas retalhistas e comércio de atacado (tais como empresas de processamento de alimentos ou empresas que embalam produtos alimentares a granel).

GARANTA UMA VANTAGEM COMPETITIVA ATRAVÉS DA CONFORMIDADE REGULAMENTAR.

PARA MAIS INFORMAÇÕES CONTACTE-NOS:

808 200 747
WWW.SGS.PT
PT.INFO@SGS.COM

SGS

EMPRESAS E ORGANISMOS PARTICIPANTES

p. 39

BMC PORTUGAL
BMTRADA Representative

p. 19

(DQS Portugal)
Sercert
Serviços de Certificação, Lda.

p. 13

RELACRE
Associação de Laboratórios Acreditados de Portugal

p. 9

APCER
Associação Portuguesa de Certificação

p. verso de capa

CERTIF
Associação para a Certificação

p. verso de contracapa

EIC
Empresa Internacional de Certificação

p. 5

SGS ICS
Serviços Internacionais de Certificação

p. 15

APQ
Associação Portuguesa para a Qualidade

p. 7

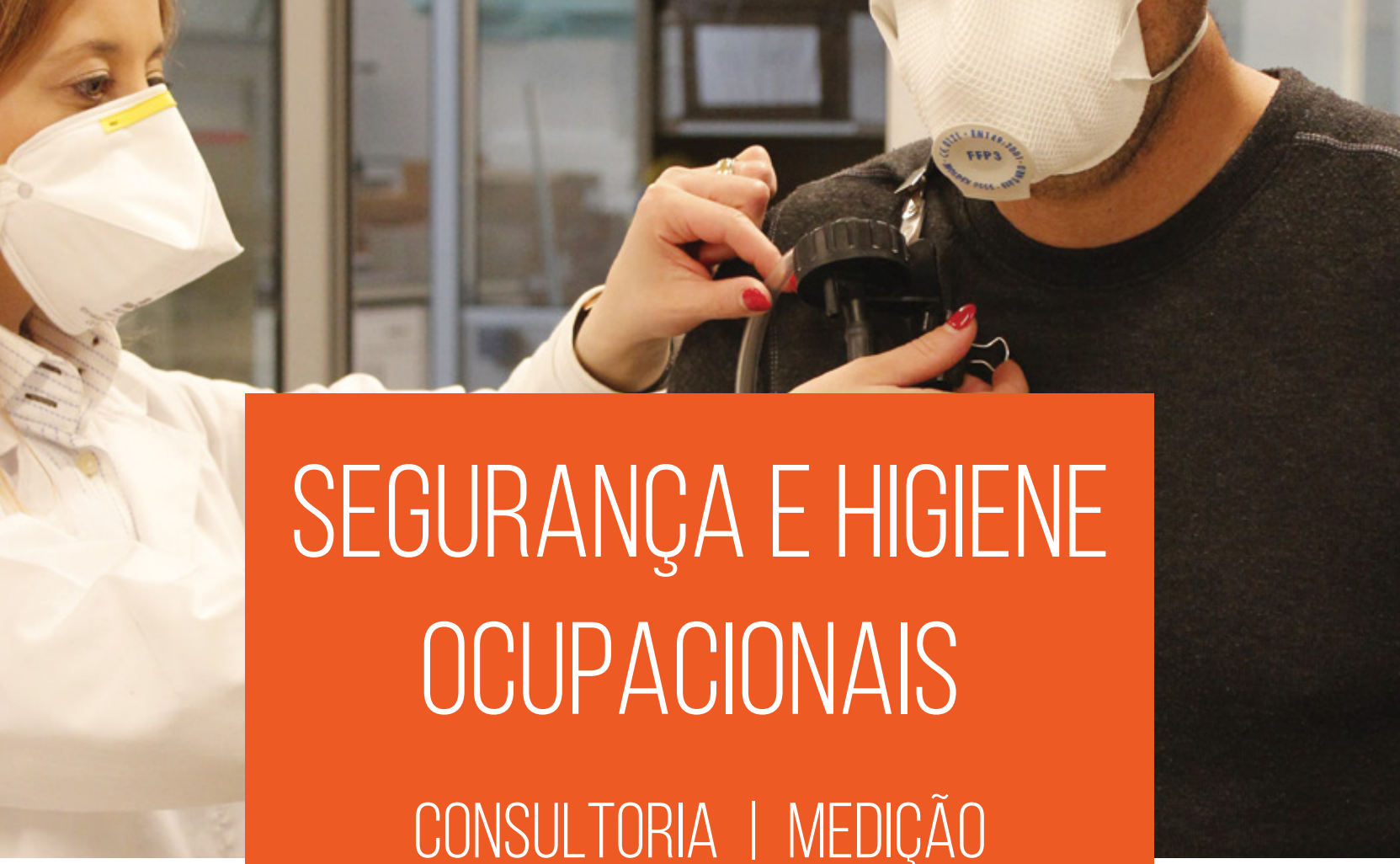
CTCV
Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro

p. 16

FUTURO
Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA

p. 31

TÜV
Rheinland Portugal, Inspecções Técnicas, Lda.



SEGURANÇA E HIGIENE OCUPACIONAIS

CONSULTORIA | MEDIÇÃO

Serviços de Segurança no Trabalho

O CTCV é uma entidade autorizada pela Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) para a prestação destes serviços, estando direcionado para o apoio a empresas industriais com riscos elevados, nomeadamente onde se verifique a exposição a sílica cristalina respirável e outros agentes cancerígenos.

Apoio técnico especializado

Respondemos às necessidades das empresas prestando consultoria especializada em várias áreas da segurança e higiene no trabalho, orientando e complementando as atividades desenvolvidas pelos técnicos das empresas.

Medição

O Laboratório de Segurança e Higiene Ocupacionais tem meios técnicos e humanos para a medição em contexto laboral de:
Sílica cristalina respirável, poeiras e fibras de amianto • Metais pesados, compostos orgânicos voláteis e outros agentes químicos • Nanopartículas • Ruído Laboral • Vibrações mecânicas transmitidas ao corpo humano (sistema mão-braço e corpo inteiro) • Iluminância de postos de trabalho • Stress Térmico em Ambientes Severos • Conforto Térmico • Avaliação da Exposição a Campos Eletromagnéticos • Fungos e bactérias • Diagnóstico de materiais contendo amianto

www.ctcv.pt

CTCV

CTCV materials : habitat
iParque - Parque Tecnológico de Coimbra
3040-540 ANTANHOL
(T) 239499200 (E) centro@ctcv.pt

IPQ – Instituto Português da Qualidade

O IPQ é um instituto público dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeito à tutela da Economia, com a sua Lei Orgânica definida no Decreto-Lei n. 71/2012, de 21 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n. 80/2014, de 15 de maio, bem como nos Estatutos estabelecidos na Portaria n. 23/2013, de 24 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n. 258/2014, de 12 de dezembro.

Tem por missão a coordenação do Sistema Português da Qualidade (SPQ) e de outros sistemas de qualificação regulamentares que lhe forem conferidos por lei, o licenciamento de equipamentos sob pressão, cisternas e motores e a promoção e coordenação de atividades que visem contribuir para demonstrar a credibilidade da ação dos agentes económicos, e outras decorrentes das suas responsabilidades enquanto Organismo Nacional de Normalização e de Instituição Nacional de Metrologia.

Enquanto enquadramento legal para os assuntos da Qualidade, ao nível nacional, no domínio voluntario, o SPQ integra as entidades e organizações que, seguindo princípios, regras e procedimentos aceites internacionalmente, congregam esforços para a dinamização da qualidade em Portugal, no âmbito dos subsistemas da normalização, da metrologia e da qualificação, com vista ao desenvolvimento sustentado do país e ao aumento da qualidade de vida da sociedade portuguesa em geral.

Sede
Rua António Gião, 2
2829-513 CAPARICA
T +351 212 948 100
F +351 212 948 101
E ipq@ipq.pt
S www1.ipq.pt
Ano de Fundação 1986
Número de Colaboradores 109
(a 31 de dezembro de 2021)
Presidente
António Mira dos Santos
Vogais
Ana Ramalho
Lídia Jacob

Instituto Português da Qualidade

IPAC – Instituto Português de Acreditação

O IPAC – Instituto Português de Acreditação, I.P., é o organismo nacional de acreditação, e rege-se pelo Decreto-Lei 81/2012 de 27 de março. É membro das estruturas federativas de organismos de acreditação, nomeadamente europeias (EA – Cooperação Europeia para a Acreditação) e internacionais (ILAC – Conferência Internacional para a Acreditação de Laboratórios e IAF – Fórum Internacional para a Acreditação).

MISSÃO › Tem por missão reconhecer a competência técnica dos agentes de avaliação da conformidade atuantes no mercado, de acordo com referenciais normativos pré-estabelecidos, gerindo o sistema nacional de acreditação e integrando-o nos acordos de reconhecimento mútuo europeus e internacionais (EA, ILAC e IAF).

Desta forma, o IPAC dota o Estado e a Sociedade portuguesa de uma ferramenta de racionalização, desenvolvimento e competitividade.

Sede
Rua António Gião, 2 – 4.º
2829-513 CAPARICA
T +351 212 948 201
F +351 212 948 202
E acredita@ipac.pt
S www.ipac.pt
Ano de Fundação 2004
Número de Colaboradores 27
Entidades Acreditadas 809
Número de Clientes 873
Presidente
Leopoldo Cortez
Vice-Presidente
Paulo Tavares

IPAC acreditação

certificação acreditada IPAC

PODE CONFIAR.

A área de **IT Security da APCER** disponibiliza serviços de certificação, avaliação e formação, essenciais para preparar a sua Organização para os desafios de um mundo que já é digital

- Selos Digitais de Cibersegurança
- Regulamento eIDAS
- ISO/IEC 27001 - Segurança da Informação
- ISO/IEC 27018 - Proteção de Informação de Identificação Pessoal (PII) em nuvens públicas
- ISO/IEC 27701 - Gestão de Informação Privada
- ISO/IEC 20000-1 - Gestão de Serviços
- ISO 22301 - Continuidade de Negócio

www.apcergroup.com

APQ – Associação Portuguesa para a Qualidade

Principais Áreas de Atividade
Formação Inter e Intra Empresas (presencial e online); Realização de Eventos (Congressos, Colóquios, Jornadas, Webinars, Sessões de Networking); Auditorias Internas; Revista Qualidade; Informação Técnica e Publicações Online; Estruturas Dinamizadoras da Qualidade; Organismo de Normalização Setorial (ONS); Níveis de Excelência da EFQM; Certificação EQUASS Assurance; Reconhecimento European Quality Trademark; Projetos em Parceria (Observatório Nacional de Recursos Humanos, Best European Customer Experience); Representações Internacionais (EOQ – European Organization for Quality; ASQ – American Society for Quality; EFQM – European Foundation for Quality Management; FUNDIBEQ – Fundación Iberoamericana para la Gestión de la Calidad; EPR – European Platform for Rehabilitation).

Sede
Rua Carlos Alves N.º 3,
Pólo Tecnológico de Lisboa
1600-515 LISBOA
T +351 214 996 210
F +351 214 958 449
E geral@apq.pt
S www.apq.pt
Ano de Fundação 1969
Presidente da Direção
Pedro Manuel Saraiva
Número de Associados Ativos
1.039 (Coletivos e Individuais)
Secretário-Geral
Fernando Reis

APCER – Associação Portuguesa de Certificação

Serviços
› Certificação
› Auditorias a Fornecedores
› Auditorias Internas
› Educação & Formação (Formação Contínua, Pós-Graduações, Especializações Avançadas)

Áreas especializadas
› Agrifood (ISO 22000, HACCP, BRC Global Standards, IFS Standards, FSSC 22000, APCER 3002, APCER 5003, Recomendação ERSAR, Cadeias de Responsabilidade, Sustentabilidade e Redução do Desperdício Alimentar, Bem-estar Animal Welfair™)
› Climate Change (CELE, SEVESO, MRV, Fim do Estatuto de Resíduo, Verificação da Pegada de Carbono, Verificação PCIP)
› Forest (PEFC™ Gestão Florestal NP 4406, PEFC™ Cadeia de Responsabilidade, FSC® Gestão Florestal, FSC® Cadeia de Responsabilidade, PSO – Process Standard Offset)
› IT Security (Selos Digitais de Cibersegurança, ISO/IEC 27001, ISO/IEC 27018, ISO/IEC 27701, ISO/IEC 20 000-1, Regulamento eIDAS)
› Supply Chain (amfori BSCI, SMETA, Auditorias internas, Auditorias a fornecedores)

Sede
O'Porto Bessa Leite Complex
Rua António Bessa Leite, 1430 – 1º
4150-074 PORTO
T +351 229 993 600
F +351 229 993 601
E info@apcer.pt
S www.apcergroup.com
Ano de Fundação 1996
CEO José Leitão

BMC PORTUGAL (BM TRADA)

Referenciais de Certificação:
› Qualidade: ISO 9001
› Ambiente: ISO 14001
› SHST: OHSAS 18001 / ISO 45001
› Segurança Alimentar: HACCP, ISO 22000
› Segurança da Informação: ISO 27001
› Energia: ISO 50001
› Cadeia de Responsabilidade FSC® e PEFC (Produtos de Base Florestal)
› Cadeia de Responsabilidade RSPO (Óleo de Palma Sustentável)
› Cadeia de Responsabilidade UTZ (Chá, Café e Cacau)
› Certificação de Produto: Q-Mark

Sede
Av. D. João II – Edifício Infante
N.º 35 – 11º
Parque das Nações
1990-083 LISBOA
T +351 211 378 399 /+351 915 736 792
E tecnico@bmtrada.pt
S www.bmtrada.com
Ano de Fundação
1987 (Portugal: 2008)
Diretora Geral/Técnica
Cláudia Alexandra Carvalho

BUREAU VERITAS Certification

Referenciais de Certificação/Verificação de Conformidade
Sistemas de Gestão: Qualidade (ISO 9001) | Ambiente (ISO 14001; EMAS) | Hig. Saúde e Segurança (NP 4397; ISO 45001; SCC; ISO 45001) | Rec. Humanos (NP 4427) | Inv., Desenv. e Inovação (NP 4457) | Resp. Social (NP 4469-1; SA 8000; ISO 26000; NP 4552) | Resp. Sociais | Seg. da Informação (ISO 27001) | Gestão de Serviço IT (ISO 20000) | Sector Automóvel (IATF 16949) | Aeroespacial (AS 9100; AS 9110; AS 9120) | Alimentar (FSSC 22000; ISO 22000; BRC; IFS; HACCP-Codex) | Florestal (FSC; PEFC) | Gestão do Risco (ISO 31000) | Call Center (ISO 18295-1) | MSC (Cadeia de Resp. nas Pescas) | ISO 3834 | Energia (ISO 50001) | Systecode e Systecode Premium (Código de Boas Práticas Rolheiras); Relatórios de Sustentabilidade; Continuidade do Negócio (ISO 22301); Produtos/Serviços: Serviço de Man. de Extintores (NP 4413; NP 4513) | Serviço de Tradução (ISO 17100) | Andaimes (EN 12810) | Controlo Prod. de Betão (NP 206-1); Marcação CE: Estruturas Metálicas (EN 1090); Agregados, Misturas Betuminosas; Auditorias de 2.ª Parte (Cód. de Conduta; Aud. a Fornecedores; Cliente mistério) | ODS| Zero Waste| Organizações saudáveis | TISAX | Selo de Maturidade Digital | Igualdade de Género e Diversidade.

Sede
Rua Laura Ayres, n.º 3
1600 - 510 LISBOA
T +351 217 100 970
F +351 217 100 971
E certification.portugal@pt.bureauveritas.com
S www.bureauveritas.pt
Ano de Fundação 1999
Diretor de Certificação Bureau Veritas Certification
Patrícia Franganito
Número de Certificados Emitidos
1347

CERTIF – Associação para a Certificação

Referenciais de Certificação
Certificação de Produtos | Certificação de Serviços | Certificação do Serviço das Empresas que executam atividades de instalação, reparação, manutenção ou assistência técnica e desmantelamento de equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor que contenham gases fluorados com efeito de estufa em conformidade com o Regulamento (UE) nº 517/2014, Regulamento de Execução (UE) 2015/2067 e com o Decreto-Lei nº 145/2017 | Certificação de Processos | Certificação do Processo de Controle da Produção de Betão | Certificação de Software | Certificação de Pessoas | Certificação de Sistemas de Gestão: Qualidade (ISO 9001); Ambiente (ISO 14001); Segurança Alimentar (ISO 22000); Segurança e Saúde no Trabalho (ISO 45001); Energia (ISO 50001); Sector Automóvel (IATF 16949); Inv., Des. e Inovação (NP 4457); | Cert. HACCP – Códex Alimentarius | Certificação do Sistema de Boas Práticas de Fabrico de Cosméticos (ISO 22716) | Marcação CE: Regulamento Prod. da Construção

Sede
Rua José Afonso, 9E
2810-237 ALMADA
T +351 212 586 940
F +351 212 586 959
E mail@certif.pt
S www.certif.pt
Ano de Fundação
1998 (início de atividade: 1999)
CEO Francisco Barroca
Número de Certificados Emitidos
2788 (até 31 de dezembro de 2021)

DNV AS – Business Assurance

Referenciais de Certificação
› ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001
› IATF 16949; 2016 para Indústria Automóvel
› UN para Sustainable Development Projects
› IFS / BRC / GMP para Segurança Alimentar

Acreditações
RvA | ENAC | IATF | SINCERT | DAKKS

Sede
Av. Infante Santo, n.º 43 – 1.º Esq.
1350-177 LISBOA
T +351 213 929 305
F +351 213 977 547
E carlos.cavaco@dnv.com
S www.dnv.es | www.dnv.com
Ano de Fundação
1864 (Fund. DNV) 1970 (Port)
CEO Portugal
Paulo Viana
CEO DNV GL Group
Remi Eriksen

DQS Portugal

Referenciais de Certificação
Qualidade: ISO 9001, DQS-Best; Sector Automóvel: IATF 16949, VDA 6.1/6.2/6.4, SPICE (ISO 15504); Ambiente e Energia: ISO 14001, ISO 16001, ISO 50001, EMAS, CO_2-Footprint; Saúde e Segurança no Trabalho: OHSAS 18001, ISO 45001; SCC/SCP; Segurança Sistemas Informação: ISO 27001, ISO 20000-1; Responsabilidade Social: SA 8000, ISO 26000, BSCI; Segurança e Higiene Alimentar: ISO 22000, FSSC 22000, HACCP, EN 15593, IFS, BRC; Aeroespacial: EN/AS 9001/9110/9120; Dispositivos Médicos: ISO 13485, Diretiva 93/42/EEC, ISO 15378; Petróleo, Petroquímica, Gás Natural: ISO TS 29001, HSE, RC 14001; Indústria Ferroviária: IRIS; Telecomunicações: TL 9000; Business Excellence: IBEC, DQS-TIP, Risk Management, BS 25999; EuRA Quality Seal.

Sede
Avenida João Crisóstomo 30, 5.º
1050-127 LISBOA
T +351 963 038 407
F +351 213 303 733
E info@dqs-portugal.com
S www.dqs-portugal.com
Ano de Fundação 2009
Office Coordinator
António Feio

EIC – Empresa Internacional de Certificação

Referenciais de Certificação
Sistemas de Gestão: Acessibilidades; Ambiente; Continuidade de Negócio; Energia; Eventos Sustentáveis; Formação Profissional; FSSC; IDI; Organizações de Educação; Qualidade; Recursos Humanos; Responsabilidade Social; Segurança Alimentar; Segurança da Informação; Segurança e Saúde do Trabalho; Tecnologias de Informação. **Produtos:** Betão; Cabos de Amarração; Combustíveis Derivados de Resíduos; Luminárias; Produtos Alimentares (Cereais e Leguminosas); Marcação CE – Produtos de Construção; **Serviços:** Boas Práticas de Fabrico; Franchising; Funerários; Gases Fluorados; Gestão de Pragas; Espaços de Jogo e Recreio; Manutenção de Extintores; Respostas Sociais; Prestação de Serviços de Manutenção; Segurança Contra Incêndio; Segurança Privada – Compliance Laboral; Qualidade do Serviço; Tradução. **Outros:** Boas Práticas de Farmácia; Declaração PAS 2050; HACCP – Codex Alimentarius; Normas de Laboratório Clínico; Processo de Valorização de Resíduos (FER); SGQ – Dispositivos Médicos; Verificação Ambiental EMAS; Boas Práticas na Gestão de Riscos Biológicos [COVID CLEAN].
Atividades de Inspeção Espaços de Jogo e Recreio.

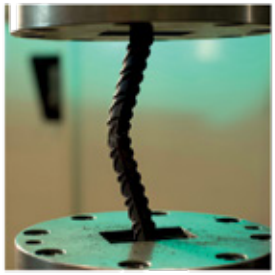
Sede
Rua da Tobis Portuguesa, n.º 8, 2.º,
escrt 10 › 1750-292 LISBOA
T +351 214 220 640
F +351 214 220 649
E geral@eic.pt
S www.eic.pt
Ano de Fundação 2000
Administradores Executivos
Manuel Vidigal
Aline Cortez

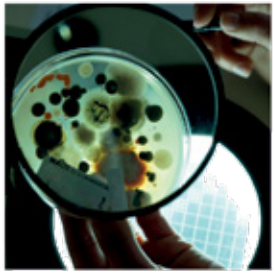
INTERTEK

Principais Referenciais
Qualidade: ISO 9001 | Ambiente: ISO 14001 | Segurança e Saúde no Trabalho: ISO 45001| Segurança da Informação: ISO 27001 | Energia: ISO 50001 | Gestão do risco: ISO 22301, ISO 37001, ISO 55001, ISO 39001 | Segurança Alimentar: ISO 22000 | FSSC 22000 Food Processing, Packaging, Food and feed processing, Biochemical, Transport and Storage, Catering, Retail and Wholesale | BRC Food, BRC Packaging, BRC Agents & Brokers, BRC Consumer Products, BRC Storage and Distribution | IFS Food, IFS Logistics, IFS Broker, IFS Global Markets Food, IFS Global Markets Logistics, IFS Wholesale/Cash and Carry | GMP+ | Sector Médico: ISO 13485, ISO 22716 | Sector Automóvel: IATF 16949 | Setor da Aviação & Aeroespacial: AS9100 Series | Sector Cosmético: ISO 22716 | Materiais reciclados: Global Recycled Standard (GRS), Recycled Claim Standard (RCS) | Materiais orgânicos: Organic Content Standard (OCS), Global Organic Textile Standard (GOTS) | Biocombustíveis sustentáveis: ISCC EU | Pesca e Aquacultura sustentáveis: MSC/ASC Chain of Custody | Óleo de Palma sustentável: RSPO Supply Chain Certification | Responsabilidade Social: SMETA, BSCI | Auditorias Combinadas, Auditorias Integradas e Auditorias de segunda-parte segundo programas específicos de clientes ou da Intertek como WCA (Workplace Conditions Assessment), TGI (Think Green Initiative), SCS (Suppy Chain Security) e C-TPAT (Customs and Trade Partnership Against Terrorism).

Sede
Rua Antero de Quental 221 S.102
4455-586 PORTO
T +351 220 600 343
E info.portugal@intertek.com
S www.intertek.pt
Ano de fundação
1885 (Fund. Intertek)
1989 (Portugal)
CEO André Lacroix
Acreditações
UKAS | ANSI | ASI | CAI | SWEDAC | ACCREDIA | KAN | IATF | ISCC | SAAS | ANAB

30 ANOS COM A COMUNIDADE DE LABORATÓRIOS ACREDITADOS DE PORTUGAL





RELACRE

ASSOCIAÇÃO DE LABORATÓRIOS ACREDITADOS DE PORTUGAL

30 ANOS

1991 / 2021

LRQA Portugal

Referenciais de Certificação
Qualidade ISO 9001, NP 4492 / Automóvel: IATF 16949 / Ambiente: ISO 14001, EMAS, Verificação Emissões CO^2, Verificação Relatórios de Sustentabilidade / Segurança e Saúde no Trabalho: OHSAS 18001, ISO 45001, SGSPAG – Prevenção de Acidentes Graves / Segurança Alimentar: ISO 22000, FSSC 22000, HACCP, BRC, BRC Packaging, IFS, IFS Logistics / Energia: ISO 50001 / Responsabilidade Social: SA 8000, SMETA, ISO 26000 / IT: RGPD – Regulamento Geral Proteção de Dados, ISO 27001, ISO 20000, ISO 22301 / entre outros.

Outros Serviços Customizados:
Auditorias de 2ª Parte, Qualificação de Fornecedores, Directivas e Marca CE, entre outros.

Sede
Avenida D. Carlos I, nº 44, 6º
1200-649 LISBOA
T +351 213 964 131/2
E LRQA-Lisbon@lrqa.com
S www.lrqa.com/pt-pt/
Ano de Fundação 1985

O SEU FUTURO. O NOSSO FOCO.

SGS ICS – Serviços Internacionais de Certificação

Sistemas de Gestão – Genéricos: Qualidade, Ambiente, Saúde e Segurança, Energia, Ativos, Investigação Desenvolvimento e Inovação, Conciliação da Vida Profissional Familiar e Pessoal, Reclamações, Responsabilidade Social, Entidades Familiarmente Responsáveis, Continuidade do Negócio, Segurança de Informação, Segurança da Cadeia de Fornecimento, Eventos Sustentáveis, Gestão de Recursos Humanos.
Referenciais Sectoriais: Alimentar (Produto, Modo de Produção Biológica, BRC Food, BRC IOP – Embalagens, BRC – Distribuição, FSSC 22000, ISO 22000, GlobalGap, GMP, HACCP, IFS, Pesca Sustentável (MSC); Caminhos-de-Ferro; Construção (Marcação CE, Produtos de Construção, Domus Natura, Green Building); Contact Centers; Cosméticos; Extintores; Formação e Ensino (ISO 21001, ISO 29990); Florestal (FSC, PEFC, SFI); Hotelaria e Turismo (NP 4494, NP 4507); Informática (ISO 20000, ISO 25000); Manutenção Industrial; Oil & Gas (ISO 29001); Respostas Sociais; GDP Produtos Farmacêuticos, Embalagens Primárias Indústria Farmacêutica (ISO 15378); Telecomunicações; Transportes e Logística; Produtos; Serviço; Auditorias SMETA, Verificações PCIP, Sistemas de Gestão da Segurança Rodoviária (ISO 39001), Serviços de Manutenção (NP 4492), Gases Fluorados, Verificação CELE, Certificação SGSPAG, EMAS.

Sede
Polo Tecnológico de Lisboa
Rua Cesina Adães Bermudes
Lote 11, Nº 1
1600-604 LISBOA
T 808 200 747
E pt.info@sgs.com
S www.sgs.pt
Ano de Fundação 1998
Diretora-Executiva
Ana Mota
Número de Certificados Ativos
3891 (até 31 de dezembro de 2021)

TÜV – Rheinland Portugal, Inspecções Técnicas, LDA.

Principais Referenciais de Certificação
Internacionais: ISO 9001; IATF 16949; VDA 6.ff; EN 9100; EN 9110; ISO 14001/ /EMAS; ISO 50001; ISO 20000; ISO 22301; ISO 27001; ISO 22000; IFS/BRC/ /Codex Alimentarius; ISO 26001; SA 8000/BSCI; SEDEX; ISO 45001; ISO 28001; ISO 55001 ISO 15593/ISO 15538; GMP+; amfori BEPI; Organic 100%; Global Recycled Standard, RWS.
Nacionais: NP 4427; NP 4457; NP 4469; NP 4492.
Próprios: Eco-Hotel; Food Safety/HACCP; CSR Audits; Cliente Mistério; SPA & Wellness.

Sede
Edifício Zenith (Arquiparque)
Rua Dr. Ant.º Loureiro Borges, n.º 9 – 3.º, 1495-131 LISBOA
T +351 214 137 040
F +351 214 137 045
E geral@pt.tuv.com
S www.tuv.pt
Ano de Fundação 1989
Administrador
António Silva
Número de Certificados Emitidos
2583 (até 31 de Dezembro de 2021)

TÜVRheinland®
Precisely Right.

QUALIDADE SOMOS TODOS NÓS!

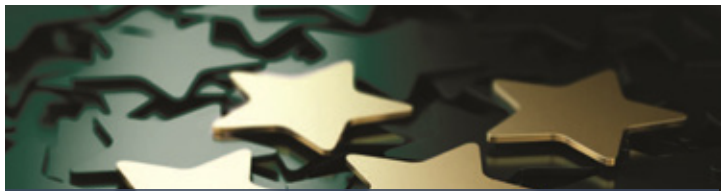
ALGUNS DOS **NOSSOS SERVIÇOS** PARA EMPRESAS:

Formação

- Presencial e Online
- Personalizada ou do Plano de Formação
- Temas Actuais, Abordagem Prática e Formadores Experientes

MAIS DE 50 ANOS A FORMAR PROFISSIONAIS DA QUALIDADE

apq.pt/porque-formacao-apq/



EQTM

- Reconhecimento da Qualidade para produtos "Made in Europe" de empresas certificadas
- Mecanismo Dinamizado pela EOQ (European Organization for Quality)
- Visibilidade Nacional e Internacional

UMA NOVA FORMA DE RECONHECER A QUALIDADE "MADE IN PORTUGAL"

apq.pt/eqtm/

NÃO DEIXE PARA AMANHÃ A QUALIDADE QUE PODE FAZER HOJE

CONTACTE-NOS E TORNE-SE ASSOCIADO (INDIVIDUAL OU COLECTIVO) DA APQ!

apq.pt/porque-associar-se-a-apq/

APQ

Futuro
Grupo Montepio

A SUA EMPRESA TEM UM COMPLEMENTO DE REFORMA PARA OS TRABALHADORES?

SOMOS ESPECIALISTAS EM FUNDOS DE PENSÕES

FUTURO – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

DADOS DA CERTIFICAÇÃO

NP EN ISO 9001: 2015 APCER

ÂMBITO DA CERTIFICAÇÃO

Atividades de Conceção, Gestão, Comercialização e Prestação de Serviços na área de Fundos de Pensões Abertos e Fechados.

N.º Certificado
2001/CEP.1561

OBJETIVOS DA CERTIFICAÇÃO

Para a FUTURO, ser a primeira Sociedade Gestora de Fundos de Pensões a obter a Certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade em Portugal, constitui um marco importante mas acima de tudo, um valor acrescentado que acompanha em permanência o crescimento da organização, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores na orientação para os resultados. Com objetivos precisos para a excelência dos produtos e soluções inovadoras que oferece a particulares e empresas, a Futuro atua com vista à melhoria contínua dos processos, na satisfação dos clientes e à sua proteção de Reforma, atuando de forma consistente, com segurança, integridade e profissionalismo.

WWW.FUTURO-SA.PT

TEMOS O COMPLEMENTO DE REFORMA INDICADO PARA A SUA EMPRESA.

INFORMAÇÃO GERAL

Morada
Rua do Carmo, 42 – 6.º
1200-094 LISBOA
T +351 210 416 005
T +351 210 158 158 (comercial)
F +351 210 416 001
E geral@futuro-sa.pt

Ano de Fundação 1988
NIF 501 965 963
CAE 66300
Capital Social 2.566.800 Euros
Registada na CRC de Lisboa
Atividade Principal
Gestão e Comercialização de Fundos de Pensões
Volume de Ativos em Gestão 2021
1.943 Milhões de Euros
Número de Colaboradores 33

PCA
Virgílio Manuel Boavista Lima

Administradores Executivos
José Luís Esparteiro da Silva Leitão
Maria Alice Silva Medeiros Lima Pinto

Diretor Administrativo e Financeiro
Mário Jorge Tavares Costa

Diretor de Qualidade e Tecnologias de Informação
João Nuno Fontan Brasão Ferreira

Diretor Técnico
Luís Alberto Matos de Oliveira

Canais de Distribuição
FUTURO e MONTEPIO

Fale connosco!

Saiba mais em www.futuro-sa.pt.

FUTURO – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.
R. Carmo, 42, 6º - 1200-094 LISBOA
Tel.: **+(351) 210 416 005** | E-mail: **scorempresas@futuro-sa.pt**
Capital Social € 2.566.800 | Nº Único de Matrícula e de Pessoa Coletiva 501 965 963 | Registada na C. R. C. de Lisboa
Entidade autorizada e supervisionada pela ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões com o nº 3805.

Não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

CERTIFICAÇÃO apcer ISO 9001

GUIA DE EMPRESAS CERTIFICADAS

ATUALIDADE

BARÓMETRO DA CERTIFICAÇÃO 2020
p. 20

EVOLUÇÃO DA CERTIFICAÇÃO: CONTEXTO MUNDIAL, EUROPEU E PORTUGUÊS
p. 28

A CERTIFICAÇÃO NA EUROPA COMUNITÁRIA
p. 44

PAÍSES EM DESTAQUE: HUNGRIA E ESLOVÉNIA
p. 54

CONTRIBUTOS DAS NORMAS E DOS SISTEMAS DE GESTÃO PARA A SEGURANÇA

IPQ p. 60
RELACRE p. 62
CTCV p. 64
APQ p. 66
APCER p. 68
DQS p. 70
EIC p. 72
SGS PORTUGAL p. 74
TÜV RHEINLAND PORTUGAL p. 76

LISTAGEM GERAL DE EMPRESAS, SERVIÇOS E PRODUTOS CERTIFICADOS (QR-CODE)
p. 78

GLOBAL & LOCAL

Mais de
2 500
auditores e peritos altamente qualificados

58 000
locais certificados em mais de
130
países

Mais de
80
escritórios em cerca de
60
países

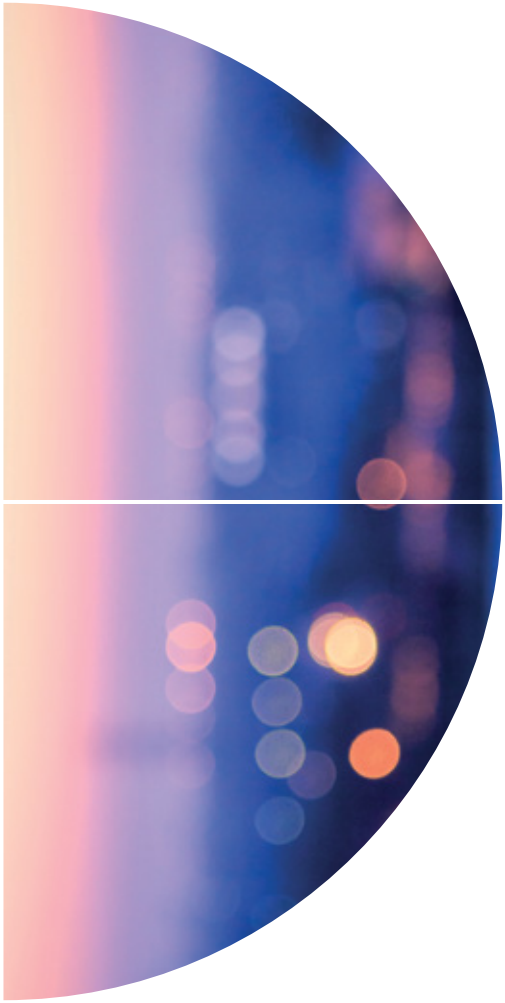
Certificação de sistemas de gestão com mais de
100
normas

Reconhecimento a nível mundial

Av. Dr. António Rodrigues Manito, n.º113, 5º Esquerdo
2900-068 Setúbal
(+351) 963 038 407
info@dqs-portugal.com

www.dqs-holding.com

BARÓMETRO DA CERTIFICAÇÃO 2020



De acordo com a última edição do ISO Survey (valores relativos a 31 de Dezembro de 2019), o número de entidades com sistemas de gestão da qualidade certificados de acordo com a norma ISO 9001 foi de 880.007 organizações. Face aos anos anteriores em que houve uma diminuição do número de organizações certificadas em termos mundiais, no ano de 2019 é possível observar novamente uma pequena diminuição do número de organizações certificadas em termos mundiais (cerca de 3.000 certificados).

Relativamente à norma ISO 14001, o número de organizações com sistemas de gestão ambiental certificados situava-se, a 31 de dezembro de 2019, em 312.111. Face ao ano anterior houve um crescimento deste tipo de certificação, ao contrário da tendência observada nos anos anteriores. Esta situação irá continuar a ser seguida futuramente para entender se este crescimento será o início de uma nova tendência.

No caso específico de Portugal existiam, nessa mesma data, e de acordo com o ISO Survey, 6.123 organizações certificadas segundo a norma ISO 9001 e 913 com sistemas de gestão ambiental certificados segundo a norma ISO 14001.

No que diz respeito à diferença entre os números publicados pelo Barómetro da Certificação e os números publicados pelo ISO Survey, no que à realidade portuguesa diz respeito, verifica-se a existência de uma diferença de 352 certificados ISO 9001 emitidos, alterando-se assim a tendência dos anos anteriores em que o número de certificados apresentados no ISO Survey eram superiores aos números publicados pelo Barómetro da Certificação.

Nesta nova edição é apresentada uma nova norma denominada por ISO 45001 – sistema de gestão da saúde e segurança ocupacionais. Apesar da diferente designação, esta versão foi baseada na norma anteriormente analisada no barómetro OHSAS 18001/NP 4397 que, entretanto, foi substituída no ano de 2018 por uma norma versão ISO, alterando a sua designação para ISO 45001. Uma vez que a norma ISO 45001 é uma sequência da norma OHSAS 18001/NP 4397, os seus dados serão avaliados em conjunto com os dados dos anos anteriores para a norma OHSAS 18001/NP 4397.

FONTES DE INFORMAÇÃO

Para a realização das diversas análises, apresentadas de seguida, foi usada informação recolhida junto das seguintes entidades:

- Organismos certificadores (dados relativos ao número de entidades certificadas segundo os diferentes referenciais normativos).
- World Bank (dados sobre população datados de 2019).
- Instituto Nacional de Estatística (dados sobre população datados de 2019; dados sobre número de empresas com 10 ou mais colaboradores datados de 2019).
- ISO Survey referente ao ano de 2019.

PRÉ-PROCESSAMENTO DOS DADOS

Nas análises efetuadas sobre a percentagem de empresas certificadas em cada um dos sistemas de gestão, a respetiva percentagem foi calculada em função do número de empresas com 10 ou mais colaboradores existentes num determinado espaço geográfico, visto que, com base num conjunto de investigações prévias já efetuadas e publicadas, se verificou que a certificação de sistemas de gestão da qualidade tem uma penetração e difusão significativamente maiores neste grupo de empresas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

ANÁLISE GLOBAL

Pela análise da Tabela 1 pode-se verificar que existiam, em Dezembro de 2019, em Portugal, 6.475 entidades com sistemas de gestão da qualidade certificados pela norma ISO 9001, valor este que corresponde a 0,63 entidades certificadas segundo a norma ISO 9001 por 1000 habitantes, bem como a 12,30 % das empresas com 10 ou mais colaboradores. A nível dos sistemas de gestão ambiental e de segurança e saúde no trabalho contabilizaram-se, respetivamente, 1.363 e 701 entidades certificadas.

A certificação segundo a norma ISO 22000 continua a liderar o grupo de referenciais com menor expressão junto das organizações portuguesas, existindo à mesma data, 339 organizações com sistemas de gestão de segurança alimentar certificados. A segunda posição deste grupo é ocupada pela certificação segundo a norma NP 4457, com 279 organizações certificadas. O número de certificados emitidos segundo a norma ISO/TS 16949 foi de 139. Num terceiro grupo encontra-se a norma SA 8000/NP 4469, a certificação HACCP e a Verificação EMAS com 69, 66 e 51 certificados emitidos, respetivamente.

A nível de sistemas de gestão integrados destaca-se a integração dos sistemas de gestão da qualidade e ambiente com 537 empresas certificadas nestas condições. De seguida aparece o grupo de empresas com sistemas de gestão integrados qualidade, ambiente e segurança, existindo, em dezembro de 2019, 415 empresas com este tipo de integração. Com sistema integrado ao nível da qualidade e segurança existiam 87 empresas. Existem apenas 30 empresas com um sistema integrado ambiente e segurança e saúde no trabalho.

Pela análise das Tabelas 2 e 3, desde 2007, ano da publicação da primeira edição do Barómetro da Certificação, pode-se verificar que, à exceção da certificação pela norma ISO 9001 e da certificação integrada qualidade e segurança, todos os tipos de certificações evoluíram positivamente. São de destacar os aumentos verificados a nível do número de organizações com certificação saúde e segurança ocupacionais, bem como a certificação integrada ambiente e segurança com valores de 84,5% e 400,0%, respetivamente. Relativamente à diferença percentual entre os anos de 2018 e 2019, os resultados revelam-se mais positivos do que no ano anterior. Neste caso existe uma manutenção ou crescimento para todas as certificações em análise, excetuando a certificação em saúde e segurança, a certificação integrada em qualidade, ambiente e segurança e a certificação integrada em ambiente e segurança. As maiores diferenças percentuais verificadas entre os anos 2018 e 2019 referem-se a nível da certificação em saúde e segurança ocupacionais, certificação de sistemas de gestão integrados qualidade e ambiente, certificação integrada em ambiente e certificação em segurança, de -8,7%, 24% e -54,5%, respetivamente.

MÓNICA CABECINHAS

- Departamento de Produção e Sistemas, Universidade do Minho
  id7273@alunos.uminho.pt

PERFIL

- Licenciada em Engenharia da Energia e do Ambiente em 2013, obteve o grau de Mestre em Engenharia e Gestão da Qualidade em 2016 pela Universidade do Minho.
- Frequenta o Programa Doutoral em Engenharia Industrial e de Sistemas, sendo a sua bolsa subsidiada pela Fundação da Ciência e Tecnologia.
- Desenvolve, desde 2016, a sua atividade de investigação no Grupo da Qualidade e Excelência Organizacional coordenado pelo Prof. Paulo Sampaio.

No caso da norma ISO 45001, esta diminuição pode dever-se a não terem sido realizadas algumas transições da norma OHSAS 18001/NP 4397 para a nova versão ISO 45001.
O aumento dos sistemas integrados qualidade e ambiente poderá ser justificado pela eventual queda das certificações segundo o referencial ISO 45001 correspondentes aos sistemas de gestão da saúde e segurança ocupacionais, transformando-se o sistema de gestão integrado tridimensional num sistema de gestão integrado bidimensional.

ANÁLISE POR REGIÕES

À semelhança das publicações anteriores, a análise da Tabela 4 permite concluir que as regiões Norte, Centro e Lisboa continuam a ser as regiões do país com maior número de entidades certificadas em todos os referenciais analisados.
Nas análises efetuadas em função do número de certificados emitidos por 1000 habitantes, bem como nas análises percentuais, são notórias as diferenças entre a certificação de sistemas de gestão da qualidade e os restantes referenciais.
Analisando em mais detalhe os principais sistemas de gestão – qualidade, ambiente e saúde e segurança ocupacionais, retiram-se as seguintes conclusões:

- Valores absolutos: a nível da certificação de sistemas de gestão da qualidade a região Norte lidera em termos absolutos com 2.354 organizações certificadas. No âmbito da certificação de sistemas de gestão ambiental, a liderança é assumida pela região Norte e Lisboa com 423 organizações certificadas, respetivamente. Por fim, no âmbito da certificação de sistemas de gestão saúde e segurança ocupacionais, a liderança é assumida pela região de Lisboa com 246 organizações certificadas.

TABELA 1

Número de entidades certificadas por sistema de gestão em Portugal, a 31 de dezembro de 2019

Referencial	N	Por 1000 habitantes	%
ISO 9001	6 475	0,63	12,30
ISO 14001	1 363	0,13	2,59
ISO 45001	701	0,07	1,33
ISO 22000	339	0,03	0,64
ISO/TS 16949	139	0,01	0,26
EMAS	51	0,00	0,10
HACCP	66	0,01	0,13
NP 4457	279	0,03	0,53
SA 8000/NP 4469	69	0,01	0,13
ISO 9001 + ISO 14001 + ISO 45001	415	0,04	0,79
ISO 9001 + ISO 14001	537	0,05	1,02
ISO 9001 + ISO 45001	87	0,01	0,17
ISO 14001 + ISO 45001	30	0,00	0,06

TABELA 2

Evolução do número de entidades certificadas de 2007 para 2019

Referencial	N		Por 1000 habitantes		%	
	2007	2019	2007	2019	2007	2019
ISO 9001	6.576	6.475	0,62	0,63	13,20	12,30
ISO 14001	776	1 363	0,07	0,13	1,56	2,59
ISO 45001	380	701	0,04	0,07	0,76	1,33
ISO 9001 + ISO 14001	436	537	0,04	0,05	0,90	1,02
ISO 9001 + ISO 14001 + ISO 45001	281	415	0,03	0,04	0,60	0,79
ISO 9001 + ISO 45001	88	87	0,01	0,01	0,20	0,17
ISO 14001 + ISO 45001	6	30	0,00	0,00	0,01	0,06

TABELA 3

Evolução percentual do número de entidades certificadas de 2007-2019 e 2018-2019

Referencial	2007-2019	2018-2019
ISO 9001	-1,5%	3,8%
ISO 14001	75,6%	0,7%
ISO 45001	84,5%	-8,7%
ISO 9001 + ISO 14001	23,2%	24,0%
ISO 9001 + ISO 14001 + ISO 45001	47,7%	-1,9%
ISO 9001 + ISO 45001	-1,1%	1,2%
ISO 14001 + ISO 45001	400,0%	-54,5%

TABELA 4

Número absoluto, por 1000 habitantes e percentual de certificados emitidos por região NUTS II							
Valores absolutos							
Referencial	**Norte**	**Centro**	**Lisboa**	**Alentejo**	**Algarve**	**RAA**	**RAM**
ISO 9001	2 354	1 967	1 737	166	91	92	62
ISO 14001	423	421	423	46	14	19	16
ISO 45001	223	193	246	16	6	11	6
ISO 9001 + ISO 14001	159	186	150	20	6	8	7
ISO 9001 + ISO 45001	27	29	22	4	2	3	0
ISO 9001 + ISO 14001 + ISO 45001	139	103	152	6	3	7	5
ISO 14001 + ISO 45001	8	9	11	1	0	0	1
Valores por 1000 habitantes							
Referencial	**Norte**	**Centro**	**Lisboa**	**Alentejo**	**Algarve**	**RAA**	**RAM**
ISO 9001	0,66	0,89	0,61	0,24	0,21	0,38	0,24
ISO 14001	0,12	0,19	0,15	0,07	0,03	0,08	0,06
ISO 45001	0,06	0,09	0,09	0,02	0,01	0,05	0,02
ISO 9001 + ISO 14001	0,04	0,08	0,05	0,03	0,01	0,03	0,03
ISO 9001 + ISO 45001	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,01	0,00
ISO 9001 + ISO 14001 + ISO 45001	0,04	0,05	0,05	0,01	0,01	0,03	0,02
ISO 14001 + ISO 45001	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores percentuais							
Referencial	**Norte**	**Centro**	**Lisboa**	**Alentejo**	**Algarve**	**RAA**	**RAM**
ISO 9001	11,73	19,08	11,87	5,86	3,41	9,26	5,41
ISO 14001	2,11	4,08	2,89	1,62	0,52	1,91	1,39
ISO 45001	1,11	1,87	1,68	0,56	0,22	1,11	0,52
ISO 9001 + ISO 14001	0,79	1,80	1,02	0,71	0,22	0,81	0,61
ISO 9001 + ISO 45001	0,13	0,28	0,15	0,14	0,07	0,30	0,00
ISO 9001 + ISO 14001 + ISO 45001	0,69	1,00	1,04	0,21	0,11	0,70	0,44
ISO 14001 + ISO 45001	0,04	0,09	0,08	0,04	0,00	0,00	0,09

- Valores por 1000 habitantes: à semelhança dos anos anteriores, nesta análise a liderança é assumida pela região Centro a nível da certificação segundo a norma ISO 9001 (0,89), a norma ISO 14001 (0,19) e na norma ISO 45001 partilha a liderança com a região de Lisboa (0,09).
- Valores percentuais: tal como na análise dos valores por 1000 habitante, a liderança é assumida pela região Centro a nível da certificação de sistemas de gestão da qualidade (19,08%) e nas certificações de sistemas de gestão ambiental (4,08%) e nas certificações de sistemas de gestão da saúde e segurança ocupacionais (1,87%).

Na Tabela 5 apresenta-se a evolução percentual das três principais certificações a nível das diferentes regiões NUTS II. Para cada um dos referenciais, as maiores taxas de crescimento, entre

PEDRO DOMINGUES

- Departamento de Produção e Sistemas, Universidade do Minho
  pdomingues@dps.uminho.pt

PERFIL

- Licenciado em Química (1996), mestre em Química Têxtil – ramo Ambiente (2001) e doutorado em Engenharia Industrial e de Sistemas (2013) pela Universidade do Minho.
- Tese de doutoramento sobre sistemas de gestão integrados e desenvolvimento de um modelo de maturidade.
- Atualmente Investigador e Professor na Universidade do Minho, envolvido num projeto de pós-doutoramento tendo por objetivo a avaliação da maturidade e eficiência de sistemas de gestão integrados.
- O trabalho de investigação desenrola-se na linha de investigação IEM (ALGORITMI Research Centre).
- Coautor em cerca de 70 artigos (revistas, atas de congressos, capítulos de livros), alguns deles reconhecidos e premiados em Portugal e no estrangeiro.

2007 e 2019, verificaram-se na Região Centro, 7,5% para a norma ISO 9001, na Região Autónoma dos Açores 216,7% para a norma ISO 14001 e para a ISO 45001 com 120,0% também na Região Autónoma dos Açores.

Nesta tabela, o maior destaque vai para a diminuição da certificação da qualidade na Região Autónoma da Madeira (-46,1%) e na Região do Alentejo (-34,6%). A diminuição da certificação aparenta ser uma tendência e deverá ser acompanhada com atenção, visto que em três anos anteriores se verificou diminuições de certificações face ao ano de 2007.

Na Tabela 6 apresenta-se a evolução percentual das três principais certificações a nível das diferentes regiões NUTS II entre os anos de 2018-2019. Nesta tabela, o maior destaque vai para o crescimento da certificação da qualidade (6,0%) na Região Centro, o decrescimento da certificação ambiental (-22,2%) na Região do Algarve e o decrescimento da certificação em saúde e segurança ocupacionais (-26,7%) na Região Autónoma dos Açores.

Tal como na edição anterior, há um decréscimo notório ou uma estabilização do número de organizações certificadas em todas as regiões de Portugal e para todos os referenciais em estudo (embora sejam registados ligeiros valores percentuais de crescimento, estes aparentam dever-se a uma tendência de estagnação do número de certificações).

No seguimento da análise introduzida na edição de 2012 do Barómetro da Certificação – Índice de Crescimento (Sampaio *et al.*, 2014), nesta edição apresentam-se os resultados obtidos tendo em conta os dados de referência usados para este Barómetro (a 31 de Dezembro 2019):

$$IC_{x,z}=(0,2x\Delta_{i-3})_{x,z}+(0,3x\Delta_{i-2})_{x,z}+(0,5x\Delta_{i-1})_{x,z}$$

em que:

Δ_{i-3}; Δ_{i-2}; Δ_{i-1}, que correspondem à variação do número absoluto de certificados nos anos i-3, i-2, i-1, no referencial x e na região z.

Com o desenvolvimento deste índice pretendeu-se considerar a evolução do número de certificados emitidos de determinado referencial e em determinada região nos últimos 3 anos e atribuir a cada uma dessas variações um peso diferente no valor final do indicador.

Na Tabela 7, a certificação segundo a norma ISO 45001 destaca-se, visto que é a única que apresenta uma tendência de decréscimo em todas as regiões, sendo que a região com indicador de crescimento com o valor mais baixo, correspondente a -22,03, é o Alentejo.

Relativamente aos índices de crescimento das diferentes regiões, relativos à certificação segundo a norma ISO 9001, destaca-se também a Região do Alentejo, com indicador negativo (-12,41). Quanto à certificação segundo a norma ISO 14001, no ano 2019 destaca-se negativamente a Região do Algarve, com -21,77.

TABELA 5

Evolução percentual de 2007 a 2019 nas Regiões NUTS II							
	Variação 2007-2019						
Referencial	**Norte**	**Centro**	**Lisboa**	**Alentejo**	**Algarve**	**RAA**	**RAM**
ISO 9001	2,2%	7,5%	-6,1%	-34,6%	-21,6%	0,0%	-46,1%
ISO 14001	56,1%	121,6%	71,3%	48,4%	-17,6%	216,7%	45,5%
ISO 45001	75,6%	119,3%	98,4%	-15,8%	-33,3%	120,0%	50,0%

TABELA 6

Evolução percentual de 2018 a 2019 nas Regiões NUTS II							
	Variação 2018-2019						
Referencial	**Norte**	**Centro**	**Lisboa**	**Alentejo**	**Algarve**	**RAA**	**RAM**
ISO 9001	3,6%	6,0%	3,1%	0,6%	-5,2%	-3,2%	-1,6%
ISO 14001	2,4%	5,0%	-2,5%	0,0%	-22,2%	-9,5%	-15,8%
ISO 45001	-7,5%	-7,2%	-8,6%	-20,0%	-14,3%	-26,7%	-25,0%

TABELA 7

Índice de Crescimento das Regiões NUTS II			
	Indicador crescimento		
Regiões	**ISO 9001**	**ISO 14001**	**OHSAS 18001/ISO 45001**
Alentejo	-12,41	-11,49	-22,03
Algarve	-11,91	-21,77	-17,96
Centro	0,40	0,72	-7,28
Lisboa	0,79	-2,59	-3,20
Norte	0,71	-0,22	-3,52
RAAçores	-3,64	-10,53	-13,88
RAMadeira	-8,99	-12,73	-16,50

FIGURA 1

Evolução do número de certificados ISO 9001 por 1000 habitantes

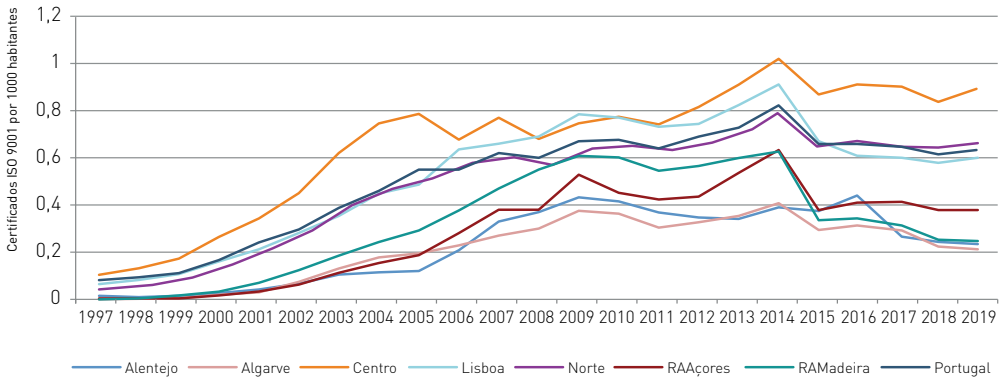
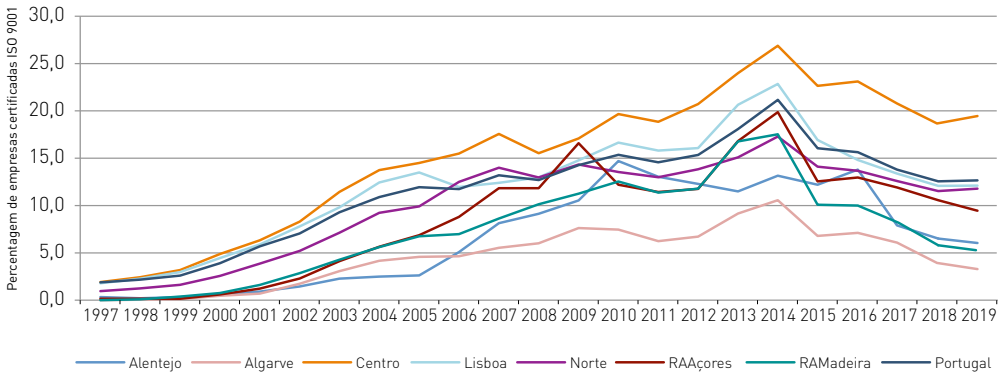


FIGURA 2

Evolução da percentagem de empresas certificadas segundo a norma ISO 9001



EVOLUÇÃO TEMPORAL

As Figuras 1 e 2 evidenciam a evolução do número de organizações certificadas segundo a norma ISO 9001 por 1000 habitantes e a respetiva percentagem, calculada em função do número total de empresas com 10 ou mais colaboradores.

Tendo por base a análise da Figura 1 é possível identificar um grupo formado apenas pela Região Centro com um número de certificados ISO 9001 por 1000 habitantes claramente superior ao valor nacional, outro formado pelas regiões de Lisboa e Norte, com um número de certificados ISO 9001 por 1000 habitantes semelhante ao valor nacional e outro grupo formado pelas restantes regiões – Alentejo, Algarve Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores, com um número de certificados ISO 9001 por 1000 habitantes inferior ao valor nacional. As Figuras 1 e 2 evidenciam que todas as regiões do país apresentam tendências de estagnação face ao ano de 2018, colocando assim um travão no que vinha a ser a tendência de descida dos valores desde o ano de 2016. Esta situação irá ser acompanhada nos próximos anos para entender se se trata apenas de um momento de pausa de uma tendência que se vinha a confirmar nos últimos anos ou se representa o início de uma nova tendência.

PAULO SAMPAIO

- Departamento de Produção e Sistemas, Universidade do Minho
  paulosampaio@dps.uminho.pt

PERFIL

- Licenciado em Engenharia e Gestão Industrial pela Universidade do Minho em 2002, obteve em 2008 o grau de Doutor em Engenharia de Produção e Sistemas pela mesma Universidade.
- Professor Associado da Escola de Engenharia da Universidade do Minho.
- Investigador Doutorado, na categoria de Membro Integrado, do Grupo Supply-chain, Logistics and Transportation Systems do Centro de Investigação ALGORITMI.
- Em 2015 foi Visiting Scholar no Massachusetts Institute of Technology (MIT), ao abrigo do Programa MIT-Portugal, onde esteve em licença sabática.
- Desenvolve a sua atividade como docente e investigador na área da Qualidade e da Excelência Organizacional, sendo Coordenador do Research Group on Quality and Organizational Excellence na Universidade do Minho.

As Figuras 3 e 4 apresentam a evolução do número de certificados emitidos por 1000 habitantes a nível dos sistemas de gestão da qualidade e ambiente, face à evolução da correspondente média na União Europeia (UE 28 países) – os dados utilizados nestas análises são provenientes do ISO Survey.

A Figura 3 evidencia que o número de certificados emitidos por 1000 habitantes segundo a norma ISO 9001 em Portugal (0,63) é semelhante à média europeia (0,61). Olhando ao contexto europeu regista-se uma estagnação do número de certificados ISO 9001, diferindo da tendência dos anos anteriores de decrescimento.

No que à evolução da certificação de sistemas de gestão ambiental diz respeito aparenta haver uma tendência de estagnação na UE28, à semelhança do caso das certificações ISO 9001. Também em Portugal existe uma aparente estabilização. Desta forma, deixa de haver evidência para a convergência em torno de valores obtidos para Portugal e UE28.

Comparando os dados relativos ao número de certificados ISO 9001 recolhidos junto das entidades certificadoras e os contabilizados pelo ISO Survey, apresentados na Figura 5, verifica-se que essa diferença diminuiu significativamente ao longo dos anos. Porém, no ano de 2019 ocorreu uma situação inversa ao que vinha a acontecer nos últimos 4 anos, onde o ISO Survey apresentava maior número de certificados contabilizados do que os números publicados pelo Barómetro da Certificação. Por conseguinte, a diferença entre os valores da ISO survey e Barómetro voltou a ter um valor positivo de 352 certificados no ano de 2019.

MODELOS DE PREVISÃO

Nesta secção apresentam-se e analisam-se algumas perspetivas de evolução da certificação de sistemas de gestão da qualidade e sistemas de gestão ambiental em Portugal com base em dois modelos de previsão desenvolvidos para o efeito. Tal como exposto na edição anterior deste Barómetro, a certificação ISO 9001 em Portugal aparenta estar a entrar numa fase de decrescimento. Embora no ano de 2017 tenha havido uma aparente estabilização, a tendência de decrescimento mantém-se, tal como previsto pelo modelo desenvolvido.

Em termos da certificação de sistemas de gestão ambiental, ao contrário dos anos anteriores, em que Portugal aparentava ter atingido um nível de estagnação para o número de certificações ISO 14001, no ano de 2019 houve uma clara queda do número de certificados. Esta aparenta ser uma nova tendência que acompanha assim também a tendência já registada no caso da norma ISO 9001.

FIGURA 3

Evolução do número de certificados ISO 9001 por 1000 habitantes para a União Europeia e Portugal

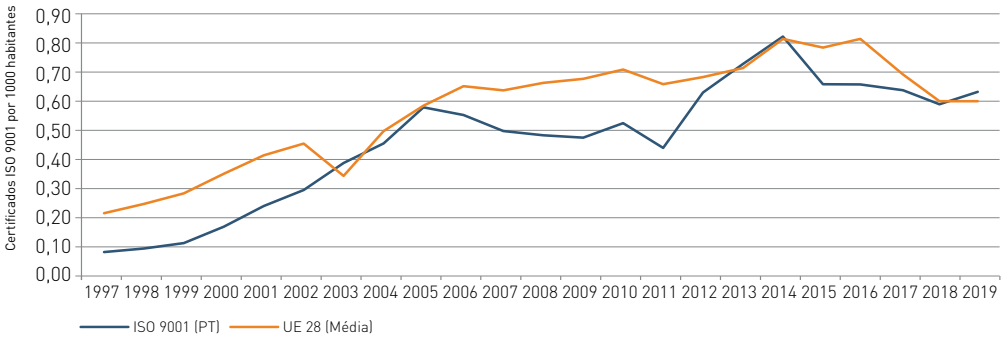


FIGURA 4

Evolução do número de certificados ISO 14001 por 1000 habitantes para a União Europeia e Portugal

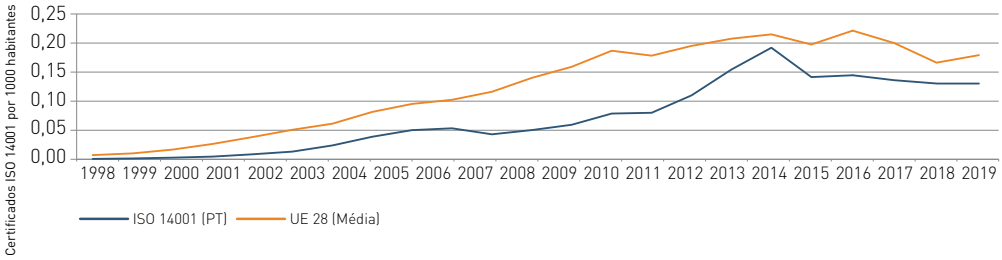


FIGURA 5

Comparação entre número de certificados ISO 9001 contabilizados na ISO Survey e de acordo com entidades certificadoras

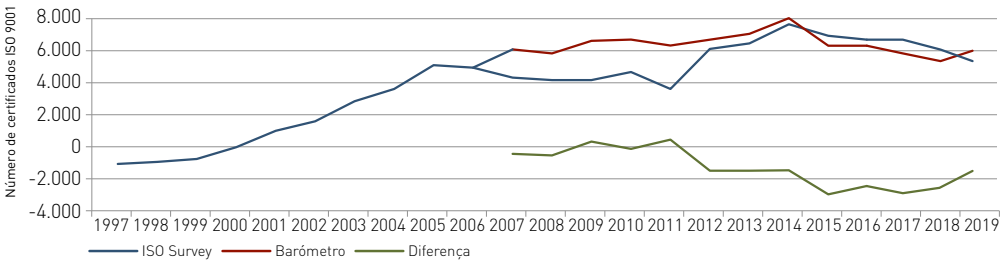


FIGURA 6

Valores observados e valores previstos para a evolução da certificação ISO 9001

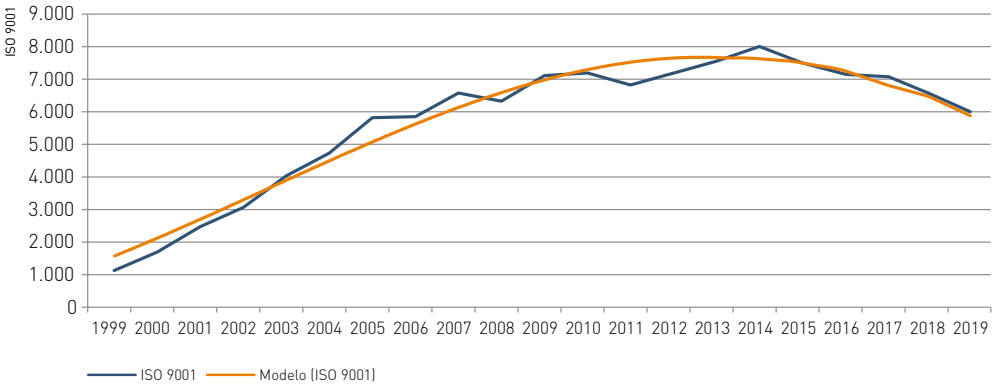
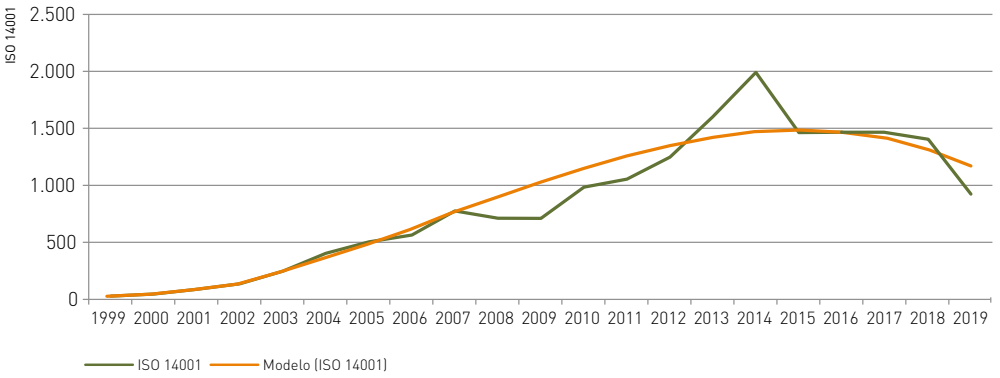


FIGURA 7

Valores observados e valores previstos para a evolução da certificação ISO 14001



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Instituto Nacional de Estatística (2019), https://www.ine.pt/ . accessed 17/11/2021.
- ISO (2019). The ISO Survey of Certifications 2019. International Organization for Standardization: Geneva, Switzerland.
- Karapetrovic, S., Fa, M. C., & Saizarbitoria, I. H. (2010). What happened to the ISO 9000 lustre? An eight-year study. Total Quality Management & Business Excellence, 21(3), 245–267.
- Sampaio, P., Saraiva, P. e Domingues, P. (2012). Management systems: Integration or addition?. International Journal of Quality and Reliability Management 29(4), 402-424.
- Sampaio, P., Saraiva, P. e Gomes, A. (2014). ISO 9001 European Scoreboard: an instrument to measure macroquality. Total Quality Management and Business Excellence, 25(4), 309-318.
- Worldbank (2019), http://www.worldbank.org/. accessed 18/11/2021.

PEDRO SARAIVA

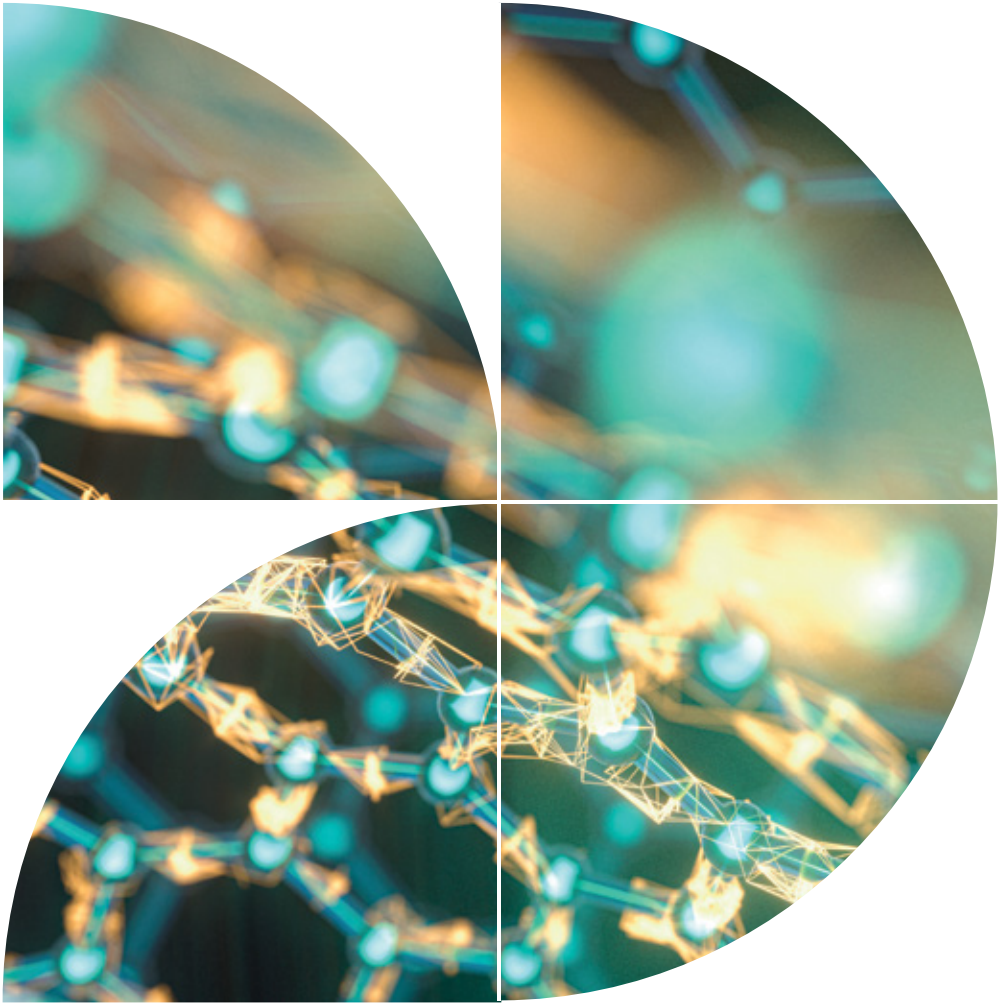
- Departamento de Engenharia Química, Univ. de Coimbra
  pas@eq.uc.pt

PERFIL

- Licenciado em Engenharia Química pela Univ. de Coimbra (1987), com doutoramento (1993) obtido pelo MIT (EUA).
- Prof. Catedrático (2010-) no Dep. de Engenharia Química da FCTUC, onde exerce funções docentes desde 1985.
- Diretor da NOVA IMS da Universidade Nova de Lisboa.
- Pró-Reitor (2003-2006) e Vice-Reitor (2007-2009) da Universidade de Coimbra.
- Deputado da XI e XII Legislatura da Assembleia da República eleito pelo Distrito de Coimbra (2009-2012 e 2014-2015).
- Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (2004-2005, 2012-2014).
- Fundador de várias empresas e associações (1986-2012), onde exerceu funções de gestão.
- Laureado com o prémio Feigenbaum (1998), atribuído pela ASQ.
- Associate Member da Intern. Academy for Quality (2010-).

EVOLUÇÃO DA CERTIFICAÇÃO

CONTEXTO MUNDIAL, EUROPEU E PORTUGUÊS



Analisando os elementos publicados anualmente pelo *ISO Survey* acompanhamos a evolução dos certificados existentes relativos às normas 9001, 14001, 22000, 27001 e 50001, permitindo observar as diferenças anuais (positivas ou negativas) e avaliar o dinamismo existente a nível global. No passado, a ISO alterou a apresentação dos dados dificultando muito a recolha e análise ou inviabilizando mesmo algumas análises que efetuávamos. Optámos por centrar no mundo, europa e Portugal, por esta ordem, a análise destes últimos anos. Visitaremos, ainda, alguns dos grandes países existentes na Ásia, América, Países do Golfo Arábico e África como no ano anterior.

Numa observação geral verifica-se, a exemplo do ano anterior, um crescimento de todos os referenciais analisados a nível mundial mas a várias velocidades e, em alguns casos, apenas de forma marginal é que se pode considerar que estamos perante algum crescimento.

Na Qualidade (ISO 9001) assiste-se a uma recuperação dos certificados perdidos nos anos mais recentes. Cresce 33 mil certificados ou 3.77%. em todo o mundo. Pela análise efetuada a Ásia e a Europa, por esta ordem, continuam a ser os grandes emissores de certificados ISO 9001. O líder mundial, China, cresce. A Europa tem um desempenho negativo perdendo mais de 5 mil certificados para um total de 348 218. Bem longe dos quatrocentos e cinquenta mil de 2016. Portugal continua em queda perdendo mais de mil certificados. Reduz 1389 certificados que somam aos 500 do ano anterior. Mas a análise de Portugal será feita com mais pormenor em espaço próprio onde poderemos igualmente confrontar com os elementos recolhidos pelo GEC junto dos organismos certificados.

Fonte: ISO Survey

Na norma Ambiental (14001) existe um crescimento global de 35 893 certificados, mas encontramos muitos países em terreno negativo. O crescimento está alavancado, apenas, na China com mais 33 203 certificados. A europa cresce modestamente recuperando 1 585 certificados ultrapassando a cifra de 104 mil. Muito longe dos anos de 2016 e 2017. Portugal continua em trajetória descendente com menos 33 certificados estando neste momento com 880 registos.

Em relação à Segurança alimentar (ISO 22000) os dados publicados revelam um crescimento marginal do mundo. Acrescenta apenas 239 certificados num ano. O crescimento está alicerçado na Ásia (China, Japão, Tailândia). A europa tem uma queda de 3.7% com menos 337 certificados, embora existam países europeus, como a Grécia, a crescer. Portugal acompanha a tendência negativa.

A ISO 27001 – segurança da informação – cresce mundialmente com todas as regiões a terem comportamento positivo. No mundo, o crescimento foi de 22% e na europa de 17%. Portugal tem um registo negativo perdendo 31 certificados depois de um crescimento significativo reportado no ano transato.

Em relação à ISO 50 001 (Gestão da Energia) o panorama verificado é positivo. Existe crescimento mundial de 8% segundo o *Survey* da ISO com mais 1504 certificados. A europa e Portugal crescem contribuído para o todo mundial numa norma em que o peso da europa é muito significativo.

Feita a apresentação geral das cinco normas, vamos proceder a uma análise mais pormenorizada de cada uma delas de acordo com os dados da ISO. A Europa e Portugal têm um destaque próprio nesta análise um pouco mais à frente.

EMPRESAS CERTIFICADAS ISO 9001

	DEZ.2016	%	DEZ.2017	%	DEZ.2018	%	DEZ.2019	%	DEZ.2020	%
MUNDO	1 105 937	100,0	1 058 504	100,0	878 664	100,0	883 521	100,0	916 842	100,0
EUROPA	451 415	40,8	389 485	36,8	342 645	39,0	353 442	40,0	348 181	38,0
PORTUGAL/Mundo	7 160	0,6	7 150	0,7	6 623	0,8	6 123	0,7	4 734	0,5
PORTUGAL/Europa	7 160	1,6	7 150	1,8	6 623	1,9	6 123	1,7	4 734	1,4

EMPRESAS CERTIFICADAS ISO 14001

	DEZ.2016	%	DEZ.2017	%	DEZ.2018	%	DEZ.2019	%	DEZ.2020	%
MUNDO	346 147	100,0	362 610	100,0	307 059	100,0	312 580	100,0	348 473	100,0
EUROPA	120 595	34,8	112 790	31,1	97 864	31,9	102 599	32,8	104 184	29,9
PORTUGAL/Mundo	1 476	0,4	1 475	0,4	1 382	0,5	913	0,3	880	0,3
PORTUGAL/Europa	1 476	1,2	1 475	1,3	1 382	1,4	913	0,9	880	0,8

EMPRESAS CERTIFICADAS ISO 22000

	DEZ.2016	%	DEZ.2017	%	DEZ.2018	%	DEZ.2019	%	DEZ.2020	%
MUNDO	32 136	100,0	32 722	100,0	32 120	100,0	33 502	100,0	33 741	100,0
EUROPA	11 083	34,5	10 342	31,6	9 665	30,1	10 217	30,5	9 880	29,3
PORTUGAL/mundo	234	0,7	332	1,0	301	0,9	306	0,9	166	0,5
PORTUGAL/Europa	234	2,1	332	3,2	301	3,1	306	3,0	166	1,7

EMPRESAS CERTIFICADAS ISO 27001

	DEZ.2016	%	DEZ.2017	%	DEZ.2018	%	DEZ.2019	%	DEZ.2020	%
MUNDO	33 290	100,0	39 501	100,0	31 910	100,0	36 362	100,0	44 499	100,0
EUROPA	12 532	37,6	14 605	37,0	12 031	37,7	13 698	37,7	16 069	36,1
PORTUGAL/mundo	96	0,3	112	0,3	85	0,3	121	0,3	90	0,2
PORTUGAL/Europa	96	0,8	112	0,8	85	0,7	121	0,9	90	0,6

EMPRESAS CERTIFICADAS ISO 50001

	DEZ.2016	%	DEZ.2017	%	DEZ.2018	%	DEZ.2019	%	DEZ.2020	%
MUNDO	20 216	100,0	22 870	100,0	18 059	100,0	18 227	100,0	19 731	100,0
EUROPA	17 102	84,6	19 024	83,2	13 551	75,0	13 001	71,3	13 602	68,9
PORTUGAL/mundo	37	0,2	47	0,2	53	0,3	29	0,16	37	0,2
PORTUGAL/Europa	37	0,2	47	0,2	53	0,4	29	0,22	37	0,3

MUNDO

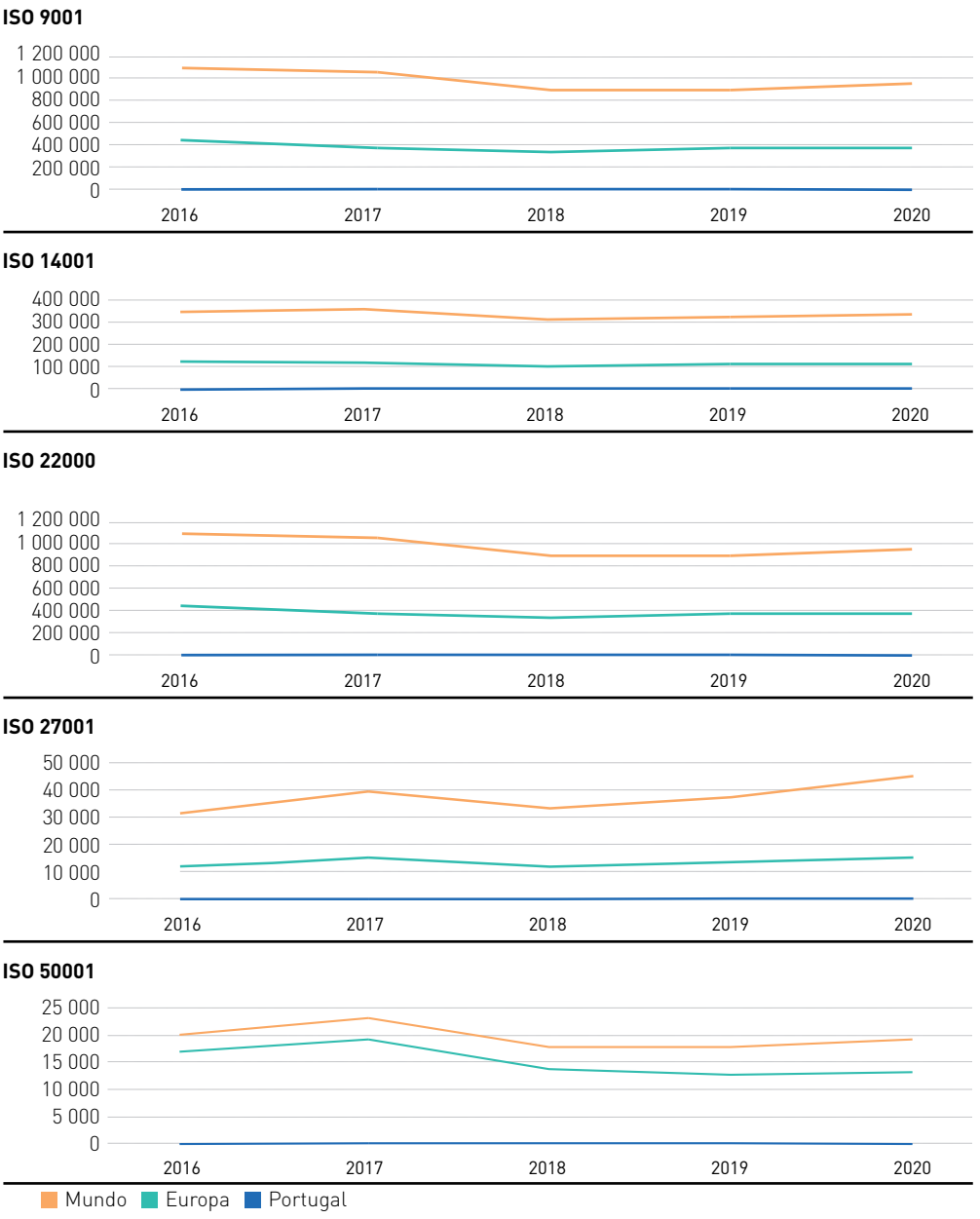
ISO 9001 QUALIDADE

Pelo segundo ano a norma crescem com pouca expressão. Aumentou 33 321 certificados ou seja 3.7% em todo o mundo. Mas quase se pode afirmar que deve-se a um único país: a china com os seus 44 mil novos registos, superior ao crescimento total anual do resto do mundo. Isto porque muitos países tem desempenhos negativos. Na Ásia encontramos o Japão, a Índia ou a Coreia do Sul em terreno negativo. Pela positiva a China, já referida, e poucos mais e com pequenas quantidades cada um, como Taipé, Tailândia ou Singapura. A China recupera as perdas do ano anterior (15317) por larga margem mas não anula ainda o total perdido nos últimos anos que foi superior a 100 mil. O Japão continua a decrescer a exemplo dos anos mais recentes. O mesmo assinala-se para a Coreia do Sul ou para a India, que perde mais de 2 mil certificados nesta contagem anual. O maior crescimento, depois da china, é de Taipé com 692 certificados.

Na América do Norte, Canadá e México apenas o Canadá cresce (+150 certificados). EUA perdem 37 para um total de 20 919 e o México uns expressivos 739 que anulam quase totalmente o crescimento do ano anterior. A relevar a queda continuada dos EUA que no seu máximo (2006) registaram mais de 44 mil certificados.

Na América do Sul o cenário é negativo a avaliar por alguns dos maiores países da região. O Brasil que vinha recuperando volta para terreno negativo perdendo 449 certificados. A Colômbia perde igualmente cerca de trezentos certificados anulando os ganhos registados um ano antes. Argentina tem uma descida de quase quinhentos registos. Chile e Peru perdem mais de cem certificados cada um.

Evolução das normas ISO 9001; 14001; 22000; 27001 e 50001 entre 2015 e 2019 em Portugal/Europa/Mundo



Fonte: ISO Survey

Inspeção
Ensaios
Certificação
Formação
Engenharia

Safety
Functionality
Quality
www.tuv.com
ID 0000000888

O seu parceiro para a Internacionalização
Há mais de 145 anos a documentar a Segurança e Qualidade de Sistemas, Produtos, Processos e Pessoas em todo o mundo.

e-mail: geral@pt.tuv.com
Tel.: (+351) 214 137 040

www.tuv.pt

TÜVRheinland®
Precisely Right.

MUNDO 2019

TOP TEN DA QUALIDADE
(10 Países em 197)

	País	Dez. 2019	%
1	CHINA	280 386	31,7
2	ITÁLIA	95 812	10,8
3	ALEMANHA	47 868	5,4
4	ÍNDIA	34 397	3,9
5	JAPÃO	33 330	3,8
6	ESPANHA	30 801	3,5
7	REINO UNIDO	25 292	2,9
8	FRANÇA	21 696	2,5
9	EUA/USA	20 956	2,4
10	BRASIL	17 952	2,0
	TOTAL MUNDIAL	883 521	68,9
	N-1*	878 664	100,55
	Crescimento anual	4 857	0,55

TOP TEN DO AMBIENTE
(10 países em 197)

	País	Dez. 2019	%
1	CHINA	134 926	43,2
2	JAPÃO	18 026	5,8
3	ITÁLIA	17 386	5,6
4	ESPANHA	12 871	4,1
5	REINO UNIDO	11 420	3,7
6	ÍNDIA	8 486	2,7
7	ALEMANHA	8 465	2,7
8	FRANÇA	6 402	2,0
9	COREIA DO SUL	5 698	1,8
10	ROMÉNIA	4 658	1,5
	TOTAL MUNDIAL	312 580	73,1
	N-1*	307 059	101,79
	Crescimento anual	5 521	1,79

TOP TEN DA SEGURANÇA ALIMENTAR
(10 Países em 167)

	País	Dez. 2019	%
1	CHINA	12 144	36,2
2	ÍNDIA	2 050	6,1
3	GRÉCIA	2 042	6,1
4	JAPÃO	1 360	4,1
5	ITÁLIA	1 008	3,0
6	TAIPÉ (CHINA)	882	2,6
7	ROMÉNIA	639	1,9
8	TURQUIA	635	1,9
9	ESPANHA	608	1,8
10	SRI LANK	568	1,7
	TOTAL MUNDIAL	33 502	65,5
	N-1*	32 120	104,3
	Crescimento anual	1 382	4,3

MUNDO 2020

TOP TEN DA QUALIDADE
(10 Países em 197)

	País	Dez. 2020	%
1	CHINA	324 621	35,4
2	ITÁLIA	91 493	10,0
3	ALEMANHA	49 349	5,4
4	JAPÃO	32 287	3,5
5	INDIA	32 236	3,5
6	ESPANHA	29 814	3,3
7	INGLATERRA	25 995	2,8
8	FRANÇA	21 880	2,4
9	EUA/USA	20 919	2,3
10	BRASIL	17 503	1,9
	TOTAL MUNDIAL	916 842	70,5
	N-1*	883 521	103,8
	Crescimento anual	33 321	3,8

TOP TEN DO AMBIENTE
(10 países em 197)

	País	Dez. 2020	%
1	CHINA	168 129	48,2
2	JAPÃO	17 804	5,1
3	ITÁLIA	16 858	4,8
4	ESPANHA	12 584	3,6
5	INGLATERRA	11 627	3,3
6	ALEMANHA	9 955	2,9
7	INDIA	8 416	2,4
8	FRANÇA	6 458	1,9
9	ROMÉNIA	5 221	1,5
10	COREIA DO SUL	5 091	1,5
	TOTAL MUNDIAL	348 473	75,2
	N-1*	312 580	111,5
	Crescimento anual	35 893	11,5

TOP TEN DA SEGURANÇA ALIMENTAR
(10 Países em 156)

	País	Dez. 2020	%
1	CHINA	12 929	38,3
2	GRÉCIA	2 069	6,1
3	INDIA	1 767	5,2
4	JAPÃO	1 503	4,5
5	ITÁLIA	929	2,8
6	FRANÇA	804	2,4
7	TAIPÉ (CHINA)	763	2,3
8	TURQUIA	763	2,3
9	ESPANHA	583	1,7
10	ROMÉNIA	581	1,7
	TOTAL MUNDIAL	33 741	67,3
	N-1*	33 502	100,7
	Crescimento anual	239	0,7

A Austrália continua com forte crescimento aumentando mais 787 certificados e acelerando em relação ao ano anterior em que a progressão foi de 512 certificados, ficando próxima dos 8 mil registos. A Nova Zelândia recupera as perdas do ano anterior (32) e acrescenta outros tantos com um crescimento anual de 62 certificados pelo que o saldo da região é positivo.

Os dois maiores países africanos emissores de certificados (África do Sul e Egipto) tem um desempenho negativo. Ambos registam quedas de 65 e 432, respetivamente. Marrocos e Nigéria apresentam um crescimento de poucas dezenas de certificados Os países do Golfo (Arábia Saudita, Emiratos Árabes Unidos, Irão) interrompem o crescimento que vinham registando com decréscimos de todos eles.

Os PALOP (países africanos de expressão portuguesa), são liderados por Angola com 100 certificados um aumento de 21 em relação ao ano anterior.

TOP TEN DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
(10 países em 160)

	País	Dez. 2019	%
1	CHINA	8 356	23,0
2	JAPÃO	5 245	14,4
3	REINO UNIDO	2 818	7,8
4	INDIA	2 309	6,4
5	ITÁLIA	1 390	3,8
6	ALEMANHA	1 175	3,2
7	HOLANDA	938	2,6
8	ESPANHA	938	2,6
9	EUA/USA	757	2,1
10	TURQUIA	729	2,0
	TOTAL MUNDIAL	36 362	67,8
	N-1*	31 910	113,95
	Crescimento anual	4 452	13,95

TOP TEN DA GESTÃO DE ENERGIA
(10 países em 105)

	País	Dez. 2019	%
1	ALEMANHA	5786	31,7
2	CHINA	2934	16,1
3	REINO UNIDO	1184	6,5
4	ITÁLIA	1168	6,4
5	FRANÇA	812	4,5
6	INDIA	773	4,2
7	ESPANHA	625	3,4
8	HUNGRIA	472	2,6
9	TURQUIA	306	1,7
10	BULGÁRIA	252	1,4
	TOTAL MUNDIAL	18 227	78,5
	N-1*	18 059	100,93
	Redução anual	168	0,93

TOP TEN DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
(10 países em 160)

	País	Dez. 2020	%
1	CHINA	12 403	27,9
2	JAPÃO	5 645	12,7
3	REINO UNIDO	3 327	7,5
4	INDIA	2 226	5,0
5	ITÁLIA	1 827	4,1
6	PAÍSES BAIXOS	1 326	3,0
7	ALEMANHA	1 281	2,9
8	EUA/USA	1 058	2,4
9	ESPANHA	997	2,2
10	TAIPÉ (CHINA)	895	2,0
	TOTAL MUNDIAL	44 499	69,6
	N-1*	36 362	122,4
	Crescimento anual	8 137	22,4

TOP TEN DA GESTÃO DE ENERGIA
(10 países em 105)

	País	Dez. 2020	%
1	ALEMANHA	6 436	32,6
2	CHINA	3 748	19,0
3	INGLATERRA	1 277	6,5
4	ITÁLIA	1 242	6,3
5	FRANÇA	779	3,9
6	INDIA	774	3,9
7	ESPANHA	637	3,2
8	HUNGRIA	446	2,3
9	TURQUIA	329	1,7
10	ÁUSTRIA	241	1,2
	TOTAL MUNDIAL	19 731	80,6
	N-1*	18 227	108,3
	Redução anual	1 504	8,3

Ranking do maior para o menor | *Valores absolutos e percentuais relativos ao ano anterior | Fonte: ISO Survey

Também a crescer encontramos Cabo Verde com mais um. Moçambique perde 22 passando de 60 para 38. Guiné Bissau e S. Tomé e Príncipe perdem os certificados que detinham.

A Europa e Portugal, vão ser abordados em separado um pouco mais à frente.

Terminamos apresentando os dez principais países emissores de certificados, nesta norma, com o *top ten*. A liderança deste *ranking* é da China com 324 621 mais 44 mil que no ano anterior. Em percentagem passa de 31.7 para 35.4% do total mundial. Uma em cada três empresas certificadas é chinesa. É o líder destacado e a grande distância dos demais. Em segundo lugar a Itália que perde cinco mil certificados para 91 493. É seguida pela Alemanha com 49 349 que continua a crescer. Estes são os três primeiros e representam cerca de 50% do total mundial. Na quarta posição o Japão troca com a Índia mas com números próximos. Nas restantes posições tudo na mesma: Espanha na sexta posição com crescimento negativo. Inglaterra na sétima posição, seguida pela França. Ambos em terreno positivo. Fecham os EUA e o Brasil com ligeiras perdas em relação ao ano anterior. Os EUA estão a perder certificados nos últimos anos e a redução é já de 50% em relação ao máximo histórico.

ISO 14001 AMBIENTE

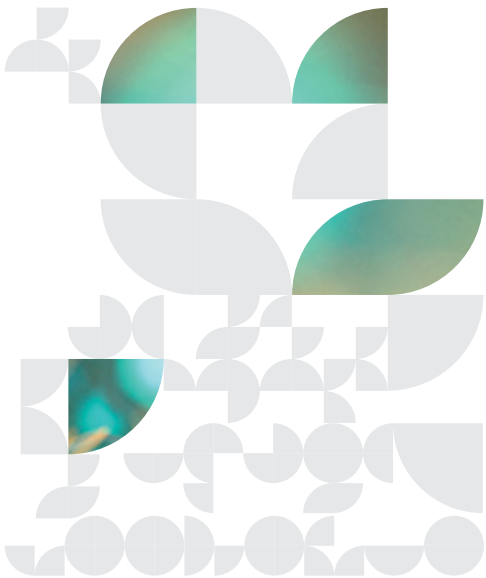
A norma do Ambiente continua, pelo segundo ano, a crescer a nível mundial ancorada quase exclusivamente na Ásia e, em particular, na China. Acrescenta mais 35 893 certificados sendo que da Europa a contribuição é de, escassos, 1585. A China, recupera na totalidade das quedas recentes de quase 30 mil reportadas nos dois últimos anos. O seu crescimento de 33 203 é, praticamente, o crescimento mundial. E, de facto, na Ásia os restantes crescimentos são de reduzida monta, apenas de algumas dezenas ou centenas. A crescer encontramos países como a Malásia, Taipé, Tailândia ou Indonésia. Mas com pequenos valores. As reduções mais significativas são do Japão que continua a descer perdendo 222 a somar aos 1105 do ano anterior. Coreia perde, igualmente, mais de seiscentos certificados prosseguindo a tendência negativa do ano anterior. Singapura perde duas dezenas e a Índia continua a perder certificados mas com tendência de estabilização.

Na América do Norte, Canadá e México o crescimento é geral e com pouca expressão. Os EUA crescem 97 registos para os 3768, o Canadá acrescenta mais 10 e o México 57. É uma centena e meia de novas adições. A tendência é positiva embora muito longe dos máximos históricos que já foram atingidos. Em 2015 os EUA reportavam cerca de seis mil certificados.

Na América do Sul a tendência é mista com a Argentina e a Colômbia em perda. A mesma Colômbia, que no ano transato ultrapassara o Brasil no topo dos países da região com mais certificados. Este ano perde novamente a posição com uma redução de 145 certificados. O suficiente para o Brasil com um acrescento de 32 certificados a ultrapassar. O Chile mantem o crescimento registado anteriormente e o Peru, continua a crescer de forma significativa.

A Austrália cresce. Aumenta mais 708 aos registados no ano anterior. Os últimos anos são de crescimento permanente e com significado. A Nova Zelândia recupera ligeiramente (57) das perdas registadas no passado recente.

Em África, o seu principal país, a África do Sul, continua a recuperar das perdas mais recentes. Este ano acrescenta mais 22 certificados aos 94 do ano anterior mas que não anulam os 382 perdidos em 2018. No restante temos uma tendência mista. O Egipto com menos 127 e Marrocos (-35) no lado negativo. Pela positiva encontramos a Tunísia com mais 44 certificados. Nos países Árabes de registar a Arábia Saudita e os EAU a crescer ligeiramente e pela negativa o Irão com a maior queda entre eles. Angola acrescenta cinco certificados para 16 e lidera os PALOP.



Moçambique perde cinco e cai para segundo com 10 no total. Cabo Verde mantem os mesmos dois do ano anterior. Restantes sem certificados emitidos.

Terminamos apresentando os dez principais países emissores de certificados no *top ten*. A liderança mantem-se e é reforçada. A China apresenta uma quota mundial de 48% dos certificados emitidos. Nas cinco primeiras posições não houve qualquer alteração. Deste *ranking* 3 países asiáticos estão com desempenho negativo: Japão, Índia e Coreia do Sul com pequenas reduções. Os países europeus presentes no *ranking* apresentam desempenhos mistos. Itália e Espanha descem ligeiramente. Inglaterra, França, Alemanha e Roménia crescem. Como no ano passado encontramos, neste *top ten*, 4 países asiáticos com a China a liderar, destacadíssima, e seis europeus com a Itália na terceira posição.

ISO 22000 SEGURANÇA ALIMENTAR

Existe crescimento mas marginal. São acrescentados por todo o mundo mais 239 certificados. Só a China reporta mais 785 pelo que muitos países se encontram em contraciclo. A Análise aponta, tal como no ano anterior, para uma tendência mista entre as diversas regiões analisadas mas com muitos dos principais países em terreno negativo. O crescimento é alicerçado em meia dúzia de países, especialmente na Ásia. Como referido a China com mais 785, mas também o Japão e a Tailândia com, respetivamente, mais 143 e 172 certificados. Com crescimentos menores, a Malásia, Indonésia ou Singapura. A Índia, Coreia do Sul e Taipé reduzem, respetivamente, 283, 64, 119 registos.

A Austrália e Nova Zelândia ganham ambas 50 certificados, anulando as perdas de igual monta do ano anterior. Falamos de quase duas centenas de certificados existentes nestes dois países.

Na América do Norte, o México lidera e em crescimento (+12), sendo o único. Canadá e EUA continuam a descer com quedas marginais de 18 e 47 certificados, respetivamente que se juntam às perdas dos anos mais recentes.

Na América do Sul a Colômbia destrona a Argentina, que perdeu 62 certificados, e passa a liderar. Contabiliza cento e uma empresas com um crescimento anual de 2 registos o suficiente para estar na liderança. É seguido com menos um certificado pelo Brasil que aumentou 17 certificados. Argentina tem uma queda expressiva perdendo 62 certificados. No anterior *survey* apresentava um crescimento de 46 empresas. Em perda, igualmente, o Chile e Perú.

Em África, o panorama é negativo. O líder é o Egipto com 282 e uma perda de 52. A África do Sul tem, igualmente, uma redução forte perdendo 77 certificados. A redução é geral, embora menos pronunciada, em Marrocos, Tunísia ou Nigéria. Os países do Golfo crescem com exceção do Irão. Nos países africanos de expressão portuguesa está tudo praticamente na mesma. No entanto, a liderança é alcançada por Cabo Verde com 5 certificados (+1) que no ano anterior. Angola e Moçambique seguem com quatro cada. A Guiné apresenta uma empresa e São Tomé e Príncipe ainda não regista nenhum certificado por esta norma.

No top tem, deparamo-nos praticamente com os mesmos países do ano anterior, com pequenas alterações na sua ordenação. A Grécia sobe para a segunda posição trocando com a Índia porque esta última teve uma redução com algum significado. A Grécia cresce 27 certificados. Regista-se a entrada da França para a sexta posição, fechando a Roménia que, anteriormente, era sétima.

Lidera, reforçada, a China com uma percentagem de 38%. É seguida pela Grécia e no terceiro posto a Índia. Estes três países representam cerca de 50% da totalidade existente. O Japão mantem a quarta posição com uma ligeira subida no número de certificados e no meio da tabela está a Itália. Em termos de crescimento/decréscimo estão partidos ao meio.

ISO 27001 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Depois de um bom ano de crescimento só mesmo outro igual. Este ano são acrescentados mais 8 137 certificados aos existentes anteriormente atingindo um novo máximo mundial com 44 449 certificados. Todas as regiões contribuem destacando-se a China, a título individual, pelo número de novas adições conseguidas reforçando mais uma vez a sua percentagem individual que está próxima dos 28%. O crescimento mundial foi de 22.4% e o da europa de 17.3%.

América do Norte, Canadá e México crescem com os EUA a registarem mais 301 certificados recuperando na totalidade os, recentemente, perdidos. Canadá com mais 52 e seis para o México.

Um pouco mais a sul verificamos que os principais países analisados estão a crescer A Colômbia mantem a liderança tendo sido o país que mais cresceu com 238 seguida do Brasil com 148 certificados.

A Austrália e a Nova Zelândia, neste normativo, crescem ambas pelo segundo ano consecutivo atingindo 562 e 66, respetivamente.

A China, reforça a liderança asiática e mundial acrescentando mais 4047 aos 1157 certificados do ano anterior. São vários os países deste continente que crescem como o Japão com 400 novos certificados. Pela negativa a Índia e Singapura que perdem 83 e 156 certificados, respetivamente.

Em África os dois principais países são a África do Sul e a Nigéria que crescem um pouco. Egipto, Marrocos ou Tunísia aumentam, igualmente, mas de forma marginal. Nos países de expressão portuguesa, apenas Cabo Verde aparece com uma empresa, contra as quatro do ano anterior. Restantes países sem qualquer registo sendo que Angola perdeu os 4 certificados que ostentava no ano transato. No que concerne aos países do golfo, que estamos a analisar, a Arábia Saudita e o Irão tem um ligeiro decréscimo e os Emiratos crescem cinco registos.

Nos dez maiores países apenas a Índia tem uma ligeira quebra. Nas primeiras cinco posições estão os mesmos do ano anterior. Países Baixos trocam com a Alemanha e sobem para a sexta posição. Os EUA ultrapassam a Espanha ficando na oitava posição. Para a última entra Taipé, saindo a Turquia. Este é um *ranking* com forte presença da ásia e europa e dos EUA o que é pouco habitual.

ISO 50001 GESTÃO DE ENERGIA

Norma com poucos anos de lançamento e com grande implantação na europa. A Alemanha lidera e a larga distância da China, a número dois. Tal como no ano anterior assistimos a uma recuperação com um crescimento mundial de 8% e de 4.6 na europa.

Na Ásia o crescimento é devido à China que aumenta 814 certificados. Os restantes países tem ligeiras descidas ou subidas mas nada de significativo. Meramente exemplificativo a Índia aumenta um certificado e o Japão reduz igualmente um. Taipé continua a perder certificados (menos 28) este ano. Singapura avança mais cinco.

Na América do norte dois dos três países aumentam 12 certificados (Canadá e México). Os EUA reduzem seis ficando com os mesmos 44 do México. O Canadá duplica o seu número de seis para doze. No Restante continente, o Brasil lidera acrescentando mais 43 certificados. Todos crescem. O Peru significativamente para a segunda posição. Aumentou 89 registos.

Austrália está a crescer com mais 26 certificados e a Nova Zelândia entra com uma empresa.

Em África a presença desta norma ainda é residual. O Egipto com 35 (perdeu 15) e a África do Sul com 13 crescendo dois, são merecedores de referência.

EUROPA 2019

TOP TEN DA QUALIDADE
(10 Países em 49)

	País	Dez. 2019	%
1	ITÁLIA	95 812	27,1
2	ALEMANHA	47 868	13,5
3	ESPANHA	30 801	8,7
4	REINO UNIDO	25 292	7,15
5	FRANÇA	21 696	6,1
6	REP. CHECA	12 439	3,5
7	POLÓNIA	11 460	3,2
8	ROMÉNIA	9 506	2,7
9	SUIÇA	7 768	2,2
10	PAÍSES BAIXOS	7 455	2,1
	TOTAL EUROPA (100%)	353 442	76,4
	N-1*	342 645	103,15
	Crescimento anual	10 797	3,15

TOP TEN DO AMBIENTE
(10 países em 49)

	País	Dez. 2019	%
1	ITÁLIA	17 386	17,0
2	ESPANHA	12 871	12,6
3	REINO UNIDO	11 420	11,1
4	ALEMANHA	8 465	8,3
5	FRANÇA	6 402	6,2
6	ROMÉNIA	4 658	4,5
7	REP. CHECA	4 409	4,3
8	POLÓNIA	3 766	3,7
9	SUÉCIA	2 989	2,9
10	HUNGRIA	2 547	2,5
	TOTAL EUROPA (100%)	102 599	73,02
	N-1*	97 864	104,84
	Crescimento anual	4 735	4,84

TOP TEN DA SEGURANÇA ALIMENTAR
(10 Países em 49)

	País	Dez. 2019	%
1	GRÉCIA	2042	20,0
2	ITÁLIA	1008	9,9
3	ROMÉNIA	639	6,3
4	TURQUIA	635	6,2
5	ESPANHA	608	6,0
6	POLÓNIA	532	5,2
7	FRANÇA	503	4,9
8	RUSSIA	450	4,4
9	ALEMANHA	436	4,3
10	PAÍSES BAIXOS	399	3,9
	TOTAL EUROPA (100%)	10 217	70,98
	N-1*	9 665	105,71
	Crescimento anual	552	5,71

EUROPA 2020

TOP TEN DA QUALIDADE
(10 Países em 49)

	País	Dez. 2020	%
1	ITÁLIA	91 493	26,3
2	ALEMANHA	49 349	14,2
3	ESPANHA	29 814	8,6
4	INGLATERRA	25 995	7,5
5	FRANÇA	21 880	6,3
6	POLÓNIA	10 219	2,9
7	REP. CHECA	10 085	2,9
8	ROMÉNIA	9 935	2,9
9	PAÍSES BAIXOS	8 358	2,4
10	TURQUIA	8 150	2,3
	TOTAL EUROPA (100%)	348 181	76,2
	N-1*	353 442	98,5
	Redução anual	-5 261	-1,5

TOP TEN DO AMBIENTE
(10 países em 49)

	País	Dez. 2020	%
1	ITÁLIA	16 858	16,2
2	ESPANHA	12 584	12,1
3	INGLATERRA	11 627	11,2
4	ALEMANHA	9 955	9,6
5	FRANÇA	6 458	6,2
6	ROMÉNIA	5 221	5,0
7	REP. CHECA	3 966	3,8
8	TURQUIA	2 954	2,8
9	SUÉCIA	2 807	2,7
10	HUNGRIA	2 797	2,7
	TOTAL EUROPA (100%)	104 184	72,2
	N-1*	102 599	101,5
	Crescimento anual	1 585	1,5

TOP TEN DA SEGURANÇA ALIMENTAR
(10 países em 49)

	País	Dez. 2020	%
1	GRÉCIA	2069	20,9
2	ITÁLIA	929	9,4
3	FRANÇA	804	8,1
4	TURQUIA	763	7,7
5	ESPANHA	583	5,9
6	ROMÉNIA	581	5,9
7	PAÍSES BAIXOS	536	5,4
8	RUSSIA	403	4,1
9	POLÓNIA	359	3,6
10	BULGÁRIA	294	3,0
	TOTAL EUROPA (100%)	9880	74,1
	N-1*	10217	96,7
	Redução anual	-337	-3,3

Os países de expressão portuguesa não tem certificados em vigor.

Os países do Golfo, com exceção do Irão, apresentam trajetória positiva sendo liderados pelos EAU com sessenta e cinco. No *top ten*, quase todos os países crescem. Apenas a França e a Hungria apresentam ligeiras reduções. A liderar está a Alemanha que reforça a liderança em termos percentuais para 32.6% seguida pela China com 18.99% também a crescer. Estes dois países são responsáveis por mais de metade dos certificados. Nas posições do *ranking* estão os mesmos do ano anterior, com exceção da Áustria, que entra para a última posição que era da Bulgária. Esta norma tem ainda uma presença reduzida em muitas regiões tendo de facto alguma expressão na Europa e na Ásia. Estes dez países representam 80.6% do total mundial.

TOP TEN DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
(10 países em 47)

	País	Dez. 2019	%
1	REINO UNIDO	2 818	20,6
2	ITÁLIA	1 390	10,2
3	ALEMANHA	1 175	8,6
4	PAÍSES BAIXOS	938	6,8
5	ESPANHA	938	6,8
6	TURQUIA	729	5,3
7	ROMÉNIA	654	4,8
8	POLÓNIA	652	4,8
9	HUNGRIA	554	4,0
10	REP. CHECA	462	3,4
	TOTAL EUROPA (100%)	13 698	75,3
	N-1*	12 031	113,86
	Crescimento anual	1 667	13,86

TOP TEN DA GESTÃO DE ENERGIA
(10 países em 40)

	País	Dez. 2019	%
1	ALEMANHA	5 786	44,5
2	REINO UNIDO	1 184	9,1
3	ITÁLIA	1 168	9,0
4	FRANÇA	812	6,3
5	ESPANHA	625	4,8
6	HUNGRIA	472	3,6
7	TURQUIA	306	2,4
8	BULGÁRIA	252	1,9
9	REP. CHECA	241	1,9
10	AUSTRIA	236	1,8
	TOTAL EUROPA (100%)	13 001	85,2
	N-1*	13 551	95,94
	Redução anual	-550	-4,06

TOP TEN DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
(10 países em 48)

	País	Dez. 2020	%
1	INGLATERRA	3 327	20,7
2	ITÁLIA	1 827	11,4
3	PAÍSES BAIXOS	1 326	8,3
4	ALEMANHA	1 281	8,0
5	ESPANHA	997	6,2
6	TURQUIA	881	5,5
7	ROMÉNIA	729	4,5
8	POLÓNIA	710	4,4
9	HUNGRIA	560	3,5
10	GRÉCIA	454	2,8
	TOTAL EUROPA (100%)	16 069	75,3
	N-1*	13 698	117,3
	Crescimento anual	2 371	17,3

TOP TEN DA GESTÃO DE ENERGIA
(10 países em 40)

	País	Dez. 2020	%
1	ALEMANHA	6 436	47,3
2	INGLATERRA	1 277	9,4
3	ITÁLIA	1 242	9,1
4	FRANÇA	779	5,7
5	ESPANHA	637	4,7
6	HUNGRIA	446	3,3
7	TURQUIA	329	2,4
8	AUSTRIA	241	1,8
9	BULGÁRIA	213	1,6
10	LETÓNIA	208	1,5
	TOTAL EUROPA (100%)	13 602	86,8
	N-1*	13 001	104,6
	Crescimento anual	601	4,6

Ranking do maior para o menor | *Valores absolutos e percentuais relativos ao ano anterior | Fonte: *ISO Survey*

EUROPA

ISO 9001 QUALIDADE

De acordo com o *survey* da ISO a Europa regressa ao vermelho. São cerca de 5 mil certificados que se perderam registando 348 218 certificados. Bem longe dos 530 mil de 2010 que, a própria Isso, considerava estarem inflacionados e que os atuais estão mais próximos da realidade. Nos últimos tempos apenas se regista um ano de crescimento. A Itália, que já chegou a reportar 150 mil certificados, apresenta 91 493 menos quatro mil que no ano anterior. Referindo apenas os que constam no *ranking* dos dez maiores e, por ordem de grandeza, a República Checa a perder 2 354, seguida da Polónia com uma redução de 1241 e a Espanha com menos 987. Mas não são todos que estão em perda. A Alemanha cresce 1481, os Países Baixos 903, a Inglaterra 703, a Roménia 429 e a França aumenta 184 certificados. Portugal tem uma queda significativa. Estamos perante uma situação mista no que toca aos países europeus que no conjunto apresentam o decréscimo referido. A quota da europa no mundo baixou dos 40 para os 37.98% deste ano.

Os dois países analisados este ano são a Hungria (7030) e a Eslovénia (1817) que apresentam uma trajetória diferente. Enquanto a Hungria sofre uma ligeira redução, a Eslovénia apresenta um ligeiro crescimento.

O *top ten* é liderado pela Itália (91493) desde que é realizado. Este ano a Itália volta a reduzir em quatro mil as empresas certificadas.

É seguida pela Alemanha (49349) com uma subida de 1481 anulando parcialmente as quedas recentes. Completa o pódio a Espanha (29814) que reduziu cerca de mil certificados permitindo à Inglaterra aproximar-se um pouco com mais 703 registos anuais.

São quatro os países que reduzem o número de certificados com a Republica Checa e a Polónia a registarem reduções fortes. Para a décima posição entra a Turquia que ocupa o lugar da Suíça.

ISO 14001 AMBIENTE

A Europa continua, pelo segundo ano, a crescer de forma mais moderada em relação ao ano anterior, totalizando 104 184 certificados.

Aumentou mais 1585 certificados que correspondem a 1.5% pontos percentuais. Na percentagem mundial a europa desliza ligeiramente registando uma percentagem de 29.9 contra os 32.8% do ano anterior. O crescimento não é uniforme. Existem vários países com ligeiras quedas como os líderes Itália e Espanha que perdem 528 e 287 respetivamente. República Checa ou Suécia também registam menos certificados. Em sentido contrário está a Alemanha com mais 1490, a Inglaterra, Roménia ou França. Portugal volta a descer depois de uma queda significativa no ano anterior.

A Hungria apresenta, de uma forma geral, um bom desempenho em todas as normas. Nesta está no *top ten* na décima posição, a mesma do ano anterior, com um aumento de 250 certificados para um total de 2797. A Eslovénia também cresce passando de 468 para 494 nesta contagem. O *ranking* é liderado pela Itália, seguida da Espanha e Inglaterra. No entanto só a Inglaterra tem um aumento ligeiro de certificados. Registamos quatro países com menos certificados, cinco com aumentos e a entrada de um novo, a Turquia. No geral as adições são ligeiramente superiores às diminuições verificadas. A Hungria fecha este *ranking* pelo segundo ano consecutivo.

ISO 22000 SEGURANÇA ALIMENTAR

A Grécia é o país europeu com o maior número de certificados com 2069 certificados e 20.9% do total ao analisarmos os dez países do *top ten*. E este ano continua a crescer. Pela positiva destacamos a França com o maior aumento de certificados, seguida pelos Países Baixos e Turquia. Pela negativa a Polónia que lidera as reduções, seguida da Itália e Roménia. A Bulgária entra para a décima posição. Encontramos um *ranking* misto com praticamente as mesmas subidas e descidas.

No total mundial a Europa perde globalmente 337 certificados descendo em percentagem abaixo dos 30% que detinha habitualmente.

A Hungria nesta norma perde 22 certificados estando na 19ª posição em relação aos países europeus. A Eslovénia sobe de 13 para 16 certificados e está colocada na 39ª posição. Portugal, segundo a ISO, perde cerca de metade dos certificados que tinha no ano anterior ficando na 15ª posição europeia.

A Grécia líder desde a primeira hora e distancia-se um pouco mais do segundo que é a Itália. Os países que constam são quase os mesmos do ano anterior. Apenas a registar a troca da Alemanha pela Bulgária que entra para a décima posição. Principais descidas da Polónia, Roménia e Itália. No quadrante oposto a França, Países Baixos e Turquia.

ISO 27001 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

De referir o crescimento da europa, embora inferior à média. Numa análise geral, a grande maioria dos países cresce o que se entende bem em função das especificidades deste normativo referente à segurança da informação. E os anos mais recentes demonstram o quanto necessitamos de implementar nas organizações protocolos de segurança cada vez mais robustos e fiáveis. Os maiores crescimentos acontecem na Inglaterra, Itália e Países Baixos com várias centenas de novos certificados. A constatação é que todos os países representados neste *ranking* crescem.

A Hungria mantem a nona posição do ano anterior aumentando seis certificados. A Eslovénia tem um forte crescimento passando de 31 para 131 apenas no decorrer de um ano.

O *ranking* é liderado pela Inglaterra seguida pela Itália e Países Baixos que ultrapassam a Alemanha, por poucos certificados.

Nas restantes posições não se registam alterações com excepção da entrada da Grécia para a décima posição por troca com a República Checa. Portugal perde 31 certificados nesta norma.

ISO 50001 GESTÃO DE ENERGIA

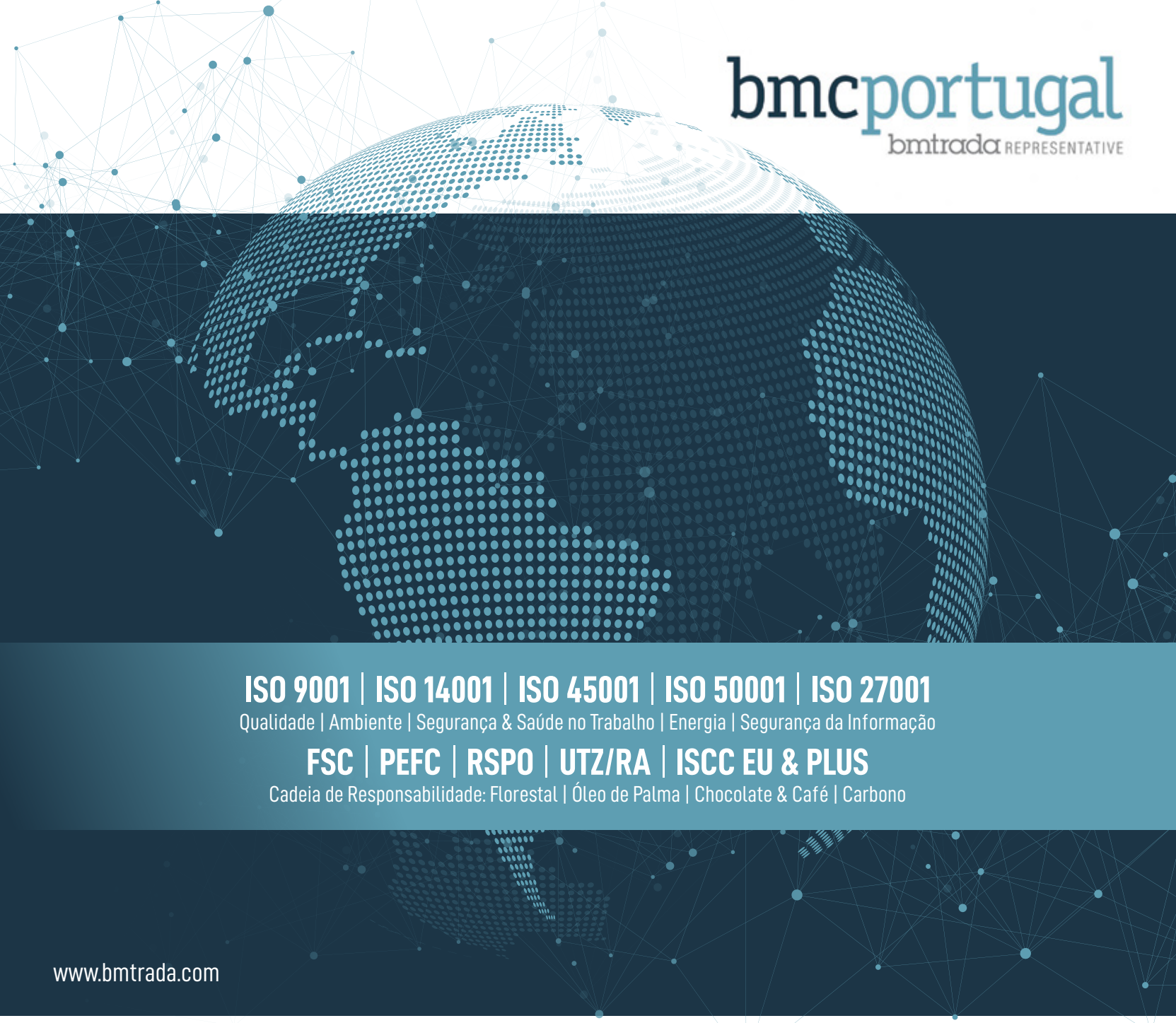
Este ano, ao crescimento mundial, junta-se também o europeu com cerca de 4 pontos percentuais. A Alemanha regressa a um crescimento forte com mais 650 certificados depois de uma queda de 457 um ano antes. É a grande impulsionadora do crescimento europeu. Também a crescer a Inglaterra, Itália ou Espanha. Mas nem todos os países estão a crescer mesmo entre os maiores. França, Hungria, Bulgária reduzem embora o seu valor seja pequeno. A Quota da europa nesta norma está próxima dos 70%. Portugal recupera alguns dos certificados perdidos anteriormente.

A Hungria tem uma redução de 26 certificados ficando com 446, mantendo a sexta posição do ranking. A Eslovénia cresce passando de 27 para trinta e oito.

Nos dez principais países encontramos pequenas alterações com a subida da Áustria para a Oitava posição por troca com a Bulgária. Observa-se a entrada da Letónia para a décima posição saindo deste *ranking* a República Checa. Lidera a Alemanha, seguida da Inglaterra, mas a grande distância. A Itália está na terceira posição, a mesma do ano anterior.

CONTEXTO NACIONAL
ISO 9001 QUALIDADE

Em 2014 Portugal registava pela ISO cerca de oito mil certificados no normativo da qualidade. Seis anos depois apresenta 4734 perdendo mais de mil certificados. A queda é significativa e contínua nos últimos anos.



bmcportugal

bmtrada REPRESENTATIVE

ISO 9001 | ISO 14001 | ISO 45001 | ISO 50001 | ISO 27001

Qualidade | Ambiente | Segurança & Saúde no Trabalho | Energia | Segurança da Informação

FSC | PEFC | RSPO | UTZ/RA | ISCC EU & PLUS

Cadeia de Responsabilidade: Florestal | Óleo de Palma | Chocolate & Café | Carbono

www.bmtrada.com

Av. D. João II, Edifício Infante, Nº 35 – 11º
Parque das Nações
1990 – 083 Lisboa (Portugal)

Tefefone: (+351) 211 378 399
Telemóvel: (+351) 915 736 792
Email: tecnico@bmtrada.pt
www.bmcassurance.pt

A crise pandémica em curso pode explicar alguma desta situação mas não a totalidade da redução. A europa também está a descer mas o ritmo de Portugal é muito superior aos dos restantes parceiros. Em percentagem Portugal tem um decréscimo de 22.7 passando a significar 0.51% da quota mundial e 1.36% quando comparado apenas com o continente europeu. Estamos perante uma redução muito significativa registada nos últimos anos.

ISO 14001 AMBIENTE

Portugal continua a perder certificados, contrariando a tendência mundial e europeia. E, como se observa, esta redução acontece nos anos mais recentes de forma continuada. Este ano, reporta menos 33 certificados o que parece indiciar uma estabilização em relação aos 469 registados na anterior edição. Estamos perante uma série de quatro anos consecutivos de redução para o patamar dos oitocentos certificados (880) pela norma ambiental. A Queda percentual é de 3.61% contra um crescimento europeu de 1.5%. A quota de Portugal reduz-se novamente passando para 0.25% e 0.84% em termos mundiais e europeus. Ocupa a 25ª posição face aos congéneres europeus.

ISO 22000 SEGURANÇA ALIMENTAR

Portugal acompanha a tendência europeia de redução muito significativa dos certificados existentes. Perdeu praticamente metade o que não é bom por se tratar da segurança alimentar. Confiemos que tenha sido um problema de contabilização da ISO, o que já aconteceu no passado recente em várias normas e países.

N.º CERTIFICADOS EMITIDOS / N.º EMPRESAS REGISTADAS (INE) POR NUT II

	EMPRESAS TOTAL	EMPRESAS C/ + 10 TRAB.	CERTIFICADOS EMITIDOS *	% DE CERTIFICADOS VS EMPR. C/ + 10 TRAB.	% DE CERTIFICADOS POR NUTT II
NORTE	446 149	19 418	3 831	19,73	35,64
CENTRO	269 110	9 995	3 185	31,87	29,63
LISBOA	382 504	13 634	2 838	20,82	26,40
ALENTEJO	86 189	2 716	352	12,96	3,27
ALGARVE	76 971	2 619	259	9,89	2,41
REG. AUT. AÇORES	28 746	973	162	16,65	1,51
REG. AUT. MADEIRA	28 661	1 082	123	11,37	1,14
TOTAL	**1 318 330**	**50 437**	**10 750**	**21,31**	**100,00**
N - 1**	**1 278 164**	**48 225**	**9 839**	**20,40**	
DIFERENCIAL	**40 166**	**2 212**	**911**	**0,91**	

Fonte: INE e organismos certificadores
* Pelas Normas ISO 9001/14001/45001/NP4397/ISO 22000/HACCP/ISO/TS/SA8000/NP4469/NP4457 (IDI) | **Valores relativos ao ano anterior

VARIÁVEIS RELATIVAS AO EMPREGO E AO VOLUME DE NEGÓCIOS POR REGIÕES NUT II (milhares de euros)

	VOL. EMPREGO POR REGIÃO	VOL. EMPREGO C/ 10 TRAB. OU +	%	VOL. DE NEGÓCIOS	EM EMPRESAS C/ 10 TRAB. OU +	%
NORTE	1 418 707	775 534	54,66	116 426 821 092	85 748 914 172	73,65
CENTRO	759 243	369 977	48,20	68 248 130 847	48 469 954 701	71,02
LISBOA	1 447 871	919 911	64,19	182 825 917 798	145 531 068 632	79,6
ALENTEJO	215 023	90 715	40,24	18 128 067 334	11 787 928 605	65,03
ALGARVE	191 215	80 424	42,06	10 329 349 226	6 061 060 802	58,68
REG. AUT. AÇORES	72 715	34 075	46,27	5 531 356 444	3 933 308 840	71,11
REG. AUT. MADEIRA	79 401	39 785	48,61	5 762 695 026	3 747 737 000	65,03
TOTAL	**4 184 175**	**2 310 421**	**55,22**	**407 252 337 767**	**305 279 972 752**	**74,96**
N-1*	**4 060 451**	**2 239 317**	**55,15**	**396 679 490 869**	**299 171 791 645**	**75,42**
DIFERENCIAL	**123 724**	**71 104**	**0,07**	**10 572 846 898**	**6 108 181 107**	**-0,46**

*Valores relativos ao ano anterior | Fonte: INE

Portugal vinha apresentando um desempenho muito interessante entrando inclusive no *top ten* num passado recente. A tendência era igualmente positiva. Com esta redução desce para a 15ª posição. Em termos regionais (Europa) Portugal apresenta uma percentagem de 1.68 e 0.49% mundiais. Apresenta uma forte redução em ambos os percentuais.

ISO 27001 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

O mundo cresceu 22%, a europa 17% e Portugal decresceu 25%. Este é o resumo dos dados desta norma. Regista-se que o crescimento mundial continua com alguma pujança. Em Portugal os últimos anos são de altos e baixos. Desta forma, a quota percentual passa para 0.20% e 0.56% respetivamente no mundo e na europa. A existência de cada vez mais empresas certificadas nesta norma é positivo pois para a atividade das empresas a segurança da informação é vital dado que ela é, em si mesma, um dos seus maiores ativos.

ISO 50001 GESTÃO DE ENERGIA

Portugal cresce neste normativo e é o único dos analisados em que isso acontece. Depois da queda do ano anterior, recupera oito certificados para um total de 37. Sendo o universo total de empresas certificadas pequeno um aumento de 8 registos é suficiente para passar da posição 47 para a 28ª nesta edição. Esta é uma norma específica que, pela sua natureza, embora importante, não terá um elevado número de empresas nacionais a certificarem-se nos próximos anos. No entanto, o sector das energias tem dinamismo para mais algum crescimento. A quota europeia passou para 0.27% e a mundial para 0.18% aumentando em relação ao último ano.

CONTEXTO ECONÓMICO PORTUGUÊS

Os dados utilizados neste GEC para efetuar a análise ao tecido económico português, repartidos por cinco regiões continentais e duas insulares foram recolhidos junto do INE como é habitual. Em cada região, são analisados o número de empresas existentes, o volume de negócios e as variáveis referentes ao emprego, apurando também a variação anual desse período temporal, de acordo com as NUT II. Os últimos elementos disponíveis são de 2019. É, ainda, através do INE, que são recolhidos e tratados os dados necessários para apurar as empresas com mais de dez trabalhadores, relevantes estatisticamente para este estudo como já explicitado anteriormente. As empresas certificadoras com atividade em Portugal forneceram os dados sobre o número de empresas certificadas existentes.

Os elementos reunidos e as diferentes fontes de suporte comportam alguns riscos que procuramos minimizar sistematizando e uniformizando o mais possível. As listagens recebidas dos organismos certificadores são importantes ajudas nesse processo reconhecendo a mais-valia destes elementos inclusive para a sua atividade e análise. A informação facultada ao *survey* da ISO e ao GEC, é efetuada em momentos distintos pelo que recomendamos que sejam lidos de forma individual, evitando o cruzamento de dados. A uniformização beneficia largamente todos os leitores, empresários e técnicos da qualidade que recorrem ao GEC, bem como aos académicos para quem esta publicação funciona como um verdadeiro serviço público, gratuito, na sua recolha de informação para a elaboração de trabalhos académicos

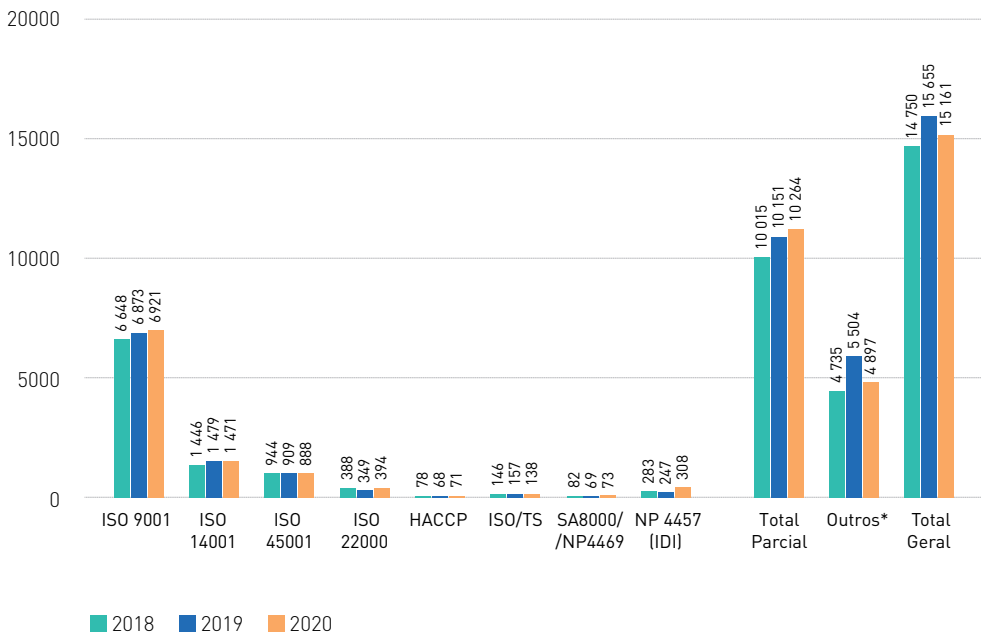
Os elementos facultados pelo INE comprovam que a criação líquida de emprego, de empresas e o aumento do volume de negócios anual em 2019 e, em todas as regiões NUT II, foi uma realidade, a exemplo dos anos anteriores. O número de empresas passou de 1.278 164 para 1 318 330, ou seja, mais 40 166 (35 471 no ano anterior). Neste período, foram acrescentados 123 724 novos postos de trabalho a somar aos 168 233 do ano anterior. Nas empresas com 10 ou mais trabalhadores, o saldo é igualmente positivo, passando de 48 225 para 50 437, ou seja, mais 2 212 empresas. Estes números confirmam a tendência registada nos anos mais recentes alcançando novamente os 50 mil que já existiram. Os números, apresentados demonstram claramente que Portugal é um país de micro e pequenas empresas onde as estratégias concertadas para fomentar o crescimento tardam a ser uma realidade. Os gráficos apresentados com as variáveis relativas ao número de empresas, o volume de negócios, o emprego total e os certificados existentes em cada uma das regiões, são obtidos junto do INE e dos organismos certificadores.

São utilizadas as regiões NUT II para a distribuição regional pelo Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira com um filtro para apurar as empresas com 10 ou mais trabalhadores que representam mais fielmente o potencial anual de acordo com estudos realizado anteriormente. De um total de 1.318 330 passamos para 50 437 empresas. Uma redução forte, como já referido. O objectivo do filtro utilizado é o de definir com maior rigor o potencial de empresas certificáveis na economia nacional. Neste caso são 50 437 empresas, mais 2 212 possibilidades pelo modelo em relação ao ano anterior. Estes números representam um largo potencial de crescimento dos organismos certificadores junto das empresas potenciais para que a certificação de mais empresas seja uma realidade.

Apresentamos a fechar dois gráficos que permitem verificar os principais valores e as tendências relacionadas com um vasto conjunto de normas, onde se incluem as principais existentes, quer sejam normas ISO ou de outras entidades. O objetivo é de analisar e fazer a caracterização sem identificar individualmente os organismos certificadores, mas tão só o número de certificados emitidos por cada uma das normas.

GRÁFICO 1

Evolução do N.º de Certificados emitidos por norma assinalada

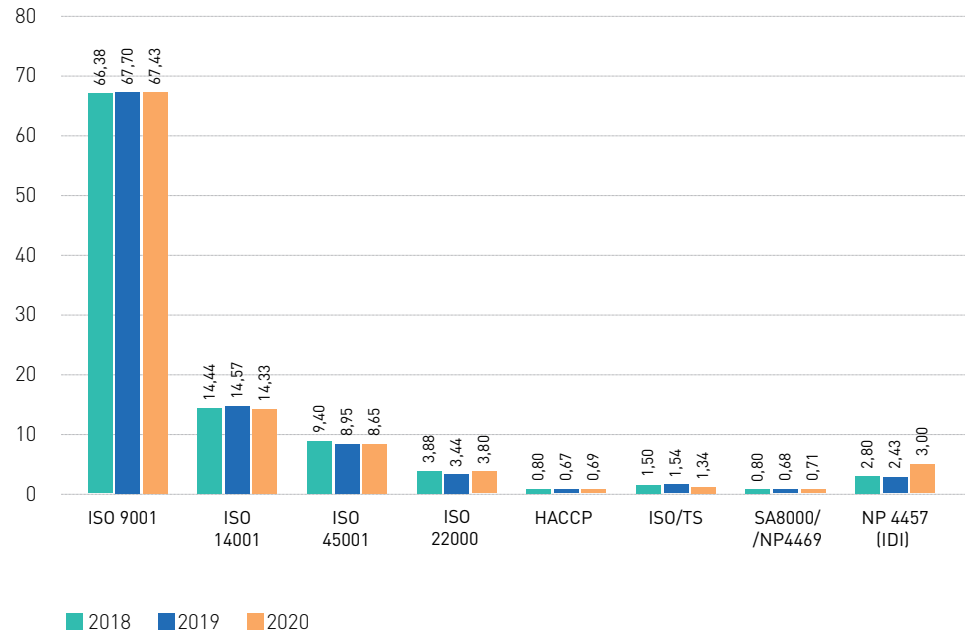


* Outras normas não assinaladas neste gráfico, serviços e produtos certificados

Agradecemos aos organismos pelo envio dos elementos referidos estando convictos que têm a ganhar com esta parceria e são beneficiários diretos destas análises. Os dois gráficos apresentam o universo existente em Portugal de certificações de empresas, produtos e serviços em vigor de acordo com os elementos facultados. A tendência é mista ao nível das normas tal como já se verificava no ano anterior. A qualidade sobe ligeiramente (48). No ambiente existe uma redução de oito certificados. Estas duas normas são as preferidas pelas empresas e representam 80% da totalidade. Como terceira norma mais representativa encontramos a ISO 45001. Estes 3 normativos representam 90% do total. De ressalvar o peso específico no universo empresarial da norma 9001. O que acontece nesta norma é sempre relevante e o ligeiro crescimento da qualidade é importante dado que está associada – mais do que qualquer outra – às trocas comercias globais das empresas ou seja: às exportações e à internacionalização. As restantes normas apresentam, quase todas, ligeiro crescimento.

GRÁFICO 2

Evolução do N.º de Certificados emitidos por norma/ano em percentagem (%)



A coluna que assinalamos como "outros" que agrega várias normas, serviços e produtos certificados apresenta uma redução, invertendo a tendência de crescimento verificada nos últimos anos e contribuindo para que o total anual se reduza com alguma expressão. De referir que os elementos publicados nos dois gráficos contrariam os dados que a ISO publicou no *survey* não se verificando uma redução com a dimensão da reportada no estudo referido. Não deixa no entanto de ser motivo de preocupação esta situação.

A finalizar, relembramos que, no GEC, não são contabilizados os certificados de empresas com residência fiscal noutro Estado-membro ou em países terceiros, como os PALOP, sendo este último, um mercado interessante para algumas entidades certificadoras, que aproveitam o *know-how* para desenvolver, nesses países, estratégias de internacionalização com algum sucesso.

A **CERTIFICAÇÃO** NA EUROPA COMUNITÁRIA

ESTADOS-MEMBRO

Alemanha* | Áustria* | Bélgica* | Bulgária | Chipre* | Croácia | Dinamarca | Eslováquia* | Eslovénia* | Espanha* | Estónia* | Finlândia* |França* | Grécia* | Hungria | Irlanda* | Itália* | Letónia* | Lituânia* | Luxemburgo* | Malta* | Países Baixos* | Polónia | PORTUGAL* | Reino Unido | República Checa | Roménia | Suécia.

* Países que aderiram à moeda única (Euro)

Nesta edição abordamos dois países com fronteiras entre si: Hungria e Eslovénia.

A Hungria é um médio país da europa central com o tamanho de Portugal e sensivelmente a mesma população. Tem 93 000 Km^2 (Portugal 92 000 Km^2) e uma população estimada próxima dos 10 milhões de habitantes, com capital na cidade de Budapeste. Uma cidade muito visitada anualmente pela sua beleza e riqueza histórico-cultural. A grande metrópole tem cerca de 2.5 milhões de habitantes. Faz fronteira com sete países europeus, a saber: Áustria, Croácia, Eslováquia, Eslovénia, Roménia, Sérvia e Ucrânia. Fez parte do império Austro-húngaro. Depois da segunda guerra mundial ficou sob a influência da Ex-União Soviética durante quatro décadas. Em 23 de Outubro de 1989 a Hungria tornou-se novamente um país independente com a implantação de uma democracia parlamentar. As primeiras eleições livres ocorreram em 1990. Aderiu à NATO em 1999 e é membro da Comunidade Europeia desde 2004. Abraçou a economia de mercado e atualmente é uma das economias mais abertas da europa.

INFORMAÇÕES GERAIS

PAÍS	REGIME POLÍTICO
ALEMANHA	República federal
ÁUSTRIA	República federal
BÉLGICA	Governo parlamentar federal (monarquia constitucional)
BULGÁRIA	Democracia parlamentar
CHIPRE	República
CROÁCIA	República
DINAMARCA	Monarquia constitucional
ESLOVÁQUIA	Democracia parlamentar
ESLOVÉNIA	República parlamentar
ESPANHA	Monarquia parlamentar
ESTÓNIA	República parlamentar
FINLÂNDIA	República
FRANÇA	República
GRÉCIA	República parlamentar
HUNGRIA	Democracia parlamentar
IRLANDA	República, democracia parlamentar
ITÁLIA	República
LETÓNIA	Democracia parlamentar
LITUÂNIA	Democracia parlamentar
LUXEMBURGO	Monarquia constitucional
MALTA	República
PAÍSES BAIXOS	Monarquia constitucional
POLÓNIA	República
PORTUGAL	República, democracia parlamentar
REINO UNIDO	Monarquia constitucional
REPÚBLICA CHECA	Democracia parlamentar
ROMÉNIA	República
SUÉCIA	Monarquia constitucional

Fonte: CIA World Factbook, Banco Central Europeu

IDIOMA OFICIAL	CAPITAL Área Metropolitana (HABITANTES)	POPULAÇÃO TOTAL Milhões (Aprox.)	SUPERFÍCIE - Mil km² (Aprox.)	FRONTEIRAS	MOEDA
Alemão	**Berlim 4 milhões**	82,8	357	Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Luxemburgo, Países Baixos, Polónia, Rep. Checa, Suíça	Euro
Alemão, Esloveno, Croata, Húngaro	**Viena 1,7 milhões**	8,6	84	Alemanha, Eslováquia, Eslovénia, Hungria, Itália, Rep. Checa, Suíça, Liechtenstein	Euro
Flamengo, Francês, Alemão	**Bruxelas 2,0 milhões**	11,5	30	Alemanha, França, Luxemburgo, Países Baixos	Euro
Búlgaro	**Sófia 1,2 milhões**	7,1	110	Grécia, Macedónia, Roménia, Sérvia, Turquia	LEV da Bulgária (BGN)
Grego, Turco	**Nicósia 251 mil**	1	9	Sem fronteiras terrestres	Euro
Croata	**Zagreb 687 mil**	4,2	56	Bósnia-Herzegovina, Hungria, Sérvia, Montenegro, Eslovénia	Kuna croata (HRK)
Dinamarquês	**Copenhaga 1,2 milhões**	5,7	43	Alemanha	Coroa dinamarquesa (DKK)
Eslovaco	**Bratislava 401 mil**	5,4	49	Áustria, Hungria, Polónia, Rep. Checa, Ucrânia	Euro
Esloveno	**Liubliana 279 mil**	2,1	20	Áustria, Croácia, Itália, Hungria	Euro
Castelhano, Aranês, Catalão, Galego, Basco, Valenciano	**Madrid 6,1 milhões**	46,7	505	Andorra, França, Gibraltar, Marrocos, Portugal	Euro
Estónio	**Tallinn 391 mil**	1,3	45	Letónia, Rússia	Euro
Finlandês, Sueco, Sami	**Helsínquia 1,1 milhões**	5,5	338	Noruega, Suécia, Rússia	Euro
Francês	**Paris 10,8 milhões**	66,9	643	Alemanha, Andorra, Bélgica, Espanha, Itália, Luxemburgo, Mónaco, Suíça	Euro
Grego	**Atenas 3,0 milhões**	11,2	131	Albânia, Bulgária, Macedónia, Turquia	Euro
Húngaro	**Budapeste 1,7 milhões**	9,7	93	Áustria, Croácia, Eslováquia, Eslovénia, Roménia, Sérvia, Ucrânia	Forint Húngaro (HUF)
Irlandês, Inglês	**Dublin 1,1 milhão**	4,8	70	Reino Unido	Euro
Italiano	**Roma 3,7 milhões**	59,4	301	Áustria, Cidade do Vaticano, Eslovénia, França, San Marino, Suíça	Euro
Letão	**Riga 621 mil**	2	65	Bielo-Rússia, Estónia, Lituânia, Rússia	Euro
Lituano	**Vilnius 517 mil**	2,9	65	Bielo-Rússia, Letónia, Polónia, Rússia	Euro
Luxemburguês, Francês, Alemão	**Luxemburgo 107 mil**	0,5	2,5	Alemanha, Bélgica, França	Euro
Maltês, Inglês	**Valeta 197 mil**	0,4	0,3	Sem fronteiras terrestres	Euro
Holandês, Frísio	**Amesterdão 810 mil**	17,1	41	Alemanha, Bélgica	Euro
Polaco	**Varsóvia 1,7 milhões**	38,3	313	Alemanha, Bielo-Rússia, Eslováquia, Lituânia, Rep. Checa, Rússia, Ucrânia	Zloti Polaco (PLN)
Português, Mirandês	**Lisboa 2,8 milhões**	10,3	92	Espanha	Euro
Inglês, Escocês de Ulster, Irlandês, Língua gaélica escocesa, Scots, Galês, Córnico	**Londres 10,3 milhões**	66,2	242	Irlanda	Libra Esterlina (GDP)
Checo	**Praga 1,3 milhões**	10,6	79	Alemanha, Áustria, Eslováquia, Polónia	Coroa Checa (CZK)
Romeno	**Bucareste 1,8 milhões**	19,7	237	Bulgária, Hungria, Moldávia, Sérvia, Ucrânia	Leu da Roménia (RON)
Sueco	**Estocolmo 1,4 milhões**	10	450	Finlândia, Noruega	Coroa Sueca (SEK)

O sector produtivo está muito direcionado para a exportação e tem beneficiado de um forte investimento estrangeiro, especialmente após a adesão à Comunidade Europeia. Tem no sector automóvel, na eletrónica, informática, metalurgia, química farmacêutica e alimentar as suas principais indústrias. O crescimento económico na última década é significativo, com taxas de 4 a 5% ao ano. Dois mil e vinte foi uma exceção tendo o PIB recuado 5.1% devido, essencialmente, a uma queda da procura por parte dos seus parceiros da EU e do turismo, fruto da pandemia existente.

No ranking de certificação de empresas (9001/14001) posiciona-se em 10 lugar em 28 países comunitários. A Inglaterra ainda está a ser considerada nestas análises embora tenha oficialmente abandonado a união em janeiro de 2021. Nos últimos anos regista crescimento nestes normativos com um comportamento interessante. O crescimento de certificados foi de 173 na última contagem a que corresponde 1.79 em percentagem e, é continuada no tempo. Em 2018 reportava 9049 e em 2020 avançou para 9827 nestas duas normas, com uma trajetória constante de crescimento. Neste momento ocupa a 10ª posição nos países da comunidade europeia.

INDICADORES ECONÓMICOS

PAÍS	EXPORTAÇÕES	PRINCIPAIS PARCEIROS DE EXPORTAÇÃO
ALEMANHA	Máquinas e aparelhos, os veículos e outro material de transporte, os produtos químicos, os metais comuns e os instrumentos de ótica e precisão.	EUA (8,6%); China (8,0%); França (7,5%); Países Baixos (6,4%)
ÁUSTRIA	Máquinas e aparelhos, os produtos químicos, os metais comuns, os veículos e outro material de transporte e os produtos alimentares.	Alemanha (30,4%); EUA (6,5%); Itália (6,2%); Suíça (5,5%)
BÉLGICA	Produtos químicos, os veículos e outro material de transporte, as máquinas e aparelhos, os metais comuns e os plásticos e borracha.	Alemanha (16,6%); França (13,2%); Países Baixos (11,6%); EUA (8,6%)
BULGÁRIA	Máquinas e aparelhos, os metais comuns, os produtos agrícolas, os produtos químicos e o vestuário.	Alemanha (17,6%); Roménia (9,6%); Itália (7,6%); Turquia (7,1%)
CHIPRE	Veículos e outro material de transporte, os produtos químicos, os combustíveis minerais, os produtos agrícolas e as máquinas e aparelhos.	Grécia (8,4%); Libéria (7,4%); Reino Unido (6,5%); Líbia (5,9%)
CROÁCIA	Máquinas e aparelhos, os produtos químicos, os combustíveis minerais, os metais comuns e os produtos agrícolas.	Alemanha (12,8%); Itália (12,5%); Eslovénia (10,3%); Bósnia e Herzegovina (8,6%)
DINAMARCA	Produtos químicos, as máquinas e aparelhos, os produtos agrícolas, os produtos alimentares e os metais comuns.	Alemanha (12,6%); Suécia (8,7%); Países Baixos (5,8%); Noruega (5,8%)
ESLOVÁQUIA	Veículos e outro material de transporte, as máquinas e aparelhos, os metais comuns, os plásticos e borracha e os produtos químicos.	Alemanha (22,0%); Chéquia (10,5%); Polónia (7,9%); França (7,2%)
ESLOVÉNIA	Produtos químicos, as máquinas e aparelhos, os veículos e outro material de transporte, os metais comuns e os plásticos e borracha.	Alemanha (18,0%); Suíça (12,1%); Itália (9,3%); Croácia (8,0%)
ESPANHA	Veículos e outro material de transporte, os produtos agrícolas, as máquinas e aparelhos, os produtos químicos e os metais comuns.	França (15,4%); Alemanha (10,8%); Itália (7,5%); Portugal (7,3%)
ESTÓNIA	Máquinas e aparelhos, os combustíveis minerais, a madeira e cortiça, os metais comuns e os produtos agrícolas.	Finlândia (15,1%); Suécia (10,0%); Letónia (8,7%); Rússia (8,4%)
FINLÂNDIA	Máquinas e aparelhos, os metais comuns, as pastas celulósicas e papel, os veículos e outro material de transporte e os produtos químicos.	Alemanha (13,5%); Suécia (10,4%); EUA (8,3%); Países Baixos (6,5%)
FRANÇA	Máquinas e aparelhos, os produtos químicos, os veículos e outro material de transporte, os produtos alimentares e os produtos agrícolas.	Alemanha (14,3%); Itália (7,6%); EUA (7,6%); Bélgica (7,4%)
GRÉCIA	Combustíveis minerais, os produtos químicos, os produtos agrícolas, os metais comuns e as máquinas e aparelhos.	Itália (10,5%); Alemanha (7,7%); Chipre (6,0%); França (5,8%)
HUNGRIA	Máquinas e aparelhos, os veículos e outro material de transporte, os produtos químicos, os plásticos e borracha e os produtos agrícolas.	Alemanha (28,0%); Eslováquia (5,4%); Itália (5,2%); Roménia (5,2%)
IRLANDA	Produtos químicos, as máquinas e aparelhos, os instrumentos de ótica e precisão, os produtos agrícolas e os produtos alimentares.	EUA (31,0%); Bélgica (11,1%); Alemanha (10,9%); Reino Unido (9,0%)
ITÁLIA	Máquinas e aparelhos, os produtos químicos, os veículos e outro material de transporte, os metais comuns e os produtos alimentares.	Alemanha (12,8%); França (10,3%); EUA (9,8%); Suíça (5,8%)
LETÓNIA	Máquinas e aparelhos, a madeira e cortiça, os produtos agrícolas, os produtos alimentares e os metais comuns.	Lituânia (16,4); Estónia (11,7%); Rússia (8,5%); Alemanha (7,3%)
LITUÂNIA	Máquinas e aparelhos, os produtos químicos, os produtos agrícolas, os combustíveis minerais e os metais comuns.	Rússia (13,4%); Letónia (9,3%); Alemanha (8,0%); Polónia (6,3%)
LUXEMBURGO	Metais comuns, as máquinas e aparelhos, os plásticos e borracha, os veículos e outro material de transporte e os produtos químicos.	Alemanha (26,2%); França (16,0%); Bélgica (12,4%); Países Baixos (5,4%)
MALTA	Máquinas e aparelhos, os produtos químicos, os combustíveis minerais, os veículos e outro material de transporte e os produtos agrícolas.	Alemanha (11,1%);China (10,2%); França (8,1%); Itália (6,6%)
PAÍSES BAIXOS	Máquinas e aparelhos, os produtos químicos, os produtos agrícolas, os combustíveis minerais e os produtos alimentares.	Alemanha (22,0%);Bélgica (10,3%); França (7,7%); Reino Unido (7,3%)
POLÓNIA	Máquinas e aparelhos, os veículos e outro material de transporte, os metais comuns, os produtos químicos e os produtos agrícolas.	Alemanha (28,9%);Chéquia (5,9%); Reino Unido (5,7%); França (5,6%)
PORTUGAL	Veículos e outro material de transporte, máquinas e aparelhos, os metais comuns, os produtos agrícolas e os plásticos e borracha.	Espanha (25,4%); França (13,5%); Alemanha (11,8%); Reino Unido (5,7%)
REINO UNIDO	Máquinas e aparelhos, os produtos químicos, os veículos e outro material de transporte, os combustíveis minerais e os metais comuns.	EUA (14,1%); Alemanha (10,5%); Irlanda (7,0%); Países Baixos (6,4%)
REPÚBLICA CHECA	Máquinas e aparelhos, os veículos e outro material de transporte, os metais comuns, os plásticos e borracha e os produtos químicos.	Alemanha (32,5%); Eslováquia (7,6%); Polónia (6,1%);França (4,7%)
ROMÉNIA	Máquinas e aparelhos, os veículos e outro material de transporte, os metais comuns, os produtos agrícolas e os plásticos e borracha.	Alemanha (22,8%); Itália (10,7%); França (6,7%); Hungria (5,0%)
SUÉCIA	Máquinas e aparelhos, os veículos e outro material de transporte, os produtos químicos, os metais comuns e as pastas celulósicas e papel.	Noruega (10,5%); Alemanha (10,4%); EUA (8,1%); Dinamarca (7,5%)

Fonte: AICEP

IMPORTAÇÕES	PRINCIPAIS PARCEIROS DE IMPORTAÇÃO	PRINCIPAIS INDÚSTRIAS
Máquinas e aparelhos, os produtos químicos, os veículos e outro material de transporte, os metais comuns e os combustíveis minerais.	China (11,4%); Países Baixos (7,7%); EUA (6,7%); Polónia (5,7%)	Produção de aço, produtos petrolíferos, químicos, farmacêuticos e alimentares, bebidas, resinas, plásticos, cimento, fertilizantes, têxteis, veículos automóveis, maquinaria agrícola e têxtil, equipamento para a construção e transportes, artigos elétricos e eletrónicos.
Máquinas e aparelhos, os produtos químicos, os veículos e outro material de transporte, os metais comuns e os combustíveis minerais.	Alemanha (34,7%); China (7,1%); Itália (6,3%); Suíça (5,6%)	Produção de material e aparelhos elétricos, produtos de metal, incluindo os de ferro e os de aço, produtos químicos, produtos alimentares, bebidas, tabaco, equipamento para transportes e materiais para a construção.
Produtos químicos, as máquinas e aparelhos, os veículos e outro material de transporte, os combustíveis minerais e os metais comuns.	Países Baixos (19,0%); Alemanha (14,4%); França (11,2%); EUA (5,3%)	Produção de aço, produtos químicos, materiais de construção, produtos alimentares, bebidas, tabaco, papel e de têxteis.
Máquinas e aparelhos, os produtos químicos, os metais comuns, os veículos e outro material de transporte e os produtos agrícolas.	Alemanha (13,8%);Turquia (8,8%); Roménia (8,6%); Itália (7,8%)	Produção de materiais de construção, aço, adubos, papel, têxteis, cerveja, vinho, eletrodomésticos e o turismo.
Veículos e outro material de transporte, os combustíveis minerais, as máquinas e aparelhos, os produtos químicos e os produtos alimentares.	Grécia (21,7%); Itália (8,3%); Reino Unido (8,1%); Alemanha (6,6%)	Sector turístico, refinação de petróleo e a produção de materiais de construção, vinho, cerveja, calçado, vestuário e cigarros.
Máquinas e aparelhos, os produtos químicos, os metais comuns, os veículos e outro material de transporte e os combustíveis minerais.	Alemanha (15,3%); Itália (12,3%); Eslovénia (11,3%); Hungria (7,8%)	Produtos alimentares, vinho, têxteis, produtos químicos, petróleo e o gás natural.
Máquinas e aparelhos, os produtos químicos, os veículos e outro material de transporte, os produtos agrícolas e os metais comuns.	Alemanha (21,9%); Suécia (12,6%); Países Baixos (8,5%); China (7,8%)	Produção de maquinaria, equipamento eletrónico, produtos alimentares, produtos metálicos e os produtos químicos.
Máquinas e aparelhos, os veículos e outro material de transporte, os metais comuns, os produtos químicos e os combustíveis minerais.	Alemanha (18,4%); Chéquia (9,9%); China (6,7%); Polónia (5,7%)	Produção de aço, plásticos, materiais de construção, fertilizantes, produtos alimentares, bebidas, tecidos, exploração mineira de ferro, cobre, magnesite, chumbo e o zinco.
Produtos químicos, as máquinas e aparelhos, os veículos e outro material de transporte, os metais comuns e os plásticos e borracha.	Alemanha (14,0%); Suíça (12,7%); Itália (10,8%); Áustria (7,5%)	Produção de aço, alumínio, materiais de construção, detergentes, tecidos, produtos de couro e as bicicletas. Recursos naturais de carvão e alguns depósitos de petróleo e de gás natural.
Máquinas e aparelhos, os produtos químicos, os veículos e outro material de transporte, os combustíveis minerais e os produtos agrícolas.	Alemanha (11,8%); China (10,2%); França (9,9%); Itália (6,2%)	Produção de equipamento industrial, equipamento para os transportes, produtos alimentares, material elétrico, papel, produtos químicos, têxteis, calçado e brinquedos.
Máquinas e aparelhos, os combustíveis minerais, os produtos químicos, os veículos e outro material de transporte e os metais comuns.	Alemanha (9,7%); China (9,2%); Rússia (9,1%); Finlândia (9,1%)	Produção de indústrias mineira e química, metalurgia, fabrico de materiais de construção e produtos alimentares.
Máquinas e aparelhos, os veículos e outro material de transporte, os combustíveis minerais, os metais comuns e os produtos químicos.	Alemanha (15,4%); Suécia (11,0%); Rússia (9,7%); China (9,0%)	Construção, tratamento dos produtos químicos e florestais (celulose), produção de maquinaria pesada, indústria têxtil e a indústria da porcelana.
Máquinas e aparelhos, os veículos e outro material de transporte, os produtos químicos, os combustíveis minerais e os metais comuns.	Alemanha (17,3%); Bélgica (9,6%); Países Baixos (8,6%); Itália (8,3%)	Indústrias automóvel, aeronáutica, metalúrgica e têxtil, produtos químicos e alimentares, setor agrícola e o turismo.
Combustíveis minerais, os produtos químicos, as máquinas e aparelhos, os produtos agrícolas e os metais comuns.	Alemanha (11,9%); Itália (8,3%); China (7,7%); Países Baixos (6,1%)	Sector do turismo, indústrias alimentar, têxtil, cimenteira e a pesca.
Máquinas e aparelhos, os produtos químicos, os veículos e outro material de transporte, os metais comuns e os plásticos e borracha.	Alemanha (24,8%); China (7,7%); Áustria (5,8%); Polónia (5,8%)	Produção de cimento, aço em bruto e o aço laminado, fertilizantes, têxteis e vestuário, artigos eletrónicos, locomotivas, autocarros e o turismo.
Produtos químicos, as máquinas e aparelhos, os veículos e outro material de transporte, os produtos alimentares e os produtos agrícolas.	Reino Unido (22,8%); EUA (14,5%); França (11,0%);Alemanha (7,9%)	Indústrias química, alimentar, têxtil, metalúrgica e mineira.
Máquinas e aparelhos, os produtos químicos, os veículos e outro material de transporte, os metais comuns e os combustíveis minerais.	Alemanha (16,3%); China (8,7%); França (8,5%); Países Baixos (5,9%)	Turismo, produção de aço, armamento, automóveis, maquinaria têxtil, material elétrico e de construção, produtos químicos, têxteis, confeções, calçado, vidro, cerâmica, produtos alimentares, vinho e a cerveja.
Máquinas e aparelhos, os produtos químicos, os produtos agrícolas, os veículos e outro material de transporte e os produtos alimentares.	Lituânia (17,9%); Alemanha (10,4%); Polónia (10,2%); Estónia (8,4%)	Produção de recetores de rádio, instrumentos científicos, frigoríficos, máquinas de lavar, motores, navios, veículos automóveis, geradores, instrumentos agrícolas, têxteis e calçado.
Máquinas e aparelhos, os produtos químicos, os combustíveis minerais, os veículos e outro material de transporte e os produtos agrícolas.	Polónia (13,1%); Alemanha (12,8%); Rússia (9,1%); Letónia (7,8%)	Produção de produtos alimentares, têxteis e as confeções, produtos químicos e os lanifícios.
Veículos e outro material de transporte, as máquinas e aparelhos, os metais comuns, os produtos químicos e os plásticos e borracha.	Bélgica (24,4%);Alemanha (23,9%); França (10,8%); Países Baixos (3,9%)	Serviços bancários e financeiros, indústria metalúrgica, indústrias química e mecânica.
Veículos e outro material de transporte, os combustíveis minerais, as máquinas e aparelhos, os produtos químicos e os produtos alimentares.	Coreia do Sul (16,9%); Itália (12,7%); Singapura (11,5%); China (11,4%)	Sector do turismo, produção de produtos alimentares, têxteis e as confeções.
Máquinas e aparelhos, os produtos químicos, os combustíveis minerais, os produtos agrícolas e os veículos e outro material de transporte.	Alemanha (17,7%); China (10,5%); Bélgica (9,8%); EUA (8,1%)	Agroindústrias, indústrias metalúrgica, alimentar e do tabaco, indústrias química, eletrónica e petrolífera.
Máquinas e aparelhos, os produtos químicos, os metais comuns, os veículos e outro material de transporte e os plásticos e borracha.	Alemanha (21,9%); China (14,4%); Itália (5,0%); Rússia (4,5%)	Indústria de aço e ferro, fornecimento de minério, produtos químicos, construção naval, processamento de alimentos, vidro, bebidas e indústria têxtil.
Máquinas e aparelhos, os produtos químicos, os veículos e outro material de transporte, os produtos agrícolas e os combustíveis.	Espanha (32,6%); Alemanha (13,3%); França (7,3%); Países Baixos (5,5%)	Indústria têxtil, vestuário, calçado, madeira, cortiça, papel e celulose, produtos químicos, lubrificantes, automóveis e autopeças, metais base, minerais, porcelana e cerâmica.
Máquinas e aparelhos, os veículos e outro material de transporte, os produtos químicos, os combustíveis minerais e os produtos alimentares.	China (11,9%); Alemanha (11,7%); EUA (9,2%); Países Baixos (7,3%)	Sectores elétrico, alimentar, equipamento de transporte, químico, maquinaria, têxtil, editorial, comércio, serviços financeiros e o turismo.
Máquinas e aparelhos, os veículos e outro material de transporte, os metais comuns, os produtos químicos e os plásticos e borracha.	Alemanha (23,3%); China (18,0%); Polónia (7,9%); Eslováquia (4,1%)	Indústria vidreira, turismo e as esculturas de madeira.
Máquinas e aparelhos, os produtos químicos, os metais comuns, os veículos e outro material de transporte e os plásticos e borracha.	Alemanha (20,8%); Itália (8,9%); Hungria (7,3%); China (6,2%)	Maquinaria e equipamentos elétricos, montagem de automóveis, indústria têxtil e calçado, metalurgia, produtos químicos, processamento de alimentos.
Máquinas e aparelhos, os veículos e outro material de transporte, os produtos químicos, os combustíveis minerais e os metais comuns.	Alemanha (18,2%); Países Baixos (9,8%); Noruega (9,0%); Dinamarca (6,8%)	Indústria automóvel e da celulose e do papel, sector do turismo.

A Eslovénia é um pequeno país europeu com 20 000 Km² e uma população de 2.1 milhões de habitantes, com capital em Liubliana. Faz fronteira com quatro países europeus, a saber: Áustria, Croácia, Itália e Hungria. Tal como a Hungria acima referida, no final da segunda guerra mundial, ficou sob a influência da Ex-União Soviética integrada na República da Jugoslávia, conjuntamente com a Sérvia, Croácia, Montenegro, Bósnia Herzegovina e Macedónia. Tornou-se novamente um estado independente em 1991 estabelecendo as bases de uma democracia parlamentar. Aderiu à União Europeia em 2004 e ao euro em 1 de janeiro de 2007. É, igualmente, membro da NATO. A Eslovénia é um pequeno país com uma economia dinâmica e crescimentos médios anuais superiores a 4%. O sector produtivo está virado para a exportação que representa cerca de 78% do produto interno bruto (dados de 2020). Destacam-se os produtos químicos, máquinas e aparelhos, veículos e outro material de transporte e os plásticos e borrachas. Possui uma mão-de-obra qualificada. Uma economia aberta ao exterior, como a Eslovena, enfrentou em 2020 um ano difícil com uma redução de 6% do PIB, a exemplo do que aconteceu com a esmagadora maioria dos países mundiais.

Na certificação de empresas referente aos normativos da qualidade e Ambiente, regista crescimento nos anos mais recentes. Em 2020 acrescentou mais 82 certificados com um incremento de 3.67 em percentagem. Em 2018, reportava 2142 registos tendo progredido para os atuais 2 311 e com uma trajetória constante de crescimento. Neste momento ocupa a 22ª posição entre os países comunitários.

Portugal continua, pelo quinto ano consecutivo, em queda com menos 1422 certificados para um total de 5614, segundo o *ISO Survey*. A descida é a maior, em percentagem, que observamos nesta análise e corresponde a 20.21%. O fraco desempenho dos últimos anos, tem levado a uma queda continuada no ranking europeu, descendo este ano para a 15ª posição, sendo ultrapassado pela Suécia e pela Eslováquia. Neste período, em Portugal, registam-se pequenos aumentos em algumas normas sectoriais que não compensam as quedas nas duas maiores e mais utilizadas normas aqui referidas.

A Europa, apresenta um panorama geral negativo, em contraste com o ano anterior. Com descidas nestes dois principais normativos. Desde logo a Itália, líder do ranking, perde certificados nas duas normas. Países como a Espanha, Polónia, República Checa ou Suécia estão igualmente em terreno negativo. Destaque para a Alemanha e Inglaterra que crescem nas duas normas. O mesmo, para a Hungria e Eslovénia. Neste particular os vinte e oito estão partidos ao meio, com metade deles a crescer e os outros a descer.

Em termos quantitativos o destaque maior vai para a Alemanha com 2971 novos certificados. Igualmente para os Países Baixos com mais 1259 e a Roménia com quase mil. Fecha o Luxemburgo acrescentando duas novas empresas. Em termos percentuais, a liderança foi dos Países Baixos com 13.2, seguida de muito perto pela Áustria com 11.21%. Pela negativa, Portugal é o recordista em termos percentuais com uma descida de 20.21% e menos 1422 certificados. A Itália, República Checa e Polónia perdem, respetivamente 4 847 (4.28%), 2 797 (16.6%) e 2 259 (14.8%). Espanha também apresenta uma redução superior a mil certificados. Em queda, menos pronunciada, encontramos a Croácia, Dinamarca, Bulgária, Irlanda e Suécia.

INDICADORES ECONÓMICOS

Fonte: AICEP, Comissão Europeia, Eurostat e PORDATA

PAÍS	PIB 2019 (Mil milhões de euros)	PIB 2020 (Mil milhões de euros)	TAXA INFLAÇÃO 2019 (%)	TAXA INFLAÇÃO 2020 (%)
ALEMANHA	3.449.050,0	3.367.860,0	1,4	1,1
ÁUSTRIA	398.682,4	385.424,0	1,5	1,1
BÉLGICA	473.085,1	460.029,0	1,2	1,1
BULGÁRIA	60.675,3	56.225,0	2,5	1,2
CHIPRE	21.943,6	21.613,0	0,5	1,0
CROÁCIA	53.936,7	52.689,0	0,8	1,1
DINAMARCA	310.002,3	302.329,0	0,7	1,1
ESLOVÁQUIA	94.171,2	89.430,0	2,8	1,1
ESLOVÉNIA	48.006,6	45.864,0	1,7	1,1
ESPANHA	1.245.331,0	1.203.259,0	0,8	1,1
ESTÓNIA	28.112,4	25.818,0	2,3	1,1
FINLÂNDIA	240.557,0	233.468,0	1,1	1,1
FRANÇA	2.425.708,0	2.363.306,0	1,3	1,1
GRÉCIA	187.456,5	179.558,0	0,5	1,0
HUNGRIA	143.826,4	136.073,0	3,4	1,1
IRLANDA	356.051,2	326.043,0	0,9	0,7
ITÁLIA	1.787.664,1	1.771.391,0	0,6	0,6
LETÓNIA	30.476,1	29.154,0	2,7	1,1
LITUÂNIA	48.432,8	45.515,0	2,2	1,1
LUXEMBURGO	63.516,3	60.362,0	1,6	1,1
MALTA	13.390,0	12.980,0	1,5	1,1
PAÍSES BAIXOS	810.247,0	773.987,0	2,7	1,1
POLÓNIA	529.029,2	497.842,0	2,1	1,0
PORTUGAL	212.320,6	205.184,0	0,3	1,1
REINO UNIDO	2.525.093,1	2.420.897,0	1,8	0,6
REPÚBLICA CHECA	223.945,0	210.928,0	2,6	1,2
ROMÉNIA	223.337,4	204.497,0	3,9	1,2
SUÉCIA	474.193,7	470.673,0	1,7	1,0

DADOS DA CERTIFICAÇÃO

PAÍS	Organismos Oficiais (website)	Certificados emitidos ISO 9001 (2019)	Certificados emitidos ISO 9001 (2020)	Certificados emitidos ISO 14001 (2019)	Certificados emitidos ISO 14001 (2020)	Certificados emitidos ISO 22000 (2019)	Certificados emitidos ISO 22000 (2020)
ALEMANHA	**Instituto Alemão para a Normalização – DIN** (www.din.de) **Organismo de Acreditação - DAKKS** (www.dakks.de) **Associação Alemã para a Qualidade - OVQ** (www.dgq.de)	47 868	49 349	8 465	9 955	436	273
ÁUSTRIA	**Instituto Austríaco para a Normalização - ASI** (www.on-norm.at) **Ministério da Economia, Família e Juventude – Acreditação** (www.bmwfj.gv.at) **Fundação Austríaca para a Gestão da Qualidade - AFQM** (www.qualityaustria.at)	3 325	3 562	1 052	1 306	82	67
BÉLGICA	**Instituto Belga para a Normalização** (www.nbn.be) **BELAC - Acreditação** (www.belac.fgov.be/intro_nl.htm) **Centro Flamengo para a Gestão de Qualidade – VCK** (www.vck.be)	2 873	2 887	992	1 043	110	77
BULGÁRIA	**Instituto Búlgaro de Normalização - BDS** (www.bds-bg.org) **Serviço Búlgaro de Acreditação - BAS** (www.nab-bas.bg) **Agência Estatal para Vigilância Metrológica e Técnica – SAMTS** (www.damtn.government.bg)	6 278	6 069	1 993	1 941	310	294
CHIPRE	**Organização Cipriota para a Normalização** (www.cys.org.cy/default.asp?id=175) **Organização Cipriota para a Promoção da Qualidade - Acreditação** (www.cys.mcit.gov.cy) **Associação Cipriota para a Qualidade - CyAQ**	778	736	223	227	203	188
CROÁCIA	**Agência de Acreditação Croata (HAA)** (http://www.akreditacija.hr/EN) **Sociedade Croata para a Qualidade (HDK)** **Instituto de Normalização Croata** (http://www.hzn.hr/default.aspx?id=160)	2 715	2 531	1 182	1 138	58	54
DINAMARCA	**Dansk Standard - Normalização** (www.ds.dk) **DANAK - Acreditação Dinamarquesa** (webtool.danak.dk/english/akkreditering-engelsk) **Sociedade Dinamarquesa para a Qualidade – DFK** (www.dfk.dk)	2 324	2 181	1 031	939	89	73
ESLOVÁQUIA	**Instituto Eslovaco para a Normalização, Metrologia e Testes - SUTN** (www.unms.sk/?slovak-standards-institute) **Sistema Eslovaco de Acreditação - SNAS** (www.snas.sk) **Sociedade Eslovaca para a Qualidade - SSK** (http://www.ssk.sk/)	3 886	3 897	1 710	1 779	89	75
ESLOVÉNIA	**Instituto Esloveno para a Normalização** (www.sist.si) **Slovenska akreditacija – Acreditação** (http://www.slo-akreditacija.si/) **Associação Eslovena para a Qualidade e a Excelência - SZKO** (http://www.szko.si/)	1 761	1 817	468	494	13	16
ESPANHA	**Associação Espanholade Normalização e Certificação - AENOR** (www.aenor.es) **Entidade Nacional de Acreditação - ENAC** (www.enac.es) **Associação Espanhola para a Qualidade – AEC** (www.aec.es)	30 801	29 814	12 871	12 584	608	583
ESTÓNIA	**Centro Estónio para a Normalização - EVS** (www.evs.ee) **Centro Estónio de Acreditação** (www.eak.ee/index_eng.php) **Associação Estónia para a Qualidade - EKVA** (www.eaq.ee)	993	947	513	511	20	24
FINLÂNDIA	**Associação Finlandesa para a Normalização - SFS** (www.sfs.fi) **Serviço Finlandês de Acreditação - FINAS** (www.finas.fi)	2 639	2 861	1 502	1 549	68	75
FRANÇA	**Associação Francesa de Normalização - AFNOR** (www.afnor.fr) **Comité Francês de Acreditação - COFRAC** (www.cofrac.fr) **Movimento Francês pela Qualidade - MQF** (www.mfq-fc.asso.fr)	21 696	21 880	6 402	6 458	503	804

Fonte: *ISO Survey*

PAÍS	Organismos Oficiais (website)	Certificados emitidos ISO 9001 (2019)	Certificados emitidos ISO 9001 (2020)	Certificados emitidos ISO 14001 (2019)	Certificados emitidos ISO 14001 (2020)	Certificados emitidos ISO 22000 (2019)	Certificados emitidos ISO 22000 (2020)
GRÉCIA	**Organização Helénica para a Normalização** (www.elot.gr) **Conselho Helénico de Acreditação - ESYD** (www.esyd.gr) **Associação Helénica para a Gestão - HMA** (www.eede.gr)	6 570	6 822	1 542	1 696	2 042	2 069
HOLANDA	**Instituto Holandês de Normalização - NNI** (www2.nen.nl) **Raad voor Accreditatie, RvA - Acreditação** (www.rva.nl)	7 455	8 358	2 082	2 438	399	536
HUNGRIA	**Instituto Húngaro de Normalização - MSZT** (www.mszt.hu) **Conselho Húngaro de Acreditação - NAT** (www.nat.hu) **Comité Nacional Húngaro do EOQ - Qualidade** (www.eoq.hu)	7 107	7 030	2 547	2 797	126	104
IRLANDA	**Autoridade Nacional de Normalização da Irlanda - NSAI** (www.nsai.ie) **Organismo Nacional Irlandês de Acreditação - INAB** (www.inab.ie)	2 554	2 338	975	802	63	66
ITÁLIA	**Centro Nacional Italiano de Normalização** (www.uni.com) **ACCRETIA - Acreditação** (www.accredia.it) **Associação Italiana para a Qualidade - AICQ** (http://aicqna.com/)	95 812	91 493	17 386	16 858	1 008	929
LETÓNIA	**Normalização da Letónia** (www.lvs.lv) **Serviço Nacional Letão de Acreditação - LATAK** (www.latak.lv)	889	868	336	330	40	38
LITUÂNIA	**Conselho Lituano de Normalização**(www.lsd.lt/en) **LA – Acreditação** (www.nab.lt)	1 215	1 254	732	773	36	47
LUXEMBURGO	**Instituto Luxemburguês de Normalização, Acreditação, Segurança e Qualidade dos Produtos e Serviços - ILNAS** (www.ilnas.public.lu/fr/index.html)	159	157	80	84	4	5
MALTA	**Autoridade Maltesa de Normalização - MAS** (www.msa.org.mt) **Organização Nacional de Acreditação - NAB** (www.nabmalta.org.mt) **Câmara do Comércio, Empresas e Indústria de Malta – Qualidade** (www.maltachamber.org.mt)	218	216	51	48	6	4
POLÓNIA	**Comissão Polaca para a Normalização - PKN** **Centro Polaco de Acreditação - PCA** (www.pca.gov.pl) **Centro Polaco para Testes e Certificação – Qualidade - PCBC** (www.pcbc.gov.pl/english)	11 460	10 219	3 766	2 748	532	359
PORTUGAL	**Associação Portuguesa para a Qualidade** (www.apq.pt) **Instituto Português de Acreditação** (www.ipac.pt) **Instituto Português da Qualidade** (www.ipq.pt)	6 123	4 734	913	880	306	166
REINO UNIDO	**Instituto Britânico de Normalização - BSI** (www.bsigroup.com) **Serviço de Acreditação do Reino Unido - UKAS** (www.ukas.com)	25 292	25 995	11 420	11 627	91	111
REPÚBLICA CHECA	**Instituto Checo de Acreditação - CAI** (www.cia.cz) **Departamento Checo para Normalização, Metrologia e Testes - UNMZ** (www.unmz.cz) **Sociedade Checa para a Qualidade – CSQ** (www.csq.cz)	12 439	10 085	4 409	3 966	120	46
ROMÉNIA	**Associação Romena de Normalização - ASRO** (www.asro.ro) **Organismo Nacional de Acreditação - RENAR** (www.renar.ro) **Associação Romena para a Qualidade - ARC** (www.arc.ro)	9 506	9 935	4 658	5 221	639	581
SUÉCIA	**Instituto Sueco de Normalização** (www.sis.se) **Conselho Sueco para Acreditação e Conformidade (SWEDAC)** (www.swedac.se) **Associação Sueca para a Qualidade - SFK** (www.sfk.se)	3 477	3 190	2 989	2 807	35	34

Fonte: *ISO Survey*

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CERTIFICADOS EMITIDOS (ISO 9001 + 14001)

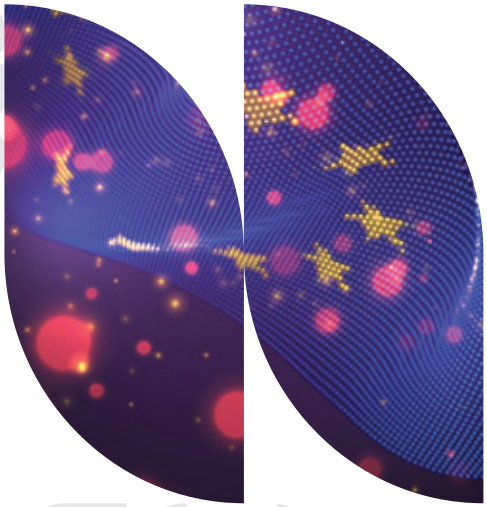
País	2018	2019	2020
ALEMANHA	55 510	56 333	59 304
ÁUSTRIA	4 361	4 377	4 868
BÉLGICA	4 161	3 865	3 930
BULGÁRIA	7 889	8 271	8 010
CHIPRE	943	1 001	963
CROÁCIA	3 370	3 897	3 669
DINAMARCA	3 245	3 355	3 120
ESLOVÁQUIA	5 690	5 596	5 676
ESLOVÉNIA	2 142	2 229	2 311
ESPANHA	41 760	43 672	42 398
ESTÓNIA	1 568	1 506	1 458
FINLANDIA	3 991	4 141	4 410
FRANÇA	27 179	28 098	28 338
GRÉCIA	7 580	8 112	8 518
HOLANDA	10 022	9 537	10 796
HUNGRIA	9 049	9 654	9 827
IRLANDA	3 451	3 529	3 140
ITÁLIA	102 912	113 198	108 351
LETÓNIA	1 230	1 225	1 198
LITUÂNIA	2 382	1 947	2 027
LUXEMBURGO	381	239	241
MALTA	213	269	264
POLÓNIA	14 215	15 226	12 967
PORTUGAL	8 005	7 036	5 614
REINO UNIDO	37 635	36 712	37 622
REP. CHECA	16 006	16 848	14 051
ROMÉNIA	13 852	14 164	15 156
SUÉCIA	7 591	6 466	5 997
Total *ISO Survey*	**396 333**	**410 503**	**404 224**

RANKING DOS PAÍSES DA UE POR NÚMERO DE CERTIFICADOS EMITIDOS (ISO 9001+14001)

Posição 2019	Posição 2020	País	Val. Abs.
1	1	ITÁLIA	108 351
2	2	ALEMANHA	59 304
3	3	ESPANHA	42 398
4	4	REINO UNIDO	37 622
5	5	FRANÇA	28 338
8	6	ROMÉNIA	15 156
6	7	REP. CHECA	14 051
7	8	POLÓNIA	12 967
10	9	PAISES BAIXOS	10 796
9	10	HUNGRIA	9 827
12	11	GRÉCIA	8 518
11	12	BULGÁRIA	8 010
14	13	SUÉCIA	5 997
15	14	ESLOVÁQUIA	5 676
13	15	PORTUGAL	5 614
16	16	ÁUSTRIA	4 868
17	17	FINLANDIA	4 410
19	18	BÉLGICA	3 930
18	19	CROÁCIA	3 669
20	20	IRLANDA	3 140
21	21	DINAMARCA	3 120
22	22	ESLOVÉNIA	2 311
23	23	LITUÂNIA	2 027
24	24	ESTÓNIA	1 458
25	25	LETÓNIA	1 198
26	26	CHIPRE	963
27	27	MALTA	264
28	28	LUXEMBURGO	241

MAIORES CRESCIMENTOS ANUAIS (Qtd/%) (ISO 9001+14001)

	2020	
País	Certificados	%
ALEMANHA	2971	5,20
PAISES BAIXOS	1259	13,20
ROMÉNIA	992	7,00
REINO UNIDO	910	2,47
ÁUSTRIA	491	11,21
GRÉCIA	406	5,00
FINLANDIA	269	6,49
FRANÇA	240	0,85
HUNGRIA	173	1,79
ESLOVÉNIA	82	3,67
ESLOVÁQUIA	80	1,42
LITUÂNIA	80	4,10
BÉLGICA	65	1,68
LUXEMBURGO	2	0,83
MALTA	-5	-1,85
LETÓNIA	-27	-2,20
CHIPRE	-38	-3,79
ESTÓNIA	-48	-3,18
CROÁCIA	-228	-5,80
DINAMARCA	-235	-7,00
BULGÁRIA	-261	-3,15
IRLANDA	-389	-11,02
SUÉCIA	-469	-7,25
ESPANHA	-1274	-2,90
PORTUGAL	-1422	-20,21
POLÓNIA	-2259	-14,80
REP. CHECA	-2797	-16,60
ITÁLIA	-4847	-4,28



Apresentamos, igualmente, a análise e caraterização dos vinte e oito países com informação diversificada, em quadros e tabelas. Os dois países em destaque são a Hungria e a Eslovénia, dois países vizinhos da europa central. Damos a conhecer, de todos eles, o regime político, a população, a dimensão territorial, as fronteiras, o idioma, o PIB e as principais atividades económicas, com a finalidade de transmitir uma ideia de conjunto. Apresentamos ainda, o número de certificados e a sua evolução, nos anos mais recentes, com base no *ISO survey*.

CONCLUSÃO

A liderança, firme e destacada, é da Itália. É seguida pela Alemanha, fechando o pódio a Espanha. O segundo cresce, a Itália e Espanha descem, como referido anteriormente. Nas primeiras cinco posições não existem alterações nos últimos 3 anos. Itália, Alemanha, Espanha, Reino Unido e França. Nas dez posições do *ranking* as alterações são pequenas. A destacar a subida de duas posições da Roménia, da oitava para a sexta posição. Os países Baixos também sobem uma posição. A Hungria, país em destaque nesta edição, desce para o décimo lugar. A Eslovénia mantem a sua 22ª posição inalterável. Portugal continua a descer, sendo que nos últimos três anos passou da 11ª posição, para a 15ª atual. Uma descida significativa fruto da forte redução de certificados nestas normas. Pelo contrário a Grécia ocupa a 11ª posição recuperando quatro lugares nos três últimos anos. Entre a vigésima posição e a última não existem alterações, nos dois últimos anos. Luxemburgo ocupa a última posição. O desempenho europeu foi misto. Negativo na qualidade (menos cinco mil) e na Segurança Alimentar com menos trinta e sete certificados. Nas restantes teve algum progresso. No Ambiente cresceu mil e quinhentos certificados. Nas normas da segurança da Informação e Gestão da Energia também cresceu, respetivamente, 2371 e 601 certificados. No entanto, os crescimentos foram abaixo da média mundial perdendo terreno para o continente asiático. Portugal tem um ano muito negativo. Das quatro normas referidas apenas na ISO 50001 tem crescimento, robusto, de 28 por cento. Na Qualidade, Segurança alimentar e Segurança da Informação perde certificados, quer em quantidade, quer em percentagem. No ambiente a redução é ligeira. Este desempenho negativo teve como consequência a descida na posição relativa, como referido.

A maior parte das empresas certificadas está na Ásia e Europa, por esta ordem, com percentagens esmagadoras. África tem uma representação marginal nestes valores. A América, no seu conjunto, representa igualmente uma pequena percentagem a nível mundial.

A finalizar refira-se a existência de um número significativo de empresas, de todos os continentes, que utilizam, com sucesso, estas normas no seu dia-a-dia. Economias com uma componente exportadora forte como a China, Japão ou Coreia – na Ásia – ou Alemanha e Itália – na Europa – valorizam mais estes normativos a avaliar pelo número de empresas certificadas que cada um deles apresenta.

PAÍSES EM DESTAQUE

HUNGRIA E ESLOVÉNIA

Com origem na Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e na Comunidade Económica Europeia (CEE) – formadas por seis países em 1957 –, a atual União Europeia (UE) é uma união económica e política composta por 27 Estados-membros independentes. Em cada edição do GEC temos dado a conhecer dois países da União Europeia. Do conjunto dos 27, a Hungria e a Eslovénia eram os únicos em falta, agora esmiuçados nesta edição.

A Hungria faz parte da UE desde 2004, mas ainda não adotou o Euro e, por isso mesmo, utiliza a sua própria moeda, o florim. A Eslovénia está igualmente na União Europeia desde 2004, mas aderiu à moeda única em 2007.

Uma pequena exposição histórica de cada país e uma breve caracterização económica serão apresentadas nas próximas páginas. O GEC dá ainda a conhecer uma evolução da certificação na Hungria e na Eslovénia, bem como os organismos de certificação existentes nos dois Estados-membros.

Apesar de toda a crise pandémica, que rapidamente se transformou numa das maiores crises económicas de sempre, o Produto Interno Bruto (PIB) da Hungria cresceu em 2021, após descida em 2020, colocando o país em terceiro lugar no *ranking* dos Estados que mais cresceram na União Europeia, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A Eslovénia é uma nação desenvolvida e industrializada formada após a desintegração da Jugoslávia, em 1991. A população é constituída por eslovenos e minorias étnicas importantes, como sérvios, croatas e bósnios. A economia Eslovena está assente na indústria e, nos últimos anos, também no turismo, sector que regrediu drasticamente com a pandemia Covid-19.

À semelhança de outros países europeus, a Eslovénia perspetiva relançar a economia do país e, para isso, está a contar receber brevemente as verbas do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, elemento central do *NextGenerationEU*, o fundo de 750 mil milhões de euros, aprovado pelos líderes europeus para superar a crise da Covid-19 e relançar a economia da UE. A Hungria tem o processo de acesso às verbas comunitárias mais atrasado, devido a divergências com a comissão europeia.

De acordo com o estudo *Doing Business* 2021, do Banco Mundial, a Eslovénia está posicionada em 37º lugar (Hungria está em 52º) entre as 190 economias mundiais analisadas, o que reflete bem a aposta do país na otimização do ambiente de negócios para o sector privado e na captação de novos investidores.

Paralelamente a um ambiente de negócios atrativo, a Eslovénia ficou em quinto lugar no último Índice Global de Paz para 2021, ou seja, a Eslovénia está na lista dos países mais seguros do mundo.

Outro título que também arrecada é o de *Global Green Destination* porque mais de 60% da superfície do país é coberta por florestas preservadas.

No que se refere à certificação na Hungria e na Eslovénia, a ISO apresenta dois cenários muito diferentes em todos os referenciais analisados. A Hungria segue destacada em todos as normas, em 2020, nomeadamente na ISO 9001 (Qualidade) onde registou 7030 certificados, enquanto a Eslovénia não foi além dos 1817. No Ambiente, os números são igualmente muito distantes. A Hungria aumenta de 2547 em 2019 para 2797 um ano depois e a Eslovénia de 468 para 494, respetivamente. Na norma da Segurança Alimentar, a Hungria registou um decréscimo, perdeu 22 certificados, e totalizou, em 2020, apenas 104. Contrariamente, a Eslovénia cresceu neste referencial, mas no final o número alcançado é inexpressivo – 16 certificados.

Nas normas 27001, os dois países progrediram. A Hungria registou 560 certificados e a Eslovénia 131. Quanto ao referencial 50001, o panorama foi diferente para ambos. A Hungria destacou-se com 446 certificados e a Eslovénia apenas com 38.

Para conhecer mais informações sobre estes dois países, confira o artigo das páginas posteriores a estas, onde estão publicados gráficos, tabelas e outra informação sobre a história da Hungria e da Eslovénia, bem como os dados relativos à certificação nos dois países.

HUNGRIA

A Hungria está situada no coração da Europa, uma posição geográfica ideal para os investidores estrangeiros que procurem mão-de-obra altamente qualificada em sectores de ponta, como engenharia, informática, indústria farmacêutica, matemática e física, eletrónica, serviços e logística. O país beneficia também de um clima de negócios favorável, com vários incentivos fiscais e estabilidade financeira. Embora não possua saída para o oceano, a Hungria está localizada entre a Europa Ocidental e a Península Balcânica, fazendo também a conexão entre o Mediterrâneo e a Ucrânia, o que torna a sua posição bastante estratégica. Com uma população de aproximadamente 10 milhões de habitantes, o país faz fronteira com outros sete Estados europeus. Budapeste, outrora conhecida como "Paris do Oriente", é a capital da Hungria e principal centro financeiro. Localizada nas margens do rio Danúbio – um dos rios mais importantes da Europa –, Budapeste é considerada a sexta maior cidade da União Europeia, com mais de 1 milhão e setecentos mil habitantes.

Alvo de diferentes influências, que resultaram de incursões e domínios estrangeiros no território Húngaro durante séculos (desde o Império Romano, mongóis, turcos otomanos e austríacos), o país só realizou as suas primeiras eleições livres em 1990, depois da saída da Hungria do Pacto de Varsóvia e da derrocada do regime soviético na Europa em 1989. Com a transição para o mercado livre, a Hungria foi uma das primeiras nações ex-comunistas a integrar a União europeia. Com 93.030 km^2, a Hungria é um dos maiores países da Europa Central. Depois de alguns anos de crescimento económico robusto, em 2020 o Produto Interno Bruto (PIB) contraiu 5,1%, como resultado da crise provocada pela COVID-19, com grande impacto na procura, bem como a diminuição acentuada da indústria turística, uma das maiores fontes de rendimento do país nos últimos anos. O país beneficia de uma forte cultura termal, uma vez que Budapeste foi construída em cima da maior bacia de águas termais do mundo e conta com mais de 30 termas diferentes espalhadas pela cidade, mas são mais de mil em todo o território húngaro. É também na Hungria que está situado o Héviz, o maior lago termal natural do mundo, que atrai visitantes de todo o universo. Na Europa não há outro país que se equipare à Hungria no domínio termal.

Como foi referido inicialmente, a Hungria é um país com uma população altamente qualificada que aposta sobretudo em indústrias de tecnologia de ponta, como engenharia, informática, farmacêutica, eletrónica e química. No entanto, nos últimos anos, foram descobertas consideráveis áreas de petróleo, gás natural e urânio, alterando o panorama húngaro quanto a recursos energéticos, até então insignificativos. Com estas descobertas, a economia húngara abre um mundo de possibilidades no domínio energético e na criação de mais riqueza, fundamental para reorientar a economia no caminho do futuro num período pós pandemia.

DADOS DE CERTIFICAÇÃO

ORGANISMOS

Instituto Húngaro de Normalização – MSZT

www.mszt.hu

O MSZT é o organismo nacional de normalização da República da Hungria que, enquanto organismo autónomo e sem fins lucrativos de interesse público, desempenha as funções relativas à normalização nacional e atividades conexas.

Conselho Húngaro de Acreditação – NAT
www.nat.hu
Organismo nacional de acreditação responsável por reconhecer as competências técnicas de diferentes entidades para efetuar atividades específicas de avaliação da conformidade.

Comité Nacional Húngaro do EOQ – Qualidade
www.eoq.hu
É o representante nacional da Organização Europeia para a Qualidade (EOQ). Foi fundado em 1972.

INFORMAÇÕES GERAIS

Governo	República
Idioma	Húngaro
População	9,8 milhões de habitantes (2020)
Capital (habitantes)	Budapeste (1,7 milhão)
Superfície	93.030 km²
Fronteiras	Eslováquia (norte), Ucrânia e Roménia (leste), Sérvia e Croácia (sul), Eslovénia (sudoeste) e Áustria (oeste).
Chefe de Estado	János Áder
Primeiro-ministro	Viktor Orbán
Moeda	Florim Húngaro
Adesão à UE	1 maio de 2004

INFORMAÇÕES ECONÓMICAS

PIB 2019	146.113,2 (Mil milhões de euros)
PIB 2020	136.622,0 (Mil milhões de euros)
PIB Taxa de Crescimento 2020	-5,1%
Inflação média 2019	3,4%
Inflação média 2020	3,4%
Desemprego 2020	4,1%
Principais Exportações 2020	Máquinas e aparelhos (40,3%); veículos e outro material de transporte (16,8%); produtos químicos (10,1%); plásticos e borracha (5,7%).
Principais Importações 2020	Máquinas e aparelhos (37,9%); produtos químicos (11,3%), veículos e outro material de transporte (10,7%) e metais comuns (7,7%).
Parceiros de Exportação 2020	Alemanha (28%); Eslováquia (5,4%), Itália (5,2%), Roménia (5,2%) e Áustria (4,3%).
Parceiros de Importação 2020	Alemanha (24,8%), China (7,7%), Áustria (5,8%), Polónia (5,8%) e República Checa (5,1%).
Principais Indústrias	Sector automóvel, eletrónica, informática, metalurgia, matérias de construção, química e farmacêutica.

Fonte: AICEP, PORDATA e União Europeia

EMPRESAS DE CERTIFICAÇÃO

BV; DQS; DNV; Intertek; SGS e TUV

ESLOVÉNIA

A Eslovénia é um pequeno país da União Europeia que faz fronteira com a Áustria, a Hungria, a Itália e a Croácia. A sua história está associada à desintegração da ex-Jugoslávia que aconteceu nos finais do Século XX. Os eslovenos formaram então um país independente em 1991, transformando esta pequena nação em um importante centro económico e educativo. Atualmente, a Eslovénia conta com pouco mais de 2 milhões de habitantes distribuídos por um território bastante diverso, caracterizado essencialmente pela extensa cobertura vegetal (60% do território é verde).

Liubliana é a maior cidade da Eslovénia e uma das capitais mais pequenas da Europa. É conhecida pela sua atmosfera jovem, descontraída, por acolher muitos estudantes universitários. É uma cidade que oferece boa qualidade de vida e já recebeu o título de capital verde da Europa.

Além de Liubliana, também a Eslovénia foi considerada o coração verde da Europa. Foi, aliás, o primeiro país europeu a receber o título *Global Green Destination* e, fruto do seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, foi distinguido com o prémio "*Best of Europe 2020 no Sustainable Top 100 Destination Awards de 2020*". Na Eslovénia tudo é verde, independentemente da direção que tomar: seja em direção aos Picos Alpinos e às extensas florestas; ao Mar Adriático; seja em direção à região Karst e aos vinhedos próximos, ou à Planície da Panónia.

A par de ser um país verde e comprometido com a sustentabilidade, a Eslovénia foi considerado um dos países mais seguros do mundo durante vários anos seguidos. Em 2021 ficou em quinto lugar no Índice Global de Paz.

Em termos económicos, a Eslovénia está orientada para os mercados externos. As exportações de bens e serviços representaram 78,7% do produto interno bruto em 2020. Porém, à semelhança de outros países a nível global, as medidas para impedir a rápida disseminação do surto do novo coronavírus no país, contribuíram para o abrandamento da economia. Perspetiva-se, no entanto, o relançamento económico com a chegada das verbas do Mecanismo de Recuperação e Resiliência aprovado pelos líderes europeus para superar a crise da Covid-19.

Para os investidores estrangeiros, a Eslovénia é particularmente interessante para quem queira apostar na indústria química, na farmacêutica, nos equipamentos elétricos e eletrónicos, nas tecnologias de informação, em logística, em metalurgia e na transformação da madeira. Nos últimos anos, o turismo assumiu também proporções interessantes que estagnaram nestes últimos anos devido à pandemia.

DADOS DE CERTIFICAÇÃO

ORGANISMOS

Instituto Esloveno para a Normalização (SIST)

www.sist.si

O Instituto Esloveno de Normalização é um organismo nacional esloveno responsável pela preparação e adoção de documentos de normalização facultativos. O SIST representa os interesses da Eslovénia em organizações internacionais (ISO e IEC) e europeias (CEN, CENELEC, ETSI).

Slovenska Akreditacija – Acreditação
www.slo-akreditacija.si
A Acreditação Eslovena atua como um instituto público autorizado pelo Estado a desempenhar as atribuições do serviço nacional de acreditação nos sectores regulamentados e não regulamentados, e representar os interesses da República da Eslovénia nas cooperações internacionais de acreditação.

Associação Eslovena para a Qualidade e a Excelência
www.szko.si
A SZKO é a associação responsável por promover e implementar uma cultura de qualidade e excelência na Eslovénia, desde 1991. Como membro das principais associações de qualidade do mundo – EFQM e EOQ – são o ponto de encontro das mais avançadas práticas internacionais.

INFORMAÇÕES GERAIS

Governo	República
Idioma	Esloveno
População	2,1 milhões de habitantes (2020)
Capital (habitantes)	Liubliana (278 mil)
Superfície	20.273 km²
Fronteiras	Áustria, Hungria, Itália e Croácia
Chefe de Estado	Borut Pahor
Primeiro-ministro	Janez Jansa
Moeda	Euro
Adesão à UE	1 de maio de 2004
Adesão à Zona Euro	1 de janeiro de 2007

INFORMAÇÕES ECONÓMICAS

PIB 2019	31.200,0 (Mil milhões de euros)
PIB 2020	46.918,0 (Mil milhões de euros)
PIB Taxa de Crescimento 2020	-6,1%
Inflação média 2019	1,7%
Inflação média 2020	- 0,3%
Desemprego 2020	8,7%
Principais Exportações	Produtos Químicos (26,1%); máquinas e aparelhos (20,7%); Veículos e outro material de transporte (13,8%)
Principais Importações	Produtos químicos (24,2%); Máquinas e Aparelhos (18,5%), Veículos e outro material de transporte (10,9%).
Parceiros de Exportação 2020	Alemanha (18%); Suíça (12,1%); Itália (9,3%) e Croácia (8%)
Parceiros de Importação 2020	Alemanha (14%); Suíça (12,7%); Itália (10,8%) e Áustria (7,5%)
Principais Indústrias	Produtos químicos, farmacêutica, equipamentos elétricos e eletrónicos, tecnologias de informação, logística.

Fonte: AICEP, PORDATA, União Europeia

EMPRESAS DE CERTIFICAÇÃO

BV; DQS; DNV; SGS e TUV

NORMALIZAÇÃO, SEGURANÇA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

As Normas complementam as políticas nacionais e europeias, facilitam o respeito pela legislação relevante por parte das organizações e são utilizadas para apoiar políticas no debate de questões de acessibilidade, alterações climáticas, eficiência de recursos e outros domínios das políticas públicas, nomeadamente no que respeita à transformação digital da nossa sociedade e economia até 2030. Além de garantir clareza e transparência nas regras aplicáveis às empresas, de assegurar a interoperabilidade dos produtos e serviços e de facilitar a introdução de produtos inovadores, a Normalização visa também reforçar a confiança dos consumidores na segurança e qualidade dos mesmos.

IPQ
• Instituto Português da Qualidade, I.P.
ipq@ipq.pt

É assumido que a Normalização, através do sistema de Normas Harmonizadas, tem desempenhado um papel crucial na concretização e desenvolvimento do Mercado Único, contribuindo para a eliminação dos obstáculos técnicos ao comércio e promovendo a livre circulação dos produtos e serviços no espaço económico europeu.

Através da harmonização técnica, os legisladores definem requisitos essenciais para a proteção do consumidor e do meio ambiente, enquanto as Organizações de Normalização Europeias, em colaboração com os Organismos Nacionais de Normalização europeus, definem os requisitos técnicos específicos correspondentes aos produtos e serviços através de Normas voluntárias.

A Normalização é, pois, uma ferramenta importante para garantir clareza e transparência nas regras aplicáveis às empresas e é um elemento-chave para garantir a sua competitividade, não só no mercado europeu, mas também a nível mundial, assegurando a interoperabilidade dos produtos e serviços complementares, facilitando a introdução de produtos inovadores e, em última análise, reforçando a confiança dos consumidores na segurança e qualidade dos produtos e serviços comercializados em todo o mundo.

Num Mercado Único robusto e eficiente, a Fiscalização desempenha um papel fundamental na garantia da segurança dos produtos e serviços, sendo condição prévia para uma disputa equitativa do mercado, potenciadora da credibilidade e do reconhecimento da competência das instituições, dos agentes económicos e do próprio Estado. Também aqui a Normalização tem desenvolvido um papel imprescindível.

A atual visão europeia sobre política industrial reforça o papel fundamental das Normas para o funcionamento do Mercado Único e para acelerar a dupla transição – climática e digital –, mas também a ambição da UE de afirmar-se como um líder global nestas matérias, reconhecendo que a Normalização será a chave para a implementação de tecnologias estratégicas, por ser capaz de responder de forma mais eficaz e mais eficiente aos desafios globais da transformação verde e digital e ao desenvolvimento sustentável das economias e da sociedade.

Apoio da Normalização às decisões políticas

A Normalização pode igualmente constituir uma ferramenta política muito eficaz. As Normas complementam as políticas nacionais e europeias e facilitam às empresas e outros intervenientes o respeito pela legislação relevante.

Para além dos benefícios atrás identificados e também pelo facto de promoverem um nível elevado de inclusão social, as Normas estão a ser cada vez mais utilizadas para apoiar políticas no debate de questões de acessibilidade, alterações climáticas, eficiência de recursos e outros domínios das políticas públicas, nomeadamente no âmbito do "Caminho para a Década Digital", que visa digitalizar competências, infraestruturas, negócios e serviços públicos, com vista a realizar a transformação digital da nossa sociedade e economia até 2030.

Neste cenário, importa realçar o papel da Normalização enquanto plataforma transversal de conhecimento experimentado e metodologias consolidadas e testadas, que suporta e acelera a inovação, estimula a concorrência e promove a transparência, em prol de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, procurando adaptar-se e responder, em tempo útil, aos desafios e às necessidades de transformação digital que a evolução mundial impõe.

Independentemente do segmento de mercado em que se posicionem, a transformação digital é uma realidade inevitável que afeta todas as organizações de modo transversal, representando uma oportunidade para se tornarem mais competitivas, mais eficazes e eficientes na análise de dados e mais próximas na forma como se relacionam com o cliente.

Alinhado com estas políticas e no quadro da Presidência Portuguesa da UE, a Secretaria de Estado para a Transformação Digital, a Estrutura de Missão Portugal Digital e a Imprensa Nacional Casa da Moeda, com a colaboração do Instituto Português da Qualidade (IPQ) e do Instituto Português de Acreditação (IPAC), enquanto parceiros, lançaram um projeto com o objetivo de fomentar o aumento da maturidade digital das organizações portuguesas.

Por forma a que as organizações possam implementar e evidenciar o cumprimento das melhores práticas nestas áreas, considerou-se necessária a definição de um conjunto de requisitos em quatro áreas de atuação distintas:

- Cibersegurança
- Privacidade e Proteção de Dados
- Sustentabilidade
- Acessibilidade

Enquanto Organismo Nacional de Normalização, o IPQ criou uma Comissão Técnica para a elaboração dos quatro referenciais, definindo os requisitos para uma certificação acreditada. Até ao momento já foram publicados dois documentos normativos:

- DNP TS 4577-1:2021 – "Maturidade digital – Selo digital. Parte 1: Cibersegurança. Requisitos";
- DNP TS 4577-4:2021 – "Maturidade digital – Selo digital. Parte 4: Acessibilidade. Requisitos".

Considera-se que um dos alicerces fundamentais numa estratégia digital de sucesso de qualquer organização, independentemente da sua dimensão e do negócio, tem de ser a Cibersegurança, uma vez que, por detrás de todos os benefícios extraordinários que a transformação digital oferece às organizações, existem verdadeiras ameaças cibernéticas que necessitam de ser antecipadas, bloqueadas e evitadas.

Existem já no país entidades certificadoras acreditadas pelo IPAC e empresas certificadas no âmbito do Selo de Maturidade Digital – Cibersegurança.

No que concerne à Acessibilidade, as organizações devem adequar os conteúdos, os produtos e os serviços da Web acessíveis a todos, de modo a tornar a comunicação mais simples, intuitiva e inclusiva, além de organizados de acordo com os quatro princípios da acessibilidade Web: percetível, operável, compreensível e robusto.

O documento normativo relativo à Privacidade e Proteção de Dados encontra-se em fase final de aprovação e o referente ao pilar da Sustentabilidade está ainda a ser desenvolvido.

CONTRIBUTOS DOS LABORATÓRIOS ACREDITADOS

PARA UMA SOCIEDADE MAIS SEGURA

Na sociedade atual a perceção de segurança é fundamental, interpretada numa perspetiva da qualidade de vida sustentada na conformidade de produtos e serviços (*safety*) e numa perspetiva de segurança (*security*) que garanta a preservação dos seus valores éticos e sociais. Assume particular relevância a necessidade de assegurar as expectativas de qualidade de vida e de segurança para os cidadãos, mitigando as ameaças, e para os consumidores, reduzindo o risco. Importa, face a esta nova realidade multifacetada, elaborar sobre o papel dos laboratórios acreditados e sobre a sua capacidade de resposta eficaz aos desafios emergentes e exigentes da sociedade.

ÁLVARO SILVA RIBEIRO
- Presidente do Conselho de Administração da RELACRE

ca@relacre.pt

Para se perceber a importância de se assegurar a confiança dos consumidores no mercado, recorda-se a recomendação do Conselho da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) emitida em julho de 2020 (*Recommendation on Consumer Product Safety*) indicando os elementos-chave para esse efeito:

- Prever o direito do consumidor a obter produtos seguros e alertas rápidos quando produtos inseguros estiverem no mercado ou forem objeto de proibição ou de recolha;
- Informar com evidências sólidas e fontes de dados, incluindo, se possível, por meio do estabelecimento de sistemas de recolha de dados sobre danos, do desenvolvimento de abordagens sistemáticas de gestão e avaliação do risco que sejam comparáveis de um país para outro, de atividades de compartilhamento de informações e, ainda, por meio de iniciativas de consciencialização do consumidor;
- Prestar atenção específica aos consumidores vulneráveis.

A internacionalização e a globalização das economias criaram um novo modelo caracterizado por uma elevada cadência de inovações tecnológicas, de serviços revolucionários e de modelos de comunicação que contêm desafios para a gestão da informação, com elevado impacto no contexto sociológico. Neste novo mundo assume particular relevância a necessidade de assegurar as expectativas de qualidade de vida e de segurança para os cidadãos, mitigando as ameaças, e para os consumidores, reduzindo o risco.

Perante a dinâmica atual dos mercados, com inovações e evoluções permanentes, podemos questionar qual o papel dos laboratórios acreditados face a esta nova realidade multifacetada e sobre a capacidade de estes conseguirem dar uma resposta eficaz à avalanche de desafios emergentes e exigentes. Neste sentido, são apresentadas algumas reflexões que visam demonstrar que os laboratórios têm evoluído, adaptando as competências e os recursos para responder de forma apropriada às expectativas mais exigentes da sociedade.

Em primeiro lugar, realçamos a importância de se realizarem atividades de ensaio, inspeção e certificação por laboratórios acreditados. Com efeito, o risco e o seu impacto associado à existência no mercado de produtos e serviços que não cumprem os requisitos expectáveis é diver-

sificado, podendo verificar-se desde situações de desempenho incorreto face ao esperado até circunstâncias que podem colocar em causa a saúde de populações de modo extremo. Cada vez mais o cidadão e o consumidor esperam que existam mecanismos de salvaguarda, baseados em legislação, regulamentação e regulação que permitam mitigar o risco. Um exemplo da importância deste fator traduziu-se na criação da RASFF (*Rapid Alert System for Food and Feed*) pela União Europeia em 1979, cuja ação apoiada na atividade dos laboratórios permitiu identificar, em 2018, um surto de salmonela em ovos nos Países Baixos e na Bélgica e operar uma rápida retirada do produto do mercado e o aviso imediato aos consumidores.

Numa segunda vertente, refira-se a importância da acreditação como suporte do reconhecimento mútuo dos resultados dos ensaios e da independência face às partes interessadas. Com efeito, a existência de organismos internacionais como a ILAC (*International Laboratory Accreditation Cooperation*) e, a nível europeu, a EA (*European co-operation for Accreditation*), nos quais se integram os laboratórios, designados por entidades de 3.ª parte (distintos das outras partes interessadas: fabricantes, fornecedores e clientes), é considerada essencial para assegurar a independência dos resultados dos ensaios, sendo este elemento fundamental para a confiança que o consumidor pretende ter face às suas expectativas.

Para assegurar o reconhecimento internacional há que salientar o importante papel da normalização, uma vez que são as normas internacionais que asseguram a comparabilidade dos sistemas de gestão aplicados pelos diferentes laboratórios nos países signatários do acordo de reconhecimento mútuo (da ILAC).

Adaptação e resposta dos laboratórios às novas realidades

A reflexão sobre o impacto da aceleração da transição digital decorrente da evolução tecnológica, potenciada pelas circunstâncias de emergência de saúde pública, corresponde a uma terceira vertente de análise. Neste contexto particular destaca-se, por um lado, a necessidade de adaptação dos laboratórios a novas realidades de produtos e serviços, que tem conduzido a uma alteração profunda dos processos, recursos e competências, fazendo uso de abordagens inovadoras de automatização, de aplicação da inteligência artificial, de computação e de comunicação. Por outro lado, destacamos o facto de que os laboratórios possuem, entre os seus quadros, elevadas qualificações técnicas e científicas, verificando-se uma preocupação emergente com o contexto da atividade profissional, nomeadamente, face à permanente evolução das competências e ao crescimento de novas áreas para as quais se pretendem pessoas qualificadas.

Um quarto elemento de reflexão consiste na perceção da importância que se dá cada vez mais aos dados e à garantia da sua integridade e confidencialidade. A cibersegurança é, por isso, um elemento fundamental na gestão da informação e, consequentemente, na gestão dos laboratórios. Os processos emergentes associados à atividade laboratorial acompanham e aplicam as principais tendências mundiais que envolvem as diversas facetas da transição digital (inteligência artificial e algoritmos complexos, *machine learning*, *big data*, *deep learning*, *block chains*, robotização, computação e programação na nuvem), onde a importância dos dados se traduz, segundo alguns autores, como a riqueza do século XXI.

A crescente importância da atividade laboratorial nos processos que envolvem a obtenção, criação e gestão de informação é, hoje, uma realidade.

Os laboratórios do futuro enfrentam enormes desafios, económicos, tecnológicos e sociais, que requerem mudança, adaptação e competência. Nos anos mais recentes esse processo evolutivo tem sido notório, mostrando que existem novos modelos de organização, soluções tecnológicas criativas e inovadoras e capacidade de adaptação, fatores essenciais para o sucesso da sua atuação. No mundo atual não é imaginável dispensar o elevado contributo dos laboratórios nas mais diversas áreas económicas, da energia, da saúde, da alimentação, da agricultura, da construção e de tantas outras, por forma a garantir a confiança, a segurança e a qualidade de vida na sociedade.

AMIANTO EM EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES

SEGURANÇA E SAÚDE DE OCUPANTES E TRABALHADORES

FRANCISCO SILVA

- Responsável do Laboratório de Segurança e Higiene Ocupacionais
  CTCV – Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro
  fsilva@ctcv.pt

Durante décadas Portugal utilizou materiais contendo amianto em edifícios, instalações e equipamentos. Com a proibição da sua comercialização em 2005 e a necessidade de ser feita a sua remoção, houve um incremento deste tipo de atividade que, ao ser de risco elevado, impõe às empresas que atuam na área o cumprimento de requisitos técnicos e organizativos de segurança e saúde no trabalho.

Os asbestos, também conhecidos como amianto, são variedades fibrosas de minerais que se encontram em formações rochosas naturais. As fibras de amianto são um contaminante do ar ambiente de elevada perigosidade para as pessoas expostas, podendo ser causa de doenças graves, como cancro do pulmão e mesotelioma.

Durante décadas o amianto foi utilizado em edifícios, instalações e equipamentos em todo o mundo. Portugal não foi exceção e existe no nosso país uma quantidade significativa de materiais contendo estas fibras perigosas para a saúde. Os dados disponíveis indicam um consumo acumulado de amianto em cerca de 110 000 toneladas desde os anos 1920 até 2005, altura da proibição da sua utilização. Cerca de 90% desta quantidade foi utilizada em materiais de fibrocimento para a construção, tendo os restantes 10% sido aplicados no fabrico de produtos manufaturados. Acresce ainda o amianto contido em produtos importados.

Importa conhecer onde estão localizados materiais contendo amianto (MCA) e o risco que representam para a saúde de trabalhadores e outros ocupantes potencialmente expostos às fibras, bem como estabelecer as medidas necessárias para a proteção das pessoas e do ambiente.

Enquadramento legal

A legislação aplicável ao amianto abrange diversos aspetos relacionados com estes materiais (ex.: comercialização, proteção dos trabalhadores e do ambiente), destacando-se:

- Decreto-Lei n.º 264/98, de 19 de agosto, e sucessivas alterações, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 101/2005, de 23 de junho, que proíbe a comercialização e utilização de amianto;
- Decreto-Lei n.º 266/2007, de 24 de julho, que estabelece os trabalhos autorizados com materiais contendo amianto e as prescrições mínimas de segurança e saúde para a sua realização;
- Portaria n.º 40/2014, de 17 de fevereiro, que estabelece as normas para a correta remoção dos materiais contendo amianto e para o acondicionamento, transporte e gestão dos respetivos resíduos de construção e demolição gerados, tendo em vista a proteção do ambiente e da saúde humana.

Não existe legislação nacional específica para a gestão dos MCA em edifícios, instalações e equipamentos, mas a Assembleia da República, ao longo dos últimos anos, publicou legislação tendente à inventariação e remoção dos MCA, nomeadamente a Resolução da Assembleia da República n.º 24/2003, de 13 de março, sobre a utilização do amianto em edifícios públicos, que recomenda um conjunto de iniciativas ao Governo, posteriormente reforçada pela Lei n.º 2/2011, de 9 de fevereiro, sobre a remoção de amianto em edifícios, instalações e equipamentos públicos.

Recentemente foi aprovada a Lei n.º 63/2018, de 10 de outubro, que estabelece procedimentos e objetivos com vista à remoção de produtos que contêm fibras de amianto ainda presentes em edifícios, instalações e equipamentos de empresas (edifícios privados). Até à data, ainda não foi concluída a sua implementação.

Melhorias para a remoção de materiais contendo amianto

Os trabalhos que envolvam materiais contendo amianto têm de ser executados de acordo com planos de trabalho aprovados pela Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e realizados por empresas com competências reconhecidas por esta. Tratando-se de um processo de aprovação pontual, trabalho a trabalho, verificam-se diferenças nos critérios de aprovação.

Tendo em conta a perigosidade das fibras de amianto para a saúde, os trabalhos de remoção de MCA são uma atividade de risco elevado. Desta forma, impõe-se, logo à partida, que todas as empresas atuando nesta área cumpram requisitos de segurança e saúde técnicos e organizativos.

Independentemente de outras propostas, afigura-se necessário que sejam consideradas as seguintes medidas para melhor proteção da saúde pública e laboral, bem como do ambiente:

- **Gestão dos MCA** – Uniformizar as práticas de gestão dos materiais contendo amianto, englobando o diagnóstico, monitorização e definição de prioridades de intervenção (existem já documentos elaborados para os edifícios públicos);
- **Tipificação de trabalhos** – Estabelecimento de tipos de trabalhos que servirá para definir as competências necessárias e exigências preventivas para a sua realização:
  - Trabalhos esporádicos e de baixa intensidade;
  - Remoção de fibrocimento e outros tipos de amianto não friável, sem deterioração;
  - Remoção de amianto friável e restantes trabalhos não abrangidos nos tipos de trabalho referidos anteriormente.
- **Formação** – É necessária a elaboração de referenciais de formação para trabalhadores, técnicos responsáveis e técnicos de fiscalização de trabalhos;
- **Entidades fiscalizadoras** – Entidades independentes que assumam atividades técnicas nesta área, nomeadamente: diagnóstico de MCA em edifícios, equipamentos e instalações e verificação da limpeza dos espaços após remoção ou reparação de materiais contendo amianto;
- **Empresas de remoção de MCA** – Certificação das empresas, habilitando-as para os tipos de trabalho que possam realizar, com base na qualificação dos seus técnicos e trabalhadores, nos meios e procedimentos técnicos disponíveis;
- **Laboratórios de medição de fibras no ar** – A medição de concentração de fibras no ar deverá ser feita por laboratórios acreditados, tanto para a colheita como para a análise (contagem) das fibras;
- **Sistemas de gestão** – A implementação e certificação de sistemas de gestão será também desejável, destacando-se a norma NP ISO 45001 no que respeita à proteção dos trabalhadores que operam na remoção dos materiais contendo amianto.

A Comissão Técnica CT 214 – *Amianto* está a elaborar uma norma para os trabalhos de remoção de MCA, que estabelecerá um conjunto de requisitos para a atuação nesta área. Este documento poderá ser uma base para um incremento das boas práticas no nosso país, alinhando-as com as dos restantes países da União Europeia e do Reino Unido. Também da parte da ACT se encontram em preparação guias de apoio a esta área, nomeadamente para a definição dos trabalhos esporádicos e de baixa intensidade e de referenciais de formação para os trabalhadores. Em Portugal existem ainda dezenas de toneladas de amianto aplicadas em edifícios, equipamentos e instalações. A gestão dos MCA existentes, a sua remoção de forma adequada e o conveniente tratamento dos resíduos são fundamentais para reduzir o risco que estes materiais representam. A certificação das empresas e a qualificação dos profissionais, entre outras medidas, contribuirão para o cumprimento dos requisitos ambientais, de segurança e de saúde aplicáveis.

METODOLOGIAS DA QUALIDADE E EXCELÊNCIA

PARA UMA SOCIEDADE MAIS SEGURA E SUSTENTÁVEL

A realidade atual é cada vez mais desafiante em termos sociais, económicos e ambientais, ou seja, em termos de sustentabilidade. As metodologias da Qualidade e Excelência, de onde destacamos a norma ISO 9001 e o referencial EFQM, têm sido determinantes no desenvolvimento e sucesso de muitas organizações. De que forma as metodologias da Qualidade e Excelência podem contribuir para uma sociedade mais segura e sustentável é o que vamos aqui destacar.

EDUARDO MORGADO
- Vice-presidente da Direção da APQ Associação Portuguesa para a Qualidade

geral@apq.pt

Para esta análise temos de alargar o conceito de Qualidade para o exterior da organização, enquanto entidade com um propósito, uma política e uma estrutura onde se incluem pessoas, processos e objetivos. Nesse âmbito alargado vamos incluir a montante as cadeias de abastecimento e a jusante a logística, os intermediários, os agentes e outras partes interessadas envolvidas com a organização, para além da sociedade e meio ambiente onde esta desenvolve a sua atividade.
Detalhando um pouco estes aspetos, podemos enumerar alguns deles e as respetivas metodologias já existentes para a sua gestão eficaz.

Temos então:

- **Ambiente:** A metodologia mais comum é o Sistema de Gestão Ambiental baseado na norma ISO 14001. Esta norma pode ser a base da certificação EMAS, fundamental para as relações comerciais no Espaço Económico Europeu.
- **Energia:** A metodologia baseada na norma ISO 50001 – Sistemas de Gestão de Energia permite às organizações estabelecerem metas e obterem apoios para o aumento da sua eficiência energética, reduzirem as suas emissões de carbono e melhorarem o seu desempenho económico.
- **Ativos:** A metodologia baseada na norma ISO 55001 – Sistemas de Gestão de Ativos permite às organizações assumirem a importância dos seus ativos, tangíveis e intangíveis, e de os gerir de forma transparente e clara para as outras partes interessadas.
- **Cadeia de abastecimento:** A metodologia baseada na norma ISO 28000 – Sistemas de Gestão da Segurança da Cadeia de Abastecimento permite que as organizações estabeleçam um sistema global de gestão da sua cadeia de abastecimento e em todas as suas vertentes.
- **Continuidade do negócio:** A metodologia baseada na norma ISO 22301 – Sistemas de Gestão da Continuidade do Negócio induz as organizações a pensarem nos produtos/serviços e nos períodos máximos da sua reposição em caso de fenómenos disruptivos dos seus processos.

- **Gestão de crises:** As normas ISO 22360 e 22361, ainda em desenvolvimento, permitirão o desenvolvimento de capacidades estratégicas dentro das organizações para fazerem face a crises e facilitar a sua gestão.

- **Corrupção:** A metodologia baseada na norma ISO 37001 – Sistemas de Gestão Anticorrupção permite à organização identificar, prevenir e tratar situações em que possa estar envolvida, direta ou indiretamente, e onde exista a possibilidade de qualquer tipo de corrupção.

- **Compliance:** A metodologia baseada na norma ISO 37301 – *Compliance management systems* permite à organização garantir o cumprimento de todas as suas obrigações legais, regulamentares, estatutárias, contratuais, voluntárias e outras que possa decidir cumprir na sua atividade.

- **Comunicação de irregularidades:** A metodologia baseada na norma ISO 37002 – *Whistleblowing management systems – Guidelines* permite às organizações o estabelecimento de canais de comunicação interna e externa à organização, de modo a permitir a receção de comunicações, identificadas ou anónimas, sobre potenciais situações irregulares, envolvendo más práticas, assédio, ilícitos, etc., e garantido o seu tratamento independente e preservando a identificação/anonimato da fonte durante a investigação.

- **Responsabilidade social:** A metodologia baseada na norma ISO 26000, e ainda na NP 4469, Sistemas de Gestão da Responsabilidade Social, permite às organizações a criação de valor suportada em princípios socialmente responsáveis, com o objetivo de melhorar continuamente o seu desempenho ambiental, social e de governação.

Outras normas a considerar

Numa perspetiva ainda mais abrangente, podemos incluir as metodologias e indicadores relativos às "cidades e comunidades sustentáveis", onde se incluem as "*smart cities*" e as "*smart grids*". Dentro deste âmbito, salientamos a norma ISO 37101 – Sistemas de Gestão para o Desenvolvimento Sustentável e a norma ISO 37120 – Desenvolvimento sustentável de comunidades – Indicadores para os serviços urbanos e a qualidade de vida.

Uma constante em todas estas metodologias/normas é que no seu centro está o ciclo PDCA (*Plan-Do-Check-Act*) da melhoria contínua e ainda a gestão do risco referente a cada um desses aspetos. O risco é um conceito bastante amplo e aplicável a todos os aspetos da nossa vida. Tem que ver com a incerteza que o futuro nos reserva. Essa incerteza é um facto da vida. Se não existisse, a nossa vida seria previsível, sem qualquer tipo de emoção e que se traduziria por ser aborrecida. A incerteza pode ser objetiva (epistemológica – desconhecimento do assunto, ou aleatória – natureza imprevisível), ou subjetiva (por diferentes pontos de vista, por impossibilidade de tomar uma decisão ética/moral, ou por regras não existentes ou pouco claras).

Mas, no contexto dos sistemas de gestão, risco é definido como o "efeito da incerteza nos objetivos" (ISO 31000), ou seja, na gestão do risco devemos concentrar a nossa atenção apenas nos riscos que ponham em causa os objetivos dentro do âmbito e contexto em que estamos a trabalhar.

A metodologia definida na ISO 31000 – Gestão do risco – Linhas de orientação é aquela que tem tido maior adesão em todo o mundo, servindo como base de aplicação das outras normas de sistemas de gestão. A norma ISO 31000 é baseada em princípios e define uma estrutura e um processo.

As várias fases do processo da gestão do risco envolvem:

- A comunicação e consulta das partes interessadas;
- A definição do âmbito, do contexto externo e interno e ainda dos critérios do risco, que irão ser centrais para a classificação/priorização dos riscos;
- A apreciação do risco, que inclui: a identificação dos riscos; a análise dos riscos (que inclui o estabelecimento do seu valor); e a avaliação dos riscos face aos critérios do risco definidos anteriormente;
- O tratamento dos riscos, que inclui a seleção das opções para o seu tratamento e a preparação e implementação dos planos de tratamento dos riscos;
- A monitorização e revisão;
- O registo e reporte.

Todas estas metodologias/normas de sistemas de gestão ISO são aplicáveis a qualquer organização, independentemente da sua dimensão, localização, forma jurídica e fiscal e área de atividade. A sua aplicação nos ecossistemas sociais, como sejam as cidades e as comunidades, permitirá o seu desenvolvimento económico, social e ambiental no sentido de os tornar mais seguros e sustentáveis.

AUMENTAR A CONFIANÇA DIGITAL DAS EMPRESAS

SELOS DIGITAIS DE CIBERSEGURANÇA

A transformação digital, que acontecia lentamente, foi acelerada em 2020 fruto da pandemia de Covid-19. O *lockdown* e a necessidade de distanciamento social obrigaram as organizações a adaptarem-se rapidamente ao trabalho remoto e a acelerarem a digitalização dos seus processos para se manterem ativas e sobreviverem. A vulnerabilidade dos sistemas de informação, muitas vezes por falta de conhecimento por parte das organizações e da sociedade, contribuiu para o aumento da taxa de sucesso do crime cibernético. Tornou-se, assim, pertinente a implementação de ferramentas e boas práticas de cibersegurança.

FRANCISCO PIMENTA
- IT Security Business Developer
APCER
francisco.pimenta@apcer.pt

Todos os dias temos conhecimento de ataques informáticos a organizações espalhadas pelo mundo e a previsão é que estes ataques se tornem cada vez mais frequentes e sofisticados. É, por isso, de extrema importância que as organizações implementem um conjunto de boas práticas e ferramentas de cibersegurança, para assegurarem a continuidade das suas atividades e assim garantirem a disponibilidade, integridade e confidencialidade dos dados que gerem. Exemplo de uma ferramenta capaz de dar resposta a estas vulnerabilidades e transmitir confiança a todas as partes interessadas é a certificação Selo Digital de Cibersegurança, que pertence à Iniciativa do Selo Digital Nacional, inserida no projeto de Transição Digital iniciado pela Presidência Portuguesa da União Europeia. Esta iniciativa tem como objetivo incentivar o aumento da maturidade digital das pequenas e médias empresas, estando disponível uma verba de 30 milhões de euros no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para apoiar as primeiras 15 mil certificações de empresas em Portugal.

A Iniciativa do Selo Digital Nacional inclui quatro dimensões distintas:
- Cibersegurança
- Privacidade e Proteção de Dados Pessoais
- Sustentabilidade
- Acessibilidade

Para cada uma das dimensões será elaborada uma especificação técnica pela Comissão Técnica de Normalização *ad hoc* CTA 041 "Selos digitais", cuja coordenação é assegurada pelo Organismo Nacional de Normalização, Instituto Português da Qualidade (ONN/IPQ).
A certificação da dimensão Selo Digital de Cibersegurança já se encontra disponível através da especificação técnica DNP TS 4577-1:2021 – *Maturidade digital – Selo digital. Parte 1: Cibersegurança. Requisitos*, cujos requisitos foram selecionados a partir de referenciais nacionais, como o Quadro Nacional de Referência para a Cibersegurança (QNRCS), o Roteiro para as Capacidades Mínimas de Cibersegurança e o Quadro de Avaliação de Capacidades de Cibersegurança.
Com a certificação Selo Digital de Cibersegurança pretende-se não só mitigar muitos dos riscos de cibersegurança a que as organizações estão expostas, mas também contribuir para a prevenção contra os ataques cibernéticos e proteção da informação sensível dos seus negócios.

Esta certificação é aplicável a todas as organizações, independentemente do sector de atividade, tipologia e dimensão, tendo especial foco nas micro, pequenas e médias empresas que pretendam demonstrar a sua conformidade no pilar da cibersegurança.

Níveis de certificação

Para a obtenção deste selo, as organizações devem cumprir os requisitos definidos na especificação técnica DNP TS 4577-1:2021, implementando-os em todos os locais e processos da organização onde há recurso a tecnologias de informação e comunicação (TIC).

Está disponível em três níveis de certificação – Bronze, Prata e Ouro –, que contribuem de forma complementar e distinta para o aumento da segurança, da complexidade dos requisitos e da metodologia de verificação durante a auditoria.

A organização deve selecionar o nível de certificação que mais se adequa à sua dimensão, estrutura organizacional, missão e ambição, podendo melhorar continuamente e ascender para o nível de certificação superior.

No **nível Bronze** encontram-se as medidas de simples adoção, que aumentam a proteção da organização face aos riscos de cibersegurança mais comuns e prejudiciais. É recomendado para organizações mais pequenas, com menor preparação ou com poucos recursos humanos e técnicos para enfrentar os riscos de cibersegurança, ou para organizações com menor necessidade de cibersegurança.

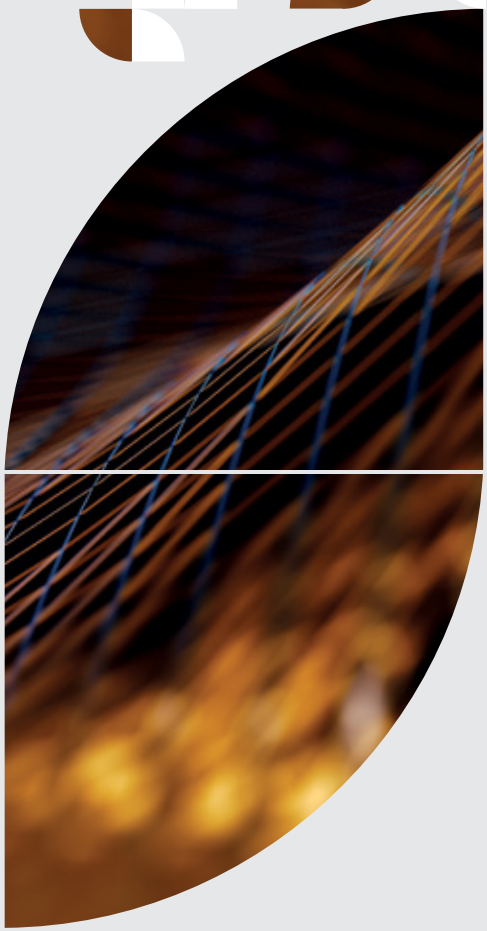
Do **nível Prata** fazem parte medidas de complexidade intermédia, sendo necessário evidenciar o cumprimento dos requisitos deste nível e do nível anterior (Bronze). Aplica-se a organizações com capacidades de cibersegurança para além das elementares, com média dimensão, ou com mais necessidades de cibersegurança em virtude de uma maior dependência desta para o sucesso da sua atividade.

Finalmente, o **nível Ouro** é direcionado a organizações mais capacitadas em cibersegurança e em recursos técnicos e humanos, com grande necessidade de proteção das redes e da sua informação, para as quais a cibersegurança é essencial nas suas funções e atividades críticas, ou para aquelas em que um incidente de cibersegurança poderá pôr em causa a própria organização. É necessário evidenciar o cumprimento dos requisitos deste nível e dos níveis anteriores (Bronze e Prata).

Benefícios da certificação

Destacam-se como principais benefícios da implementação dos requisitos da especificação técnica DNP TS 4577-1:2021 e posterior certificação, os seguintes:

- Aumento contínuo da segurança da informação e prevenção contra os ataques nas redes informáticas e de negócio, garantindo a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade, reduzindo assim a exposição ao risco de ameaça cibernética;
- Proteção da integridade da marca, garantindo uma maior notoriedade e melhorando a sua imagem perante o mercado e a sociedade, através da utilização do Selo Digital com a respetiva escala de maturidade;
- Aumento da diferenciação, credibilidade e competitividade das organizações;
- Melhoria da confiança das organizações nas suas relações B2B ou B2C.



São ainda poucas as entidades certificadoras acreditadas pelo Instituto Português de Acreditação (IPAC) para a realização da avaliação do cumprimento dos requisitos por parte das organizações e consequente obtenção do Selo Digital de Cibersegurança, cuja conformidade de implementação dará origem a um certificado e ao uso da marca.

SEGURANÇA NO RAMO AUTOMÓVEL

ANTÓNIO FEIO
- Office Manager
  DQS Portugal
  antonio.feio@dqs-portugal.com

Falar do tema da segurança no ramo automóvel exige abordá-lo sob diferentes formas, nomeadamente há que ter em conta a evolução que tem havido na segurança automóvel, o modo como se classifica a segurança no sector, como se garante que os processos de produção criam um produto seguro e como se asseguram e validam esses próprios processos.

Em 5 de agosto de 1888 Bertha Benz foi a primeira pessoa na história a conduzir um automóvel a uma longa distância. Ao fazer isso, Bertha Benz captou toda a atenção do mundo para o Benz Patent-Motorwagen, primeiro automóvel do mundo. Quando empreendeu esta viagem, os maiores perigos vinham do péssimo estado das estradas. O buraco mais próximo podia significar um eixo partido e o fim antecipado da viagem.

Com o passar dos anos, o tráfego foi aumentando com o crescente número de veículos de duas rodas motorizados e outros com travões muito fracos ou inexistentes, levando a falta de vigilância rodoviária a um aumento de acidentes graves, bem como a uma mudança na forma de pensar das pessoas. Principalmente a partir dos anos 1960, o tema da segurança rodoviária foi gradualmente ganhando importância.

Como exemplos, destaco os primeiros faróis do mundo em 1898, os primeiros limpa-pára-brisas mecânicos em 1903, os primeiros pneus em borracha em 1904, os espelhos retrovisores em 1906, os indicadores de mudança de direção em 1922, o airbag em 1951, as zonas de deformação programada do veículo em 1952 ou o cinto de segurança de três pontos em 1959, além do desenvolvimento de sistemas de travagem, o ABS em 1966 e o ESP em 1995, desenvolvido pela Bosch.

Os parâmetros e exigências aumentam de ano para ano e um automóvel que em 2000 era considerado seguro, hoje não passaria nos testes. Esses englobam atualmente quatro aspetos: segurança dos ocupantes adultos e das crianças, segurança dos pedestres, bem como oferta de dispositivos auxiliares de segurança.

O objetivo final de todas os sistemas de segurança automóvel é ter zero acidentes na estrada. Há quem veja a criação dos veículos autónomos como um passo importante nesse sentido, já que as máquinas errariam menos ao volante do que os humanos. Trata-se de uma nova tecnologia que os especialistas do sector apontam como o futuro do automóvel.

Podemos falar de segurança ativa e de segurança passiva. Por segurança ativa entende-se todas as medidas destinadas a evitar os acidentes ou todo o conjunto de componentes e possibilidades que o veículo põe à disposição do condutor para evitar o acidente. Consequentemente, surgiram numerosas invenções que melhoraram decisivamente aspetos como a estabilidade da direção, a travagem, a visibilidade e a ergonomia.

Por segurança passiva entende-se todas as medidas destinadas a minorar as consequências de um acidente. Estas medidas aplicam-se tanto aos passageiros dos veículos como aos peões. Painéis de instrumentos almofadados, volantes capazes de absorver energia, cintos de segurança, rol bars, proteção contra impactos laterais e também os contornos suavizados das carroçarias fazem parte da segurança passiva.

Processos de produção para um produto seguro

A robustez da produção é estabelecida na fase de design e para isso existem diversas metodologias que ajudam a alcançar esse objetivo. A Análise de Efeitos e Modo de Falha de Projeto (DFMEA) é usada para detetar possíveis falhas de projeto que possam causar um impacto significativo nos utilizadores finais de um produto. Daí ser importante investir no DFMEA para evitar falhas de projeto.

Um dos principais objetivos do DFMEA é o de identificar falhas potenciais do produto associadas a uma peça que poderia causar mau funcionamento do produto, vida útil reduzida do produto ou riscos de segurança ao usar o produto.

O DFMEA é usado em todos os estágios preliminares do processo de design, antes de um produto entrar em produção. O DFMEA permite que os projetistas identifiquem as incertezas associadas aos modos de falha potenciais do projeto de uma peça. Essas informações podem ser usadas para mitigar riscos e encontrar alternativas.

Passada esta fase é então altura de analisar o que pode correr mal no processo de produção. A Análise de Efeitos e Modo de Falha de Processo (PFMEA) é uma abordagem metódica usada para identificar riscos no processo. O PFMEA identifica inicialmente as funções do processo, os modos de falha e seus efeitos no processo. Se houver entradas de design ou características especiais, o efeito no utilizador final também será incluído. A classificação de gravidade ou perigo do efeito é determinada para cada efeito de falha.

Em seguida, as causas e seus mecanismos do modo de falha são identificados. A suposição de que o design é adequado mantém o foco no processo. Uma alta probabilidade de uma causa leva a ações para prevenir ou reduzir o impacto da causa no modo de falha. A classificação de deteção determina a capacidade de testes específicos para confirmar se o modo ou causas de falha são eliminados.

Como se garantem e validam os processos

Na indústria automóvel é requerido que todos os fornecedores que estejam na cadeia de fornecimento de um veículo estejam certificados pela norma IATF 16949, visando validar e dar credibilidade ao que é produzido nesta indústria.

A IATF 16949:2016 é uma especificação técnica que visa o desenvolvimento de um sistema de gestão da qualidade que proporcione a melhoria contínua, enfatizando a prevenção de defeitos e a redução da variação e desperdício na cadeia de fornecimento e processo de montagem da indústria automóvel.

A norma foi preparada pela International Automotive Task Force (IATF) e pelo Comité Técnico da ISO. Harmoniza os regulamentos específicos de cada país para os sistemas de gestão da qualidade. Na sua última revisão foi estabelecida uma cláusula específica relativa à segurança do produto (4.4.1.2).

O automóvel é um exemplo de inovação contínua que cria novas expectativas, mas também alguns receios face ao que é novo. Será que o carro híbrido, elétrico, a hidrogénio, de condução autónoma é mais ou é menos seguro que o carro atual?

Todos os componentes de segurança estão sujeitos a terem que aprovar a Conformidade da Produção (CoP). A Conformidade da Produção é um meio de evidenciar a capacidade de produzir uma série de produtos que correspondem exatamente aos requisitos de especificação, desempenho e marcação descritos na documentação da sua aprovação, antes de serem colocados no mercado.

SEGURANÇA NO SECTOR DA CONSTRUÇÃO

NOVO DIPLOMA DO BETÃO AUMENTA A SEGURANÇA DAS ESTRUTURAS

JOÃO DUARTE
- Auditor
EIC

A construção civil é um sector-chave para a sociedade. O estado das infraestruturas e do edificado influencia a economia, o desenvolvimento, a saúde, a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas. Assim, é natural que as sociedades procurem aumentar, de forma contínua, a qualidade dos edifícios, estradas e pontes. Qualidade significa em primeiro lugar segurança e, hoje em dia, em segundo lugar, sustentabilidade. Desde finais de 2021, Portugal possui um novo diploma para a construção em betão.

Podemos dizer que houve excelentes notícias em novembro de 2021 para a sociedade portuguesa: 14 anos depois da última atualização, foi promulgado um novo diploma para a construção em betão. No dia 5 de dezembro o Decreto-Lei n.º 90/2021 substituiu o DL n.º 301/2007 e preparou o terreno para estruturas de betão mais seguras e mais sustentáveis em Portugal.

Uma novidade absoluta que este novo diploma trouxe é a das coimas. Uma inovação que é essencial para de facto aumentarmos a segurança e a sustentabilidade na construção, já que são precisas as duas partes: por um lado, os requisitos, como leis, regras e normas; por outro lado, o controlo, ou seja, a fiscalização e a certificação.

O novo diploma reforça precisamente o lado do controlo: agiliza a fiscalização, introduz novas declarações que facilitam a verificação e estabelece regras base que se aplicam sempre que faltem indicações, seja por esquecimento, por negligência ou por ignorância.

O novo diploma também dá mais competências às Câmaras Municipais. Um dos novos requisitos que facilita a verificação é a emissão de uma declaração pelo Diretor de Obra com os resultados dos ensaios do betão. Para as Câmaras é uma ferramenta importante para assegurar que os betões aplicados correspondem aos especificados pelo projetista e assim garantir o adequado desempenho da estrutura e, consequentemente, a segurança dos utilizadores e dos bens.

Com foco na segurança e na sustentabilidade, o novo Decreto-Lei n.º 90/2021 também aperta a nível dos requisitos, com impacto no trabalho desenvolvido pelos diferentes intervenientes do sector da construção, desde os profissionais e as empresas envolvidos no projeto e na execução de estruturas de betão, às empresas produtoras de betão, incluindo as de prefabricação.

Uma novidade absoluta e global é a introdução de contraordenações em caso de incumprimento, com fiscalização a cargo da ASAE e das Câmaras Municipais. Outra novidade é a determinação expressa da última edição das normas a aplicar: a NP EN 206 para especificar, produzir e controlar o betão e a NP EN 13670 para rececionar o betão e as armaduras e para executar a estrutura. Como é muito mais rápido atualizar uma norma do que um Decreto-Lei, este é um aspeto claramente positivo.

Há mais pontos a destacar em termos dos diferentes intervenientes do sector da construção. Vamos ver em relação a cada um deles.

Novas regras para projetistas

Começo pelos primeiros intervenientes no processo: os projetistas das estruturas que, desde 5 de dezembro, só devem submeter projetos à aprovação em conformidade com o DL n.º 90/2021. Isso envolve:

- Indicar a vida útil pretendida para a estrutura sempre que diferente de 50 anos;
- Estabelecer a classe de execução sempre que diferente da classe 2;
- Especificar os betões de acordo com a NP EN 206;
- Estabelecer o plano de amostragem dos ensaios de receção do betão;
- Estabelecer o plano de amostragem dos ensaios de receção das armaduras.

Ao especificar o betão, o projetista deve considerar em particular as ações ambientais sobre as várias partes da estrutura, como por exemplo os elementos de fundações e os envolventes às cozinhas e casas de banho, em geral mais húmidas.
Quanto às alterações à especificação do betão, que surgem muitas vezes durante a execução da obra, devem ter agora o assentimento prévio do projetista. Isto é positivo, porque este pode, assim, avaliar se a estabilidade e a durabilidade da estrutura continuam asseguradas.

Novas regras para empresas de betão

Para as produtoras de betão, a certificação do controlo da produção passa a ser condição para fornecer as estruturas abrangidas pelas classes de execução 2 e 3. Agora, as empresas de betão certificadas de acordo com a ISO 9001 têm uma vantagem: o novo diploma entende a certificação ISO 9001 como equivalente à certificação do controlo da produção. Assim, as empresas certificadas podem subir dois degraus de uma só vez e poupar custos e tempo.
As empresas de betão devem atualizar-se para cumprir a NP EN 206. No entanto, têm de se manter capazes de fornecer betão de acordo com a NP EN 206-1 para as obras que ainda estejam abrangidas pelo anterior DL n.º 301/2007.

Novas regras para empresas de construção

As empresas de construção passam a ter mais responsabilidade no controlo do betão e das armaduras de aço que recebem em obra. Através dos ensaios de receção, devem verificar, por exemplo, se a resistência à compressão do betão e a resistência à tração das armaduras de aço correspondem ao estabelecido pelo projetista. Além disso, os ensaios do betão são agora obrigatórios para todas as obras, qualquer que seja a classe de execução, mas têm de ser realizados por laboratórios acreditados no caso das classes de execução 2 e 3.
Novo é ainda o referido modelo de declaração para preencher no final da obra com os resultados dos ensaios da receção do betão. Esta declaração, subscrita pelo Diretor de Obra, deve ser entregue ao Diretor de Fiscalização de Obra e à Câmara Municipal que licenciou o projeto.
Na sua maioria, as novidades introduzidas pelo DL n.º 90/2021 significam um salto qualitativo em direção a uma construção mais segura e mais sustentável no país. O sucesso depende, na prática, de todos os diferentes intervenientes do sector da construção. É preciso agora respeitar e aproveitar a nova lei e, desta forma, contribuir para uma construção melhor e mais segura em Portugal. Será um forte contributo para uma economia mais próspera, para o desenvolvimento do país, bem como para a saúde e o bem-estar dos cidadãos portugueses.

ALIMENTOS *CLEAN-LABEL*

OS ALIMENTOS SIMPLES E NATURAIS PARA A SALVAGUARDA DA SAÚDE

Os consumidores estão a tornar-se cada vez mais conscientes sobre os alimentos que consomem e, compreendendo que estes desempenham um papel muito importante na promoção de um estilo de vida saudável, exigem alimentos e processos de produção alimentar cada vez mais seguros e transparentes. As novas tendências de consumo direcionam-se, assim, para alimentos considerados simples e naturais, os chamados alimentos *clean-label*.

ANA PEREIRA MENDES
- Food, Labelling & Nutrition Coordinator
SGS Portugal
anapereira.mendes@sgs.com

À medida que os consumidores começam a tomar uma maior consciência em termos alimentares, a indústria alimentar deve também adaptar-se em conformidade para fornecer alimentos saudáveis, seguros e sustentáveis e, consequentemente, rotulá-los como tal.

Apesar de a legislação alimentar no âmbito da rotulagem ter sido introduzida para tornar o processo de seleção mais simples, preciso e fácil de compreender, a evolução do sector alimentar despoletou a introdução contínua de novos produtos no mercado com rótulos e descrições cada vez mais complexos e, consequentemente, mais difíceis de compreender por parte do consumidor.

As novas tendências de consumo estão direcionadas para alimentos *clean-label*, alimentos geralmente considerados como simples e naturais, com rótulos simples, com uma lista de ingredientes naturais, produzidos de uma forma simples, utilizando ingredientes de fácil reconhecimento para todos e que os próprios consumidores poderiam utilizar ao cozinhar nas suas casas.

Esta nova tendência representa um desafio significativo para o sector da indústria alimentar, o qual, para se adaptar com sucesso a esta alteração, deve desenvolver rótulos apelativos e de leitura fácil, promover alimentos com uma composição simples e baseada em ingredientes naturais, satisfazendo as expectativas dos consumidores, cada vez mais conscientes sobre a ligação entre a importância das escolhas alimentares e a sua saúde.

Resposta da indústria às novas tendências

A indústria alimentar vê-se, assim, obrigada a expandir uma gama de produtos que, para além de satisfazer as preferências atuais dos consumidores, deve assegurar também a qualidade e a segurança dos novos produtos que produz e lança no mercado.

A complexidade de todo o processo vai desde a escolha acertada dos ingredientes, baseada num processo de seleção e controlo da matéria-prima e do fornecedor, tendo em conta determinadas variáveis, como a presença de aditivos, organismos geneticamente modificados, controlo do processo, controlo de alergénios e, ao mesmo tempo, garantindo fornecedores cumpridores dos referenciais de controlo da qualidade e da segurança alimentar.

Para além disso, o consumidor procura cada vez mais um alimento menos processado. Em resposta a esta nova exigência, muitas são as indústrias que têm testado novas formulações, sem conservantes ou com produtos menos processados, reduzindo ou eliminando etapas.

Quando uma empresa decide reformular um produto para um alimento *clean-label*, tenta geralmente eliminar da sua composição qualquer ingrediente que possa ser considerado como artificial pelos consumidores, tentando ao mesmo tempo reduzir o número de ingredientes que o compõem. Uma vez que os ingredientes desempenham funções técnicas específicas no produto, muitas vezes a indústria substitui as substâncias "artificiais" por substâncias "naturais". Contudo, é importante ter em conta que estas escolhas poderão comprometer a segurança alimentar dos produtos, pois muitas delas foram desenhadas segundo um processo para prolongar o tempo de vida útil do produto e/ou as características microbiológicas do mesmo e, consequentemente, a segurança alimentar destes produtos.

Garantir o controlo da qualidade

Ao iniciar a reformulação de um determinado produto, é necessário que a indústria equacione a segurança alimentar, o processamento e a qualidade dos ingredientes, os custos associados à produção e à aquisição dos ingredientes, analisando os pontos críticos de controlo e as consequências da eliminação ou transformação das etapas, a vida útil do produto final, bem como o tipo de embalagem e as condições de armazenamento, sempre em prol da segurança alimentar do produto.

Por isso, é necessário realizar toda uma análise HACCP – *Hazard Analysis and Critical Control Point* (Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controlo). O HACCP é um sistema preventivo que garante a higiene e segurança alimentar, com base numa análise sistemática do processo produtivo, através da identificação, avaliação e controlo de potenciais perigos associados a todas as fases de produção, permitindo a definição de meios para o seu controlo, tendo como principal objetivo eliminar, ou reduzir, os potenciais perigos de contaminação dos alimentos que podem comprometer a qualidade dos mesmos. Recomenda-se, ainda, que todas as alterações ao processo sejam muito bem sustentadas através de testes laboratoriais às matérias-primas e ao produto final, com o objetivo de garantir um produto seguro para o consumidor.

É igualmente importante salientar que os consumidores esperam que estes alimentos tenham um impacto mínimo sobre o ambiente. Isto representa um desafio adicional para a indústria alimentar, que tem não só de reformular os seus produtos, como tem também de fazer a transição para um processamento mais sustentável.

Adaptações da rotulagem

Esta nova tendência alimentar reflete-se claramente na rotulagem dos alimentos, com a adoção generalizada de termos vegetarianos, veganos, geneticamente não modificados, livres de aditivos e de elevado valor nutricional e, mais recentemente, com a adoção do novo termo "totalmente natural".

Os regulamentos do sector introduziram várias regras e condições que as empresas devem cumprir para a maioria das alegações nutricionais, tais como, produto "livre de", "baixo teor de" ou "alto teor de". Contudo, quando se trata de enfatizar a origem natural dos produtos ou dos seus processos de fabrico, as regras definidas são um pouco mais difíceis de compreender e, por isso, as empresas devem procurar aconselhamento especializado junto de uma equipa técnica que tenha um conhecimento profundo, tanto sobre a legislação local relativa à rotulagem de alimentos e segurança alimentar, como sobre as práticas do mercado em que atuam.

O desenvolvimento de novos produtos alimentares é considerado uma estratégia das empresas para ganharem vantagem competitiva no mercado em que operam face à concorrência, ao mesmo tempo que respondem às necessidades dos consumidores mais informados e mais exigentes. É desta forma que a tendência *clean-label* tem vindo a ganhar relevância.

EMPRESAS RESPONSÁVEIS E SUSTENTÁVEIS

CONTRIBUEM PARA UMA SOCIEDADE MAIS SEGURA

Confrontadas com a necessidade de se adaptarem a novas realidades e com os desafios que a pandemia de Covid-19 introduziu, as organizações demonstraram a sua resiliência desenvolvendo novas formas de atuar e introduzindo novas formas de trabalho, numa tentativa de esforço para conciliar a segurança dos seus colaboradores com as operações a realizar e continuar a garantir a satisfação dos seus clientes e de todas as partes interessadas.

ANTÓNIO SILVA
- Managing Director
TÜV Rheinland Portugal
geral@pt.tuv.com

Temos estado mergulhados numa crise desde o início de 2020, que certamente se candidatará a ser a maior crise da história da atualidade, que tem vindo a exigir aos governantes à escala global medidas de saúde pública e políticas de contenção sem precedentes, impondo perturbações profundas na economia mundial e enormes restrições às operações das empresas, com múltiplas implicações para os seus funcionários, cadeias de fornecimento, transações e investidores. Esta crise veio exigir, aos diversos gestores das organizações, a implementação de planos de continuidade dos negócios, que sejam eficazes e sustentáveis, como forma de garantir a resiliência das suas atividades.

Devido a este contexto que se apresenta com uma abrangência a nível global, as organizações são confrontadas com a necessidade de se adaptarem a esta nova realidade e a desenvolverem novas formas de trabalho, conciliando desde logo a segurança de todos os colaboradores com a operação e com a satisfação dos seus clientes. Acima de tudo, trabalhando na resiliência com otimismo e energia em busca de novas soluções para enfrentar tais desafios, nomeadamente deitando mão à transformação digital através da aplicação das novas tecnologias aos processos de negócio.

Podemos dizer que são disso exemplo as auditorias de certificação, começando no início desta pandemia por se realizarem de uma forma remota devido às restrições de acesso às empresas a certificar, que depois evoluíram para uma versão mista, entre uma parte remota e outra no local do cliente, explorando assim o enorme potencial que a digitalização nos oferece. Estamos cientes que estes foram os primeiros passos e que certamente ainda muito potencial existe para melhorar e otimizar na forma de explorar a enorme capacidade que o universo da digitalização tem para oferecer a todos nós.

Com tudo isto, e procurando ser coerentes com os valores e princípios das organizações, que passam de uma forma geral pela integridade, excelência, orientação para o cliente, desempenho, agilidade e flexibilidade, temos consciência de que estamos num momento em que os modelos económicos e sociais devem ser adaptados e transformados para um futuro promissor, mais eficiente, mais seguro e com desafios muito ambiciosos.

Desafios da sustentabilidade

Todos temos um papel importante a desempenhar e é fundamental a nossa paixão por sermos protagonistas da mudança, promovendo-a em todas as suas dimensões: económica, social e ambiental. Desta forma, os desafios da susten-

tabilidade fazem cada vez mais sentido no atual contexto, pois a pandemia suspendeu muitos projetos, mas também fez surgir outros, enquanto os desafios ambientais continuam a estar muito presentes, desde as alterações climáticas, às energias renováveis, eficiência energética, zero emissões, eco design, pegada ecológica, zero resíduos, bem como à evolução que assistimos para uma economia circular.

A nível social, as prioridades tendem a mudar e a intensificarem-se. A transformação digital, a criação de empregos sustentáveis e inclusivos, a coesão social, a saúde e as políticas para as próximas gerações, incluindo a educação e as novas competências, são outros desafios que se colocam a qualquer organização em termos da gestão do seu capital humano, um *stakeholder* relevante a ser tido em conta.

A situação em que nos colocou o atual contexto clama por nova legislação laboral, que deverá emergir para conciliar todas estas novas necessidades ao nível da saúde e segurança no trabalho, tanto no plano físico como psicológico, que irão certamente conduzir a que muitas organizações procurem os conceitos de "empresa saudável", que até agora não eram vistos como prioritários. Neste sentido, entende-se a responsabilidade da sustentabilidade como um conceito global e que deve ser integrado na gestão das organizações e contemplar toda uma estrutura corporativa.

Alguns sistemas de gestão certificados já integram as melhores práticas e recomendações internacionais reconhecidas no campo da sustentabilidade como, por exemplo, a norma ISO 14001, o Regulamento EMAS, a norma ISO 50001, o sistema de gestão dos consumos intensivos de energia, a eficiência energética, a saúde e segurança no trabalho (ISO 45001), entre outras.

Todos estes esquemas normativos têm como missão ajudar as organizações a melhorar a sua gestão nessas áreas, através da melhoria contínua, aplicando a abordagem processual à gestão de impactos e riscos significativos destes aspetos, os quais hoje adquirem especial relevância no atual contexto.

Declarações de Sustentabilidade

Começa assim a surgir, em alguns *clusters* da indústria, a necessidade de se emitirem Declarações de Sustentabilidade como forma de expor a robustez de tais organizações, não sendo apenas importante um relatório com informação financeira, mas sendo também aportada alguma informação adicional não financeira e de diversidade. Com base nestes princípios, essas organizações devem relatar informações significativas sobre:

- questões ambientais (avaliação ambiental ou procedimentos de certificação, poluição, economia circular, uso sustentável de recursos, alterações climáticas, proteção da diversidade, etc.);
- questões sociais e pessoais (emprego, organização do trabalho, saúde e segurança no trabalho, relações sociais, formação, acessibilidade universal para pessoas com deficiência, igualdade, etc.);
- respeito pelos direitos humanos (eliminação da discriminação no emprego e na ocupação, eliminação do trabalho forçado ou obrigatório, abolição efetiva do trabalho infantil, etc.);
- luta contra a corrupção e o suborno;
- e face à sociedade (compromissos da empresa com o desenvolvimento sustentável e na subcontratação de fornecedores).

Com toda esta informação estruturada e integrada na gestão quotidiana de uma organização, o processo de preparação da tal Declaração de Sustentabilidade é mais fácil e eficiente, aproveitando as sinergias das metodologias subjacentes à norma ISO 14001, ao Regulamento EMAS, à norma ISO 50001 e à norma ISO 45001, bem como os dados da pegada ambiental, tais como as emissões de carbono, água, etc., tendo em conta que os sistemas de gestão existentes na organização são a fonte basilar desta informação, permitindo ter indicadores sistemáticos e validados.

Os organismos de certificação apresentam-se, nesta matéria, como entidades independentes, com capacidade para validar tais documentos e assim poder conferir possibilidade às organizações de demonstrarem, de uma forma transparente, a autenticidade de tais dados, não sendo apenas um mero reporte de informação, mas sim um documento validado por uma entidade de terceira parte, idónea e independente.

QR-CODE

LISTAGEM GERAL DE EMPRESAS, SERVIÇOS E PRODUTOS CERTIFICADOS

Disponibilizamos *online*, como habitual, a listagem final de empresas, serviços e produtos certificados numa versão de fácil consulta.

Para terem acesso à listagem 2021-2022 desta 16ª edição do GEC – Guia de Empresas Certificadas basta clicar no *link*, aceder ao URL disponível nesta página ou através da leitura do QR-CODE.

A todos os leitores que nos têm acompanhado ao longo destes anos aqui fica o nosso agradecimento. Continuamos disponíveis para receber as vossas contribuições e/ou sugestões para que, juntos, possamos fazer, anualmente, do Guia de Empresas Certificadas uma melhor publicação.

URL PARA A LISTAGEM ONLINE
https://issuu.com/cempalavras.pt/docs/listagem_gec_2021

eiC
empresa
internacional
de certificação

ELEVADA CAPACIDADE DE INTERVENÇÃO

COM SOLUÇÕES:

OPORTUNAS, RIGOROSAS, EFICAZES

CERTIFICAÇÕES:

- SISTEMAS DE GESTÃO
- SERVIÇOS
- PRODUTOS
- CONTROLO DE PRODUÇÃO EM FÁBRICA

www.eic.pt

T.: 214 220 640 F.: 214 220 649 E.: geral@eic.pt

CEMPALAVRAS

COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL LDA

www.cempalavras.pt